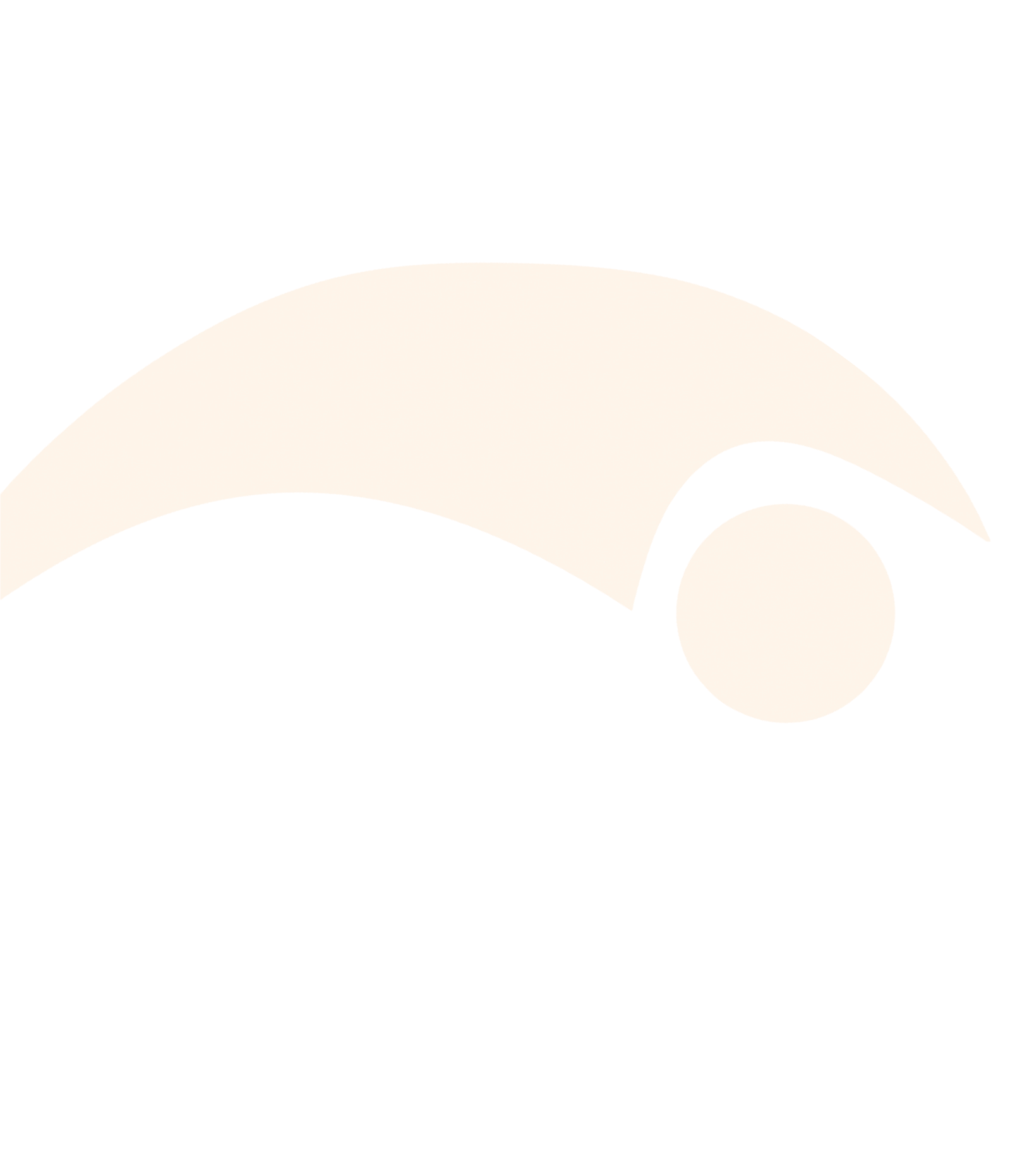
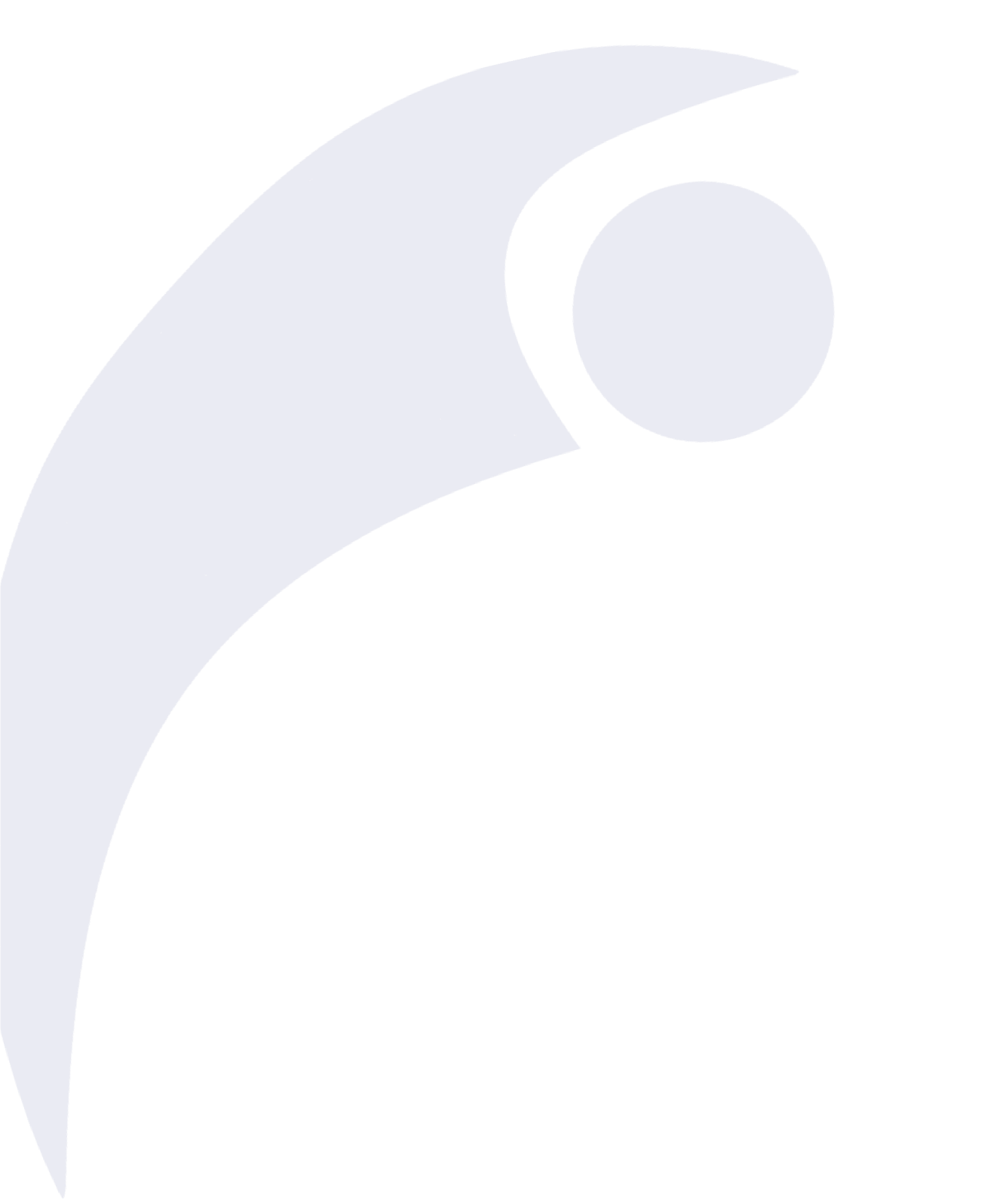
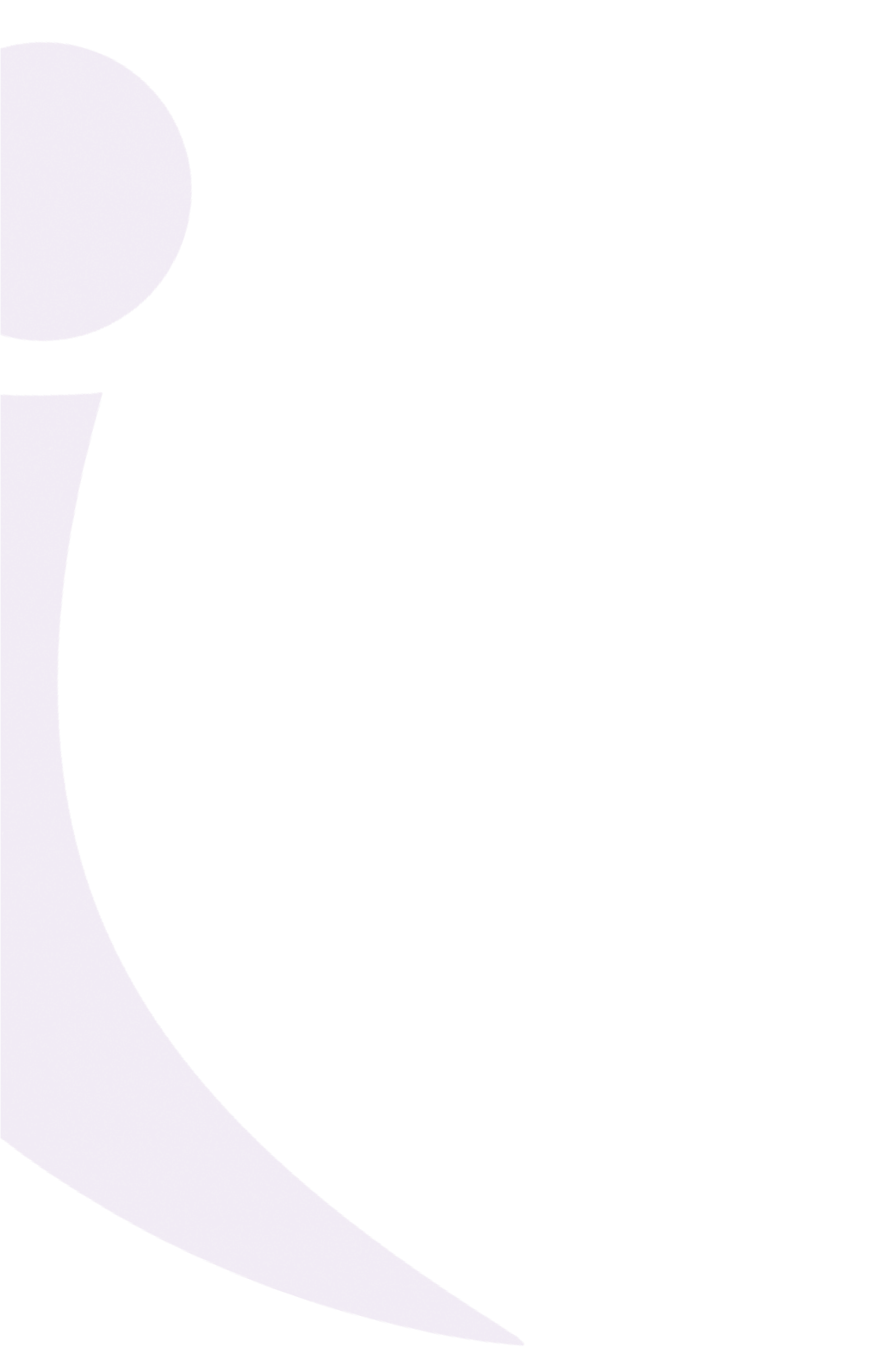


IMIGRAÇÃO



**COMO, ONDE, QUANDO**

*Manual de uso para integração*

Feito com suporte técnico

do Escritório para a Itália da Organização Internacional do Trabalho

**2021**

Este manual foi atualizado pelo projeto “Apoio ao fortalecimento da governança interinstitucional em exploração do trabalho na Itália ”, que é cofinanciado pela União Europeia através do Serviço de Apoio à Reforma Institucional e implementado pelo Escritório da Organização Internacional do Trabalho para a Itália e São Marinho, em colaboração com a Comissão Europeia.

1. [ENTRADA E PERMANECER EM ITALIA 4](#_bookmark0)
   1. [Direitos de cidadãos estrangeiros 4](#_bookmark1)
   2. [Os procedimentos para solicitar um visto de entrada em Itália 5](#_bookmark2)
   3. [Visto de trabalho. Documentos e procedimentos parasolicite. 8](#_bookmark5)
   4. [Documentos e procedimentos para ficar e trabalhar na Itália 11](#_bookmark12) 
      1. [Acordo de integração 17](#_bookmark15)
      2. [Autorização de residência na UE para residentes de longo prazo 20](#_bookmark18)
2. [PROTEÇÃO IINTERNACIONAL 25](#_bookmark21)
3. [ESTUDO EM ITALIA 31](#_bookmark26)
   1. [Primeiro ciclo 31](#_bookmark27)
   2. [Segundo ciclo 31](#_bookmark28) 
      1. [Educação e treinamento vocacional (IFP) 32](#_bookmark29)
   3. [Universidade 32](#_bookmark30)
   4. [Educação e treinamento técnico 33 superior](#_bookmark31)
   5. [Reconhecimento de qualificações de estudo 33](#_bookmark32)
   6. [Reconhecimento de alguns qualificações profissionais 34](#_bookmark33)
4. [TRABALHO EM ITALIA 35](#_bookmark34)
   1. [O trabalho em Itália 35](#_bookmark35) 
      1. [Documentos e procedimentos para solicitar um visto de trabalho 35](#_bookmark36)

[Pra quem vem do exterior 35](#_bookmark37)

[Para quem já está em Itália 38](#_bookmark43)

* + 1. [Pesquisa e recrutamento de postagens trabalho 39](#_bookmark45)
    2. [Tipos de emprego 40](#_bookmark47)

[Trabalhos subordinado 40](#_bookmark48)

[Trabalhos parassubordinado 44](#_bookmark49)

[Trabalhos autônomo 45](#_bookmark50)

[O Estágio 46](#_bookmark51)

[Requisitos para admissão ao trabalho de menores de 47](#_bookmark52)

* + 1. [Proteção dos direitos dos trabalhadores e de trabalhadoras 49](#_bookmark54)

1. [EM FORMAÇÃO EM GERAL 54](#_bookmark56)
   * 1. [Alojamento, residência e domicílio 54](#_bookmark57)

[Aluguel de uma casa 55](#_bookmark58)

[Compra de uma casa 55](#_bookmark59)

[Habitação pública e cooperativas edifícios 56](#_bookmark60)

* + 1. [Apoiar Saúde 56](#_bookmark61)

[Serviços de serviço National Healthcare 58](#_bookmark62)

[Estrangeiro temporariamente presente (STP) 60](#_bookmark63)

* + 1. [Serviços bancário 61](#_bookmark64)
    2. [Associações e registro de associações migrantes62](#_bookmark65)

[Encontrar uma associação 62](#_bookmark66)

[Cadastro de Associações e Organismos que atuam a favor dos imigrantes. 63](#_bookmark67)

1. [PRINCÍPIOS BÁSICOS E DIREITOS 65](#_bookmark68)
   1. [A Constituição do República Italiana 65](#_bookmark69)
   2. [Os princípios fundamentais derivados do direito internacional e do Constituição 66](#_bookmark70)
   3. [Os princípios fundamentais de trabalho decorrentes da lei internacional 66](#_bookmark71)

Versão atualizada em maio de 2021

# Entrada e sala de estar em Itália

# Direitos de cidadãos estrangeiros

## Quem é o cidadão estrangeiro?

Por estrangeiro, entende-se um cidadão de um país terceiro, ou de um Estado não pertencente à União Europeia, ou um apátrida, ou ainda uma pessoa que nenhum Estado considera seu próprio cidadão. As regras que regem a entrada, residência e status legal de estrangeiros na Itália estão contidas na Lei Consolidada sobre imigração ([Decreto Legislativo 286/98 e subsequentes](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Adecreto.legislativo%3A1998-07-25%3B286) [sive mudanças](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Adecreto.legislativo%3A1998-07-25%3B286)) e em seu Regulamento de Execução ([DPR 394/99 e alterações subsequentes](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Apresidente.repubblica%3Adecreto%3A1999-08-31%3B394!vig=%20)) As regras contidas na Lei Consolidada sobre a imigração não se aplicam aos cidadãos dos Estados-Membros da União Europeia.

## O que acontece na fronteira italiana?

Os estrangeiros estão sujeitos a controles alfandegários. Após a aprovação dos controles, as autoridades de fronteira carimbam o passaporte ou documento equivalente, indicando a data e o local de trânsito.

## Quem pode ser rejeitado na fronteira?

Os estrangeiros que não se qualificam para a entrada na Itália são rejeitados pela polícia. Os estrangeiros que entraram na Itália sem passar pelos controles de fronteira, mas foram detidos na entrada ou imediatamente depois, e aqueles que foram temporariamente admitidos na Itália para fins de emergência, são rejeitados e acompanhados até a fronteira.

## Quem não pode ser rechaçado na fronteira?

Mesmo que não possuam os documentos e requisitos necessários para a entrada na Itália, os estrangeiros que:

* + - * solicitar e se beneficiar de proteção internacional;
      * são menores de 18 anos, exceto para o direito de seguir o pai ou responsável expulso;
      * gozam de medidas temporárias de proteção por motivos humanitários;
      * beneficiam de medidas temporárias associadas a "casos especiais";
      * Estou grávida e nos seis meses seguintes ao parto;

Em nenhum caso pode ser ordenada a expulsão ou repulsão para um Estado em que o estrangeiro seja sujeito a perseguição por razões de raça, sexo, língua, cidadania, religião, opiniões políticas, condições pessoais ou sociais, ou ele corre o risco de ser enviado de volta para outro estado onde ele não está protegido da perseguição.

A rejeição de pessoas com deficiência, idosos, menores, membros de famílias monoparentais com filhos menores ou vítimas de grave violência psicológica, física ou sexual deve, em qualquer caso, ser realizada de forma compatível com as situações pessoais individuais.

## O que é o espaço Schengen?

É uma área comum de livre circulação na qual todos os países do[Espaço Schengen](https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/policies/borders-and-visas/schengen_en) (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Itália, Islândia, Letônia, Liechtenstein, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Noruega, Holanda, Polônia, Portugal, República Tcheca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia, Suíça e Hungria.) Eliminou os controles nas fronteiras comuns e criou um sistema único de vistos e entradas.

## Em que condições é possível viajar no espaço Schengen?

Você pode se mover livremente e passar um período máximo de três meses em um dos países listados acima se você tiver um passaporte ou documento equivalente e autorização para

estadias válidas na Itália. Durante este período não é possível trabalhar e, após três meses, é necessário retornar à Itália.

O titular de uma autorização de residência na UE para residentes de longa duração pode circular e permanecer nos países do espaço Schengen que implementaram a diretiva sobre residentes de longa duração na UE por períodos superiores a 90 dias, por:

* + - * trabalho (subordinado ou autônomo);
      * estudo e formação profissional;
      * residência (mostrando alguns requisitos).

**Atenção:** O Bilhete de Identidade, em papel ou eletrónico, emitido pelo Município de residência não é válido para expatriação e, portanto, é necessário passaporte para circular no espaço Schengen, sob pena de correr o risco de expulsão. O novo [Bilhete de Identidade Eletrônico](https://www.cartaidentita.interno.gov.it/caratteristiche-del-documento/) é válido para expatriação apenas para quem tenha adquirido a nacionalidade italiana: a validade ou não para expatriação está, em qualquer caso, indicada no documento.

## É possível transitar por um país Schengen enquanto se espera a renovação da autorização de residência?

Na fase de renovação da autorização de residência, é permitida a saída e reentrada do território nacional sem visto, mas a viagem não deve incluir trânsito (nem mesmo para escala aérea) nos restantes países aderentes ao Schengen acordos. Além disso, deve ser apresentada a seguinte documentação:

* + - * passaporte ou outro documento de identidade equivalente válido para expatriação;
      * original ou cópia da antiga autorização de residência;
      * original ou cópia do recibo do pedido de renovação da autorização de residência. A saída e a reentrada são, portanto, possíveis cruzando apenas passagens de fronteira externas, mesmo que diferentes umas das outras

## É possível transitar por um país Schengen enquanto se espera a emissão da primeira autorização de residência?

Se aguardar a emissão da primeira autorização de residência exigida por motivos de trabalho e familiares, não é possível sair e regressar à Itália através de um país do espaço Schengen. A saída e a reentrada são possíveis cruzando apenas passagens de fronteira externas, mesmo que diferentes umas das outras, apresentando a seguinte documentação:

* + - * passaporte ou documento de viagem equivalente;
      * visto de onde se deduz o motivo da estada
      * recibo atestando a submissão do pedido de liberação.

# Os procedimentos para solicitar um visto de entrada na Itália

## Qual é o visto de entrada?

O [visto](https://vistoperitalia.esteri.it/home.aspx) é uma autorização, emitida pelo Consulado ou pela Representação Diplomática Consular competente, que permite ao estrangeiro entrar no espaço Schengen ou apenas no território italiano; é aplicado ao passaporte ou outro documento válido.

## Quem precisa de visto?

Todos os cidadãos são considerados estrangeiros, a saber:

* + cidadãos de países não pertencentes à UE;
  + apátrida ou desabrigada.

## Quem não precisa de visto?

Eles não precisam de visto de entrada para entrar na Itália:

* + cidadãos de todos os países da União Europeia e do Espaço Econômico Europeu: Áustria, Bélgica, Bulgária, Chipre, Croácia, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Islândia, Itália, Letônia, Lituânia, Liechtenstein, Luxemburgo, Malta, Noruega, Holanda, Polônia, República Tcheca, Romênia, Portugal, Reino Unido, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Suécia e Hungria;
  + cidadãos de San Marino, da Santa Sé e da Suíça;
  + os estrangeiros que, tendo saído da Itália, tenham consigo, além do passaporte, uma autorização de residência válida e / ou uma autorização de residência da UE para residentes de longa duração;
  + estrangeiros que já possuam uma autorização de residência na UE para residentes de longa duração emitida por outro Estado-Membro e os seus familiares possuam uma autorização de residência válida emitida pelo Estado-Membro de origem;
  + estrangeiros titulares de uma autorização de residência para estudos emitida por outro Estado-Membro (excluindo o Reino Unido, Irlanda e Dinamarca), matriculados num curso universitário ou numa instituição de ensino superior, que, em determinadas condições, se mudem para Itália para continuar os estudos iniciados no outro Estado-Membro ou integrá-los num programa de estudos que lhes diga respeito.

Os estrangeiros já residentes num Estado Schengen e titulares de autorização de residência não precisam de visto para estadias não superiores a 90 dias, desde que a entrada na Itália não seja para trabalho ou estudo / estágio - motivos de estudo / formação.

Além disso, os cidadãos de vários cidadãos estão isentos da obrigação de visto para estadias de curta duração (ou seja, estadias de uma duração máxima de 90 dias emitidas por razões de turismo, missão, negócios, convite, competição desportiva e estudo). Países da UE.

**Atenção:** Para estadias de longa duração (acima de 90 dias), todos os estrangeiros devem sempre ter um visto.

## Quem não pode receber visto?

O visto de entrada pode ser negado:

* + por falta de requisitos para o tipo de visto solicitado
  + aos estrangeiros já expulsos da Itália (a menos que tenham obtido autorização especial para voltar a entrar ou já tenha decorrido o período de interdição), ou de um dos países da União Europeia;
  + para estrangeiros considerados perigosos para a ordem pública e a segurança da Itália e de outros países da União Europeia com base em acordos internacionais
  + aos estrangeiros condenados, também em resultado de liquidação, pelos crimes referidos[à arte. 380, co. 1 e 2, cpp](http://www.integrazionemigranti.gov.it/normativa/Documents/normativa/Normativa%20statale/Ingresso/380_cpp1.pdf), o por crimes relacionados com drogas, liberdade sexual, auxílio e incentivo à migração ilegal, recrutamento de menores para serem empregados em atividades ilegais ou pessoas destinadas à prostituição ou exploração da prostituição ou menores para serem empregados em atividades ilegais.

Em caso de entrada para reagrupamento familiar, o visto só pode ser negado se o estrangeiro representar uma ameaça concreta e atual à ordem pública ou à segurança do Estado ou de um dos países com os quais a Itália assinou acordos para a abolição da fronteira interna controles e a livre circulação de pessoas.

A recusa do visto não tem que ser motivada (exceto para vistos de trabalho,

reagrupamento familiar, tratamento médico ou estudo) e devem ser comunicadas ao interessado numa língua que compreenda ou, na sua falta, em inglês, francês, espanhol ou árabe.

## O que pode ser feito se o visto de entrada na Itália for negado?

Um recurso contra a recusa de um visto pode ser interposto no Tribunal Administrativo Regional (TAR) do Lazio dentro de 60 dias da comunicação oficial da disposição.

Só em caso de recusa de visto para reagrupamento familiar ou acompanhante, o recurso pode ser interposto para o tribunal ordinário competente, sem limite de tempo.

## Quais são as razões para solicitar um visto?

Dentro [Decreto Interministerial de 11 de maio de 2011](http://www.esteri.it/MAE/normative/Normativa_Consolare/Visti/Decreto_interministeriale_n850_definitivo_nov2011.pdf) estão listados os vários tipos de visto de entrada, bem como os requisitos e condições para a sua obtenção.

Os vinte e um tipos de vistos concedidos, correspondentes aos diferentes motivos de entrada, são: adoção, negócios, assistência médica, diplomatas, motivos familiares, competição desportiva, convite, trabalho autônomo, trabalho subordinado, missão, motivos religiosos, re- entrada, residência eletiva, pesquisa, estudo, trânsito aeroportuário, trânsito, transporte, turismo, férias de trabalho e voluntariado.

## Como posso obter um visto?

É necessário apresentar o pedido ao Consulado ou Embaixada da Itália no país de residência do requerente do visto, fornecendo os dados e a documentação exigidos para o tipo específico de visto solicitado. .

**Atenção:** Se fizer uma declaração falsa ou apresentar documentos falsos, é punido por lei e o pedido será rejeitado.

## Quanto tempo leva para obter o visto?

O visto pode ser emitido ou recusado no prazo de 90 dias após a apresentação do pedido; em vez disso, são necessários 30 dias para trabalho subordinado e 120 dias para trabalho autônomo.

## Quando é necessário o visto de reentrada?

O visto de reentrada é emitido pela Representação Diplomática Consular Italiana do país de origem do cidadão estrangeiro e permite o seu regresso à Itália nos casos em que:

* + possuir autorização de residência superior a noventa dias, caducada em no máximo 60 dias, desde que comprovado o documento caducado - em caso de comprovados motivos graves de saúde do estrangeiro, de seus familiares de primeiro grau ou do cônjuge - basta que o licença expirou por não mais de seis meses;
  + o título de residência já não está disponível, por ter sido extraviado ou furtado, desde que apresentada cópia do laudo de furto ou extravio.

## Quais são os requisitos para obter um visto de turista?

O visto de turismo permite a entrada, para uma estadia curta (máximo 90 dias) na Itália e nos restantes países do espaço Schengen, ao estrangeiro que pretenda viajar por motivos turísticos. Para mais informações, você pode visitar o site[https: // vistoperita-](https://vistoperitalia.esteri.it/home.aspx) [lia.esteri.it/home.aspx](https://vistoperitalia.esteri.it/home.aspx)

## Quais são os requisitos necessários para obter um visto para fins de estudo?

Além do visto de estudo genérico, existem outros tipos de visto de estudo: estudo - registro

Universidade; estudo de pós-graduação; programa de estudos de intercâmbio e mobilidade; estágio-estudo e formação profissional.

## Quais são os procedimentos para se inscrever em um curso universitário na Itália?

Cada ano, cada universidade italiana ou instituto de formação artística, musical e de dança avançada reserva um certo número de vagas para cada curso de graduação para estudantes estrangeiros residentes no exterior. Conectando-se ao site<http://www.studiare-in-italia.it/studentistranieri/> é <https://www.universitaly.it/> é possível saber o número de vagas reservadas no ano letivo para alunos estrangeiros.

## Precisa de se candidatar a um visto para continuar os seus estudos na Itália ou para frequentar um curso relacionado com os estudos se tiver uma autorização de residência para estudar noutro país da UE?

Não, desde que possua os requisitos exigidos pela legislação italiana, participe num programa de intercâmbio comunitário ou bilateral com o país de origem ou tenha sido autorizado a permanecer em outro país da União Europeia por pelo menos dois anos, e a documentação de As autoridades académicas do país da UE onde decorreu o curso devem ser anexadas ao pedido de residência, indicando que o programa de estudos a realizar em Itália é complementar ao já realizado.

Se a permanência na Itália for superior a três meses, é necessário, em qualquer caso, solicitar uma autorização de residência.

## Quais são os requisitos para obter um visto de tratamento médico?

O visto para tratamento médico permite a entrada, para efeito de estada de curta ou longa duração, mas sempre por um período determinado, a estrangeiros que necessitem de tratamento médico em instituições de saúde italianas. A consequente autorização de residência para tratamento médico (código SALUT) permite o exercício do trabalho.

A autorização de residência para tratamento médico também pode ser concedida a estrangeiros em situação irregular em território nacional na presença de quadros psicofísicos graves ou decorrentes de patologias graves (código CURME). Esta autorização de residência permite o exercício de trabalho e pode ser convertida em autorização de residência por motivos de trabalho.

Por fim, a autorização de residência para tratamento médico pode ser concedida a mulheres grávidas, mas não pode ser convertida em trabalho.

**Mais Informações**: no site do Ministério das Relações Exteriores, disponível no link <https://vistoperitalia.esteri.it/home.aspx>, é possível consultar a lista dos países cujos cidadãos estão isentos da obrigação de visto, os diferentes tipos de visto e os procedimentos para o solicitar.

# Visto de trabalho. Documentos e procedimentos para solicitá-lo.

## Quais são os requisitos para obter um visto de negócios?

Depende do tipo de trabalho para o qual o visto é solicitado. Na Itália, de fato, a relação de trabalho pode ser de dois tipos:

* + trabalho subordinado a prazo fixo, sem prazo ou sazonal;
  + Empregado por conta própria.

Para mais detalhes, veja o item [Trabalhando na italia](#_bookmark34)

## Quais são os requisitos necessários para obter o visto de trabalho subordinado?

O visto de trabalho a subordinado permite a entrada, para efeitos de estada de curta ou longa duração, por prazo determinado ou indeterminado, ao estrangeiro contra o qual foi emitida a autorização de trabalho. Veja o fa[q 112](#_bookmark38) e o seguinte.

## Quais são os requisitos para um visto de trabalho sazonal?

Este tipo de visto permite a entrada para efeitos de estada a termo certo a um trabalhador estrangeiro que seja chamado a trabalhar na Itália para o exercício de actividade laboral sazonal, ou seja, em determinados períodos do ano e em alguns [setores](https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/1963/11/26/063U1525/sg) (turismo-hotelaria e setor agrícola). Este tipo de visto pode ser solicitado para quem tem a nacionalidade de um dos países indicados a cada ano pelo DPCM que planeja fluxos de entrada para trabalho sazonal: ao emitir a autorização de trabalho, o trabalhador estrangeiro pode entrar na Itália e ativar o procedimento. - dura para se candidatar a uma autorização de residência para trabalho sazonal.

O trabalhador sazonal, já admitido a trabalhar na Itália pelo menos uma vez nos últimos cinco anos, se tiver cumprido as condições indicadas na autorização de residência e tiver regressado ao país de origem no termo da mesma, tem o direito de prioridade de regresso por motivos de trabalho sazonal com o mesmo ou outro empregador, em comparação com aqueles que nunca entraram regularmente na Itália por motivos de trabalho. Veja o faq[114](#_bookmark39) e o seguinte.

## Quais são os requisitos para o visto de trabalho sazonal plurianual?

Pode ser solicitado como parte das cotas estabelecidas pelo DPCM para a programação de fluxos a favor de trabalhadores não pertencentes à UE que já entraram na Itália para realizar trabalho subordinado sazonal pelo menos uma vez nos cinco anos anteriores. Com base na autorização de três anos para o trabalho sazonal, os vistos de entrada para os anos seguintes ao primeiro são concedidos pela autoridade consular. Veja o fa[q 116.](#_bookmark41)

## Quais são os requisitos para um visto para trabalhar por conta própria?

O visto de trabalho autônomo permite ao estrangeiro que pretenda exercer uma atividade laboral profissional ou não subordinada entrar na Itália com o objetivo de uma estada de curta ou longa duração, por prazo determinado ou indeterminado. Para obtê-lo, o cidadão italiano deve possuir os requisitos profissionais e morais exigidos pela lei do Estado para o exercício do mesmo tipo de atividade. É possível entrar dentro das cotas do DPCM para a programação dos fluxos de entrada, ou fora delas, ainda que esta última possibilidade seja muito limitada na prática. Além disso, é necessário demonstrar que dispõe de meios financeiros adequados e que a atividade que pretende realizar não deve ser reservada por lei aos cidadãos italianos ou da UE.

O procedimento segue um processo diversificado, dependendo da atividade a ser desenvolvida na Itália que se inclui entre aquelas para as quais o registro em registros ou registros é necessário, ou que a atividade a ser desenvolvida não se enquadre naqueles para os quais o 'registro em registradores ou registradores. Veja o faq[120](#_bookmark42)

## O que significa entrada fora das cotas? Quem pode entrar na Itália por este canal?

As “inscrições fora das quotas” são inscrições por motivos laborais possíveis ao longo do ano com um procedimento simplificado e para as quais não há limite numérico (com excepção das entradas para estágios de formação, para desporto profissional e amador e voluntário) e, como a regra, está previsto um procedimento simplificado para a emissão da autorização de trabalho. Em alguns casos (gerentes destacados, professores universitários, trabalhadores especializados destacados para a Itália, marítimos, estagiários e jornalistas) a autorização de trabalho é totalmente aprovada e o procedimento é fornecido diretamente, ou mediante comunicação ao Sportello

Existe apenas um pedido de visto de entrada nas representações diplomáticas ou consulares italianas no exterior. As hipóteses de ingresso fora das cotas são regidas por[arte. 27 do Decreto Legislativo](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Adecreto.legislativo%3A1998-07-25%3B286) [286/98.](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Adecreto.legislativo%3A1998-07-25%3B286)

## Quais são os requisitos para a obtenção do visto de reagrupamento familiar com o cônjuge no exterior?

Para obter o visto de entrada, o cônjuge com residência legal na Itália deve apresentar o pedido de autorização de reunificação no Sportello Único, utilizando o procedimento informatizado específico disponível no site do [Ministro do interior](https://nullaostalavoro.dlci.interno.it/Ministero/Index2).

Recebida a candidatura, o balcão único competente procederá à convocação do requerente, mediante marcação especial para apresentação e endosso da documentação relativa à disponibilidade de alojamento e rendimentos mínimos exigidos.

**Atenção**: os parâmetros de receita são atualizados anualmente. A renda necessária aumenta de acordo com o número de membros da família que pretendem se reunir. Em particular, o montante anual do subsídio social aumenta para metade por cada membro da família que deve ser reagrupado. Por exemplo, para 2021 o subsídio social é igual a € 5.983,64 e para reunir um familiar é necessário ter um rendimento de € 8.975,46; para reunir dois membros da família é necessário ter uma renda de € 11.967,28, e assim por diante.

Para o reagrupamento de dois ou mais filhos menores de 14 anos ou de dois ou mais membros da família de titulares de proteção internacional, só será sempre exigido um rendimento não inferior ao dobro do subsídio social anual.

**Atenção**: o nulla osta não é necessário para familiares estrangeiros de cidadãos italianos, cidadãos da União Europeia ou de um Estado parte no Acordo sobre o Espaço Económico Europeu (Islândia, Liechtenstein, Noruega).

Se o requerente for beneficiário de proteção internacional, não tem de provar que cumpre os requisitos de rendimento e habitação.

## Estrangeiros que já estão na Itália para quais familiares podem solicitar um visto?

* + O cônjuge que não esteja separado judicialmente e nem seja menor de 18 anos;
  + filhos menores, incluindo os do cônjuge ou nascidos fora do casamento, que não sejam casados, desde que o outro progenitor, se houver, dê o seu consentimento. A criança deve ter menos de 18 anos no momento de enviar a inscrição;
  + os filhos adultos dependentes se, por razões objetivas, não puderem atender às suas necessidades vitais indispensáveis, devido ao seu estado de saúde que acarreta invalidez total;
  + pais dependentes, se não tiverem outros filhos no país de origem ou proveniência, ou pais com mais de 65 anos, se os outros filhos não puderem sustentá-los por motivos de saúde graves comprovados.

O reagrupamento familiar não é permitido se o requerente já for casado com outro cônjuge residente na Itália.

O progenitor natural do menor que resida legalmente em Itália com o outro progenitor também pode entrar para a reunificação. Neste caso, o pedido de autorização pode ser apresentado em nome do menor pelo progenitor com residência legal. Para efeitos de cumprimento dos requisitos de rendimento e habitação, é tida em consideração a posse destes pelo outro progenitor.

## Quanto tempo demora para obter a autorização de reagrupamento familiar?

A autorização de reagrupamento familiar deve ser emitida no prazo de 180 dias após o pedido. A autorização é enviada eletronicamente pelo Balcão Único diretamente aos Postos Consulares e deve ser utilizada, para efeito de emissão do visto por motivos familiares, no prazo de seis meses a partir da data de emissão.

## O que é e como solicitar um visto de entrada para um membro da família

O visto de entrada para membro da família, por consequência, favorece a coesão familiar, através da possibilidade de os familiares de estrangeiro titular de visto de entrada para trabalho subordinado relativo a contrato de duração não inferior a um ano, ou para auto- para trabalhar, ou para estudar ou por razões religiosas, entrar na Itália diretamente com seu parente. Somente os membros da família com os quais em qualquer caso seria possível reunir podem entrar por causa de seu familiar e desde que sejam atendidos os requisitos de disponibilidade de moradia e renda (ver[faq 29](#_bookmark11))

**Mais Informações:** no site do Ministério das Relações Exteriores, disponível no link <https://vistoperitalia.esteri.it/home.aspx>, é possível consultar os diferentes tipos de visto e os procedimentos para solicitá-lo

# Documentos e procedimentos para residir e trabalhar na Itália

## Qual é a autorização de residência?

É uma autorização emitida pelas autoridades que confere ao estrangeiro o direito de permanecer no território do Estado. Pode ser de duração variável.

## Onde e quando é possível solicitar uma autorização de residência?

A autorização de residência deve ser solicitada no prazo de oito dias úteis após a entrada no território italiano.

O atraso é justificado apenas por motivos de força maior.

A autorização de residência não deve ser solicitada nos casos de entrada e permanência na Itália para visitas, negócios, turismo e estudos com duração não superior a três meses, para os quais a declaração de presença seja suficiente. Para o estrangeiro proveniente de países que não aplicam o Acordo de Schengen, a obrigação de fazer a declaração de presença é cumprida mediante a aposição do carimbo uniforme Schengen no documento de viagem no momento do controlo de fronteira. O estrangeiro que vier de países que aplicam o Acordo de Schengen deve apresentar a declaração de presença, no prazo de oito dias após a entrada, ao questore da província onde se encontra.

Os pedidos de uma série de tipos de autorizações de residência devem ser apresentados pelo interessado nos Correios autorizados, utilizando o kit especial disponível em todos os Correios, Patronatos e Municípios autorizados.

Em particular, devem ser apresentados nas estações de correio autorizadas a aceitar aplicações (ou seja, estações de correio equipadas com [Friend Desk](https://www.poste.it/prodotti/sportello-amico.html)), pedidos de autorização de residência por motivos de:

* + esperando emprego;
  + à espera da reaquisição da cidadania;
  + proteção internacional;
  + conversão de autorização de residência;
  + família;
  + Empregado por conta própria;
  + trabalho subordinado;
  + casos especiais de trabalho;
  + trabalho subordinado sazonal;
  + missão;
  + razões religiosas;
  + residência eletiva;
  + status apátrida (renovação);
  + estudo (autorização de longo prazo);
  + estágio profissionalizante.
  + Cartão azul UE
  + atualização da autorização de residência (endereço, passaporte, estado civil, inserção de filhos).

O pedido de liberação deve ser submetido diretamente à Sede da Polícia em casos de licença por motivos de:

* + pedido de proteção internacional
  + proteção subsidiária
  + 1ª edição da proteção internacional;
  + cuidados médicos;
  + competição esportiva;
  + justiça;
  + integração menor;
  + Convite;
  + menor idade;
  + membros da família (no caso de uma licença emitida para o estrangeiro que não pode ser expulso [ex art. 19 TU](http://www.integrazionemigranti.gov.it/Documenti/Documents/Normativa/Normativa%20Extracomunitari/Permesso%20di%20soggiorno/Decreto_Legislativo_25_luglio_1998_286.pdf).);
  + humanitário;
  + status de apatridia;
  + férias de trabalho, e em qualquer outro caso não explicitamente mencionado.

O cartão de residência e o cartão de residência permanente para familiares de cidadãos da União podem ser solicitados quer nos correios, por kit, na esquadra ou através de Mecenato autorizado a preencher os pedidos de forma electrónica (via em papel do formulário preenchido em formato electrónico, em qualquer caso, deve ser entregue nos Correios). Se o cidadão estrangeiro não pertencente à UE possuir uma autorização e solicitar a primeira emissão da autorização de residência, por motivos de trabalho ou de reagrupamento familiar, o cidadão deve dirigir-se ao**[Mesa Única para Imigração](http://www.interno.gov.it/mininterno/export/sites/default/it/temi/immigrazione/sottotema005.html)** (SUI) da Prefeitura competente. Além disso, no Sportello Único é necessário apresentar o pedido de conversão de uma autorização de residência por motivos de estudo para um título de trabalho, bem como a conversão de uma autorização de residência para trabalho sazonal em trabalho subordinado.

## Que documentos devem ser apresentados para obter a autorização de residência?

Para obter a emissão ou renovação da autorização de residência, é necessária a apresentação, em geral, dos documentos de identificação e dos documentos específicos exigidos pelo tipo de autorização de residência solicitada. É sempre necessário ter um crachá eletrônico e pagar uma contribuição. Para mais informações, é aconselhável entrar em contato com uma agência de correios autorizada, quartel da polícia, um mecenato ou um município autorizado.

A Questura guarda uma cópia de todos os documentos. Outra via será entregue como recibo e deverá conter: o carimbo da repartição a que foi apresentado o pedido, a assinatura do responsável, a data de apresentação do pedido, o dia da retirada da autorização de residência.

**Atenção:** No momento da entrega do arquivo nos correios, o estrangeiro receberá um aviso de convocação que indicará o dia em que deverá se apresentar na Delegacia de Polícia com fotografias para serem submetidas a vistorias fotodactiloscópicas.

## Quanto custa para solicitar uma autorização de residência?

Ao solicitar uma autorização de residência, é necessário:

* + afixar no formulário um carimbo eletrónico de 16 euros;
  + pagar 30 euros nos correios pelo envio do segurado;
  + pagar, através do respectivo boletim pré-impresso (PSE), cujo recibo deve acompanhar o pedido, 30,46 euros pela emissão da autorização de residência em formato electrónico;
  + pagar, através de boletim disponível nos correios, uma contribuição compreendida entre 40 e 100 euros, proporcional ao tipo e duração da autorização solicitada, nos termos do disposto no [Circular do Ministério do Interior n. 400 de 9 de junho 2017](https://www.poliziadistato.it/statics/49/circolare-contributo-permesso-di-soggiorno-rimborso-istanze-e-modulo.pdf) no campo.

Esta contribuição também é devida em caso de recusa ou perda da autorização de residência. Em caso de recusa da autorização de residência, não é devido nenhum reembolso das importâncias pagas. Apenas existe o direito ao reembolso do custo da autorização de residência eletrónica (30,46 euros) mediante pedido do interessado ao Ministério da Economia e Finanças.

**Atenção:** Os seguintes estão isentos do pagamento da contribuição:

* crianças menores de 18 anos;
* menores, incluindo filhos do cônjuge ou nascidos fora do casamento;
* aqueles que possuem uma autorização de residência para tratamento médico, ou seja, aqueles que entram na Itália para se submeter a tratamento médico;
* o cidadão estrangeiro que requeira a emissão ou renovação da licença para requerer e conceder proteção internacional;
* requerentes de conversão de uma autorização de residência válida;
* requerentes de atualização da autorização de residência;
* membros da família de cidadãos da UE que residam de acordo com [Decreto Legislativo 30/2007](https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2007/03/27/007G0033/sg).

## Quanto tempo dura a autorização de residência?

A duração da autorização de residência emitida é igual à do visto de entrada, se aplicável, e em qualquer caso para:

* + trabalho subordinado com contrato permanente: máximo 2 anos;
  + trabalho subordinado com contrato a termo: igual à duração da relação ou máximo de 1 ano;
  + trabalho autônomo: máximo 2 anos;
  + trabalho sazonal: máximo de 9 meses (independente do setor de trabalho);
  + emprego esperado: pelo menos 1 ano, ou durante toda a duração do serviço de apoio ao rendimento possivelmente recebido pelo trabalhador estrangeiro, se superior ([L. 92/2012](https://www.lavoro.gov.it/archivio-doc-pregressi/Strumenti_normativa/2012/20120628_L_92.pdf));
  + estudo e treinamento: 1 ano renovável;
  + familiares: no que se refere ao familiar com direito ao reagrupamento, ou por no máximo 2 anos;
  + pedido de proteção internacional: 6 meses, renovável por 6 meses em 6 meses até a conclusão do procedimento;
  + proteção internacional (status e subsidiária): 5 anos;
  + proteção especial: 2 anos;
  + casos especiais: 6 meses e renovável por 1 ano ou mais;
  + licença de desastre: 6 meses;
  + licença para atos de particular valor civil: 2 anos;
  + voluntariado: geralmente 1 ano ou no máximo 18 meses;
  + pesquisa científica: igual à do programa de pesquisa (Decreto Legislativo 17/2008);
  + residência eletiva: máximo 2 anos.

**Atenção:** Lá [Grama. 128 de 8 de novembro de 2013](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Alegge%3A2013-11-08%3B128), modificou a duração das autorizações de residência por motivos de estudo, estabelecendo que não pode ser inferior ao período de frequência do estudo ou curso de formação frequentado, ainda que vários anos, salvo para verificação anual dos lucros.

Recorde-se que a autorização de residência para estudo permite a realização de trabalho a tempo parcial, no máximo 20 H semanais, durante 52 semanas, até ao limite máximo de 1.040 horas por ano.

## Como pode a autorização de residência ser renovada?

A renovação da autorização de residência deve ser solicitada (através do [Correios](https://www.poste.it/prodotti/sportello-amico.html) ou para o Quartel da Polícia, consoante os motivos da renovação) pelo menos 60 dias antes do prazo, prazo este que é meramente indicativo e em caso de incumprimento não há sanção imediata. Por outro lado, o estrangeiro com autorização de residência com prazo de validade superior a 60 dias é considerado ilegal, sem ter solicitado a sua renovação.

## Quais são os direitos do estrangeiro na fase de emissão ou renovação da autorização de residência?

Em caso de pedido de emissão ou renovação da autorização de residência, por todo o período necessário à realização dos trâmites pela Administração, o estrangeiro pode contar com a plena legitimidade da estada e do trabalho desde que:

* + o pedido de emissão da autorização de residência por motivos de trabalho foi feito pelo trabalhador estrangeiro no momento da assinatura do contrato de residência, ou, no caso de renovação, o pedido foi apresentado antes do termo da autorização, ou no prazo de 60 dias a partir da expiração do mesmo;
  + o recibo que atesta a apresentação do pedido de emissão ou renovação da licença foi emitido pela repartição competente.

Os efeitos dos direitos exercidos na pendência da emissão ou renovação da autorização de residência cessam apenas em caso de não emissão, renovação, revogação ou cancelamento da própria autorização. Nesta fase é possível, portanto, inscrever-se no Serviço Nacional de Saúde, renovar o bilhete de identidade caducado, mudar de residência, usufruir de benefícios da segurança social, tirar carta de condução, etc.

## Quando a autorização de residência não é renovável?

A autorização de residência não pode ser renovada ou prorrogada se a estada na Itália tiver sido interrompida, permanecendo no exterior, por um período contínuo de mais de 6 meses, ou mais da metade do período de validade da autorização de residência, a menos que motivos graves (serviço militar e semelhantes).

A renovação da autorização de residência também é recusada na ausência dos requisitos previstos na lei para a sua emissão.

## É possível converter a autorização de residência para estudos em autorização de trabalho?

Sim, antes do final do prazo e dentro dos limites das quotas anuais, é possível converter uma autorização emitida para fins de estudo em autorização de trabalho subordinado ou autônomo. No caso de:

* + [trabalho subordinado,](http://www.poliziadistato.it/pds/cittadino/stranieri/st3.htm) é necessária a apresentação de documentos que comprovem a existência de vínculo empregatício;
  + [Empregado por conta própria,](http://www.poliziadistato.it/pds/cittadino/stranieri/st4.htm) é necessária a apresentação da documentação relativa à atividade que será desenvolvida e as disponibilidades financeiras necessárias para a sua realização.

**Atenção.** Aqueles que alcançam um grau (três anos ou especialista), um doutorado ou um grau de mestre de primeiro ou segundo nível na Itália, ao expirar a autorização de residência por motivos de estudo, podem ser inscritos no registro de candidatos a emprego, por um período não superior a 12 meses e, portanto, requerer autorização de residência para aguardar emprego se possuir todos os requisitos exigidos.

## É sempre necessário verificar a existência de cotas disponíveis para proceder à conversão de uma autorização de residência emitida para fins de estudo?

Não, estão dispensados ​​da verificação da existência das ações e, portanto, podem ser enviados a qualquer época do ano os pedidos de conversão apresentados por:

* + cidadãos estrangeiros que residam legalmente na Itália ao atingirem a maioridade;
  + cidadãos estrangeiros que obtiveram o grau de bacharel ou de especialização na Itália, após a frequência dos respectivos cursos de estudo na Itália.

## O que é o Cartão Azul UE? Para quem pode ser emitido?

Desde 2012, é concedido a trabalhadores altamente qualificados, ou seja, aqueles que possuem um diploma de ensino superior emitido pela autoridade competente do país onde foi obtido, que atesta a conclusão de um programa de ensino superior pós-secundário com duração de pelo menos três anos e qualificação profissional superior relativa, que deve ser reconhecida na Itália.

No que diz respeito ao reconhecimento de qualificações profissionais não regulamentadas (ou seja, qualificações profissionais superiores não comparáveis ​​a uma qualificação profissional regulamentada na Itália), o estrangeiro, ou mesmo a empresa que pretende contratá-la, deve apresentar um pedido específico de reconhecimento ao Ministério de Educação, Universidade e pesquisa. Para efeito de reconhecimento das profissões regulamentadas na Itália, as autoridades indicadas no artigo 5º do Decreto Legislativo nº. 206/2007.

O trabalhador estrangeiro que entrou na Itália como trabalhador altamente qualificado recebe uma autorização de residência denominada "Cartão Azul UE". Esta autorização tem a duração de dois anos, no caso de contrato de trabalho por tempo indeterminado, ou, nos restantes casos, a mesma duração da relação de trabalho.

## Qual é o procedimento para obter o Cartão Azul UE?

O pedido de nulla osta (modelo BC), apresentado pelo empregador, deve ser enviado ao "Sportello Unico" através do procedimento informático específico disponível no site da

Ministro do interior (<https://nullaostalavoro.dlci.interno.it/Ministero/Index2>) que pode ser acessado registrando-se gratuitamente usando a identidade digital SPID.

Na candidatura, para além das garantias relativas ao alojamento e à proposta de contrato de residência, o empregador deve indicar ainda os dados da proposta de emprego e possuir os requisitos previstos no faq. [43](#_bookmark14)

Após a liberação da nulla osta - o mais tardar 90 dias a partir da apresentação do pedido - o trabalhador estrangeiro pode se dirigir à representação diplomático-consular de seu país para solicitar o visto de entrada ou, se já residir legalmente na Itália por outro motivo , diretamente ao balcão único para assinar o contrato de residência.

A autorização de trabalho é revogada se o trabalhador não se deslocar no prazo de 8 dias após a entrada na Itália para o Sportello Único para a assinatura do contrato de residência, exceto em casos de força maior.

## A autorização de residência para trabalho sazonal pode ser convertida em autorização de residência para trabalho subordinado de forma fixa ou permanente?

O trabalhador estrangeiro autorizado a entrar na Itália para o trabalho sazonal pode converter (a partir da primeira entrada na Itália com base no **[circular de 5 de novembro de 2013](http://www.integrazionemigranti.gov.it/Attualita/News/Pagine/permesso-di-soggiorno-stagionale.aspx)**) a autorização de residência para trabalho sazonal ou para trabalho subordinado - por prazo determinado ou indeterminado, no âmbito das quotas disponibilidade estabelecida a partir de DPCM. A autorização de residência para trabalho sazonal deve ser válida no momento da apresentação do pedido. O trabalhador estrangeiro deve encaminhar o pedido de conversão da autorização de trabalho sazonal para trabalho subordinado exclusivamente por meio eletrônico ao Balcão Único de Imigração - por meio de conexão ao site[https://nullaostalavoro.dlci.interno.it/Ministero/Index2.](https://nullaostalavoro.dlci.interno.it/Ministero/Index2)

Em caso de existência de cotas, o estrangeiro é convocado ao Balcão Único para a assinatura do contrato de residência e do formulário de pedido de autorização de residência para trabalho subordinado.

## É possível utilizar a autorização de residência para trabalho subordinado, trabalho autônomo e / ou por motivos familiares para outras atividades?

Sim, mesmo sem conversão ou retificação, para todo o período de validade da licença. No momento da renovação, é possível solicitar uma nova autorização de residência correspondente à atividade efetivamente exercida.

Em geral, para trabalhar na Itália, o cidadão estrangeiro deve possuir uma autorização de residência que possibilite o trabalho, ou seja, com a menção “autorização de trabalho único”.

**Atenção**: Embora permitam, em qualquer caso, o exercício de actividades laborais, a expressão "autorização de trabalho único" não está incluída nas autorizações de residência da UE para estadias de longa duração, nas autorizações emitidas para casos especiais, para pedido de protecção internacional, para refugiado Estatuto e protecção subsidiária, para estudo, para trabalho sazonal, para trabalho independente e para certas categorias particulares para as quais está prevista a entrada fora do mecanismo de fluxos programados.

1. **O que pode ser feito se recusarem ou revogarem a autorização de residência?** No prazo de 60 dias a contar da comunicação oficial do decreto, é possível recorrer para o TAR (Tribunal Regional Administrativo) competente da Delegacia de Polícia que o expediu, se a revogação ou indeferimento da suspensão respeitar a motivos laborais.

Se, por outro lado, tiver sido negado ou revogado por motivos familiares, é possível interpor recurso para o Tribunal ordinário, no prazo de 60 dias a partir da data da notificação.

## Quais são os direitos dos titulares de autorizações de residência?

Posso:

* + inscrever-se nos Centros de Emprego e possuir carteira profissional;
  + registrar-se no Serviço Nacional de Saúde;
  + regularizar o cargo no INPS (Instituto Nacional de Seguridade Social;
  + regularizar o cargo no INAIL (Instituto Nacional de Acidentes do Trabalho);
  + solicitar registro no Município de residência;
  + aderir e / ou promover uma associação;
  + aderir ao sindicato;
  + gozar dos direitos em matéria civil atribuídos ao cidadão italiano, salvo disposição em contrário das convenções internacionais em vigor para a Itália e da Lei Consolidada de Imigração.

## Quais são os deveres dos titulares de autorização de residência?

São obrigados a apresentar a autorização de residência juntamente com o passaporte ou outro documento de identidade nos seguintes casos:

* + para funcionários da administração pública, caso necessitem de licenças, autorizações, registros, etc.
  + a pedido de oficiais e agentes de segurança pública; se se recusar a mostrar os seus documentos, pode ser punido com pena de prisão até 1 ano e multa até € 2.000. A autoridade de segurança pública, quando houver motivo válido, também pode solicitar informações e comprovantes de rendimentos (do trabalho ou de outras fontes legítimas), suficientes para o sustento do estrangeiro e seus familiares residentes na Itália.

Estão também obrigados a comunicar qualquer alteração do domicílio habitual ao Questore competente para o território nos quinze dias seguintes.

Esta comunicação também pode ser cumprida por meio de declaração de hospitalidade e / ou venda do imóvel, nos casos e nas formas previstas na lei.

## Em caso de perda do emprego, a autorização de residência também é perdida?

Não, em caso de perda do emprego do trabalhador estrangeiro, o empregador que o contratou deve comunicar ao Balcão Único e Centro de Emprego competente no prazo de cinco dias a contar da data do despedimento. O Centro de Emprego prevê a inclusão do trabalhador na lista de dados pessoais, ou atualiza a posição do trabalhador se já inserida. O trabalhador mantém a inclusão nesta lista pelo período de validade residual da autorização de residência e, em qualquer caso, com exceção do trabalhador sazonal, por um período total não inferior a 1 ano. Se você não tiver um novo emprego antes de expirar sua autorização de residência, você pode solicitar uma autorização de residência para aguardar emprego e, portanto, ser inscritas nas listas de pessoas disponíveis para trabalhar nos centros de emprego. Consulte o fa[q 123](#_bookmark46) e o seguinte.

## O que acontece se eu entrar e ficar na Itália sem uma autorização de residência ou com uma autorização de residência expirada?

É cometido um crime punível com multa de 5.000 a 10.000 euros.

## Acordo de integração

1. **Qual é o acordo de integração?**

A partir de 10 de março de 2012, com a entrada em vigor do regulamento que rege o acordo de integração, os estrangeiros com mais de dezesseis anos que entrarem na Itália pela primeira vez e solicitarem uma autorização de residência com duração não inferior a um ano, devem assinar um acordo com o Estado italiano.

Ao assinar o acordo, o estrangeiro compromete-se a cumprir objetivos específicos de integração durante o período de validade da sua autorização de residência e o Estado compromete-se a apoiar o processo de integração do estrangeiro mediante a contratação de todas as iniciativas idôneas em conjunto com as Regiões e Autarquias. O acordo, se envolver menor de dezasseis a dezoito anos, é também celebrado pelos pais ou pelos sujeitos que exerçam a autoridade paternal legalmente residentes no território nacional.

## Quem não tem que assinar o acordo?

* + Cidadãos estrangeiros que sofram de patologias ou deficiências que possam limitar seriamente a autossuficiência ou causar sérias dificuldades na aprendizagem de línguas e cultura. Esta condição deve ser atestada por meio de um certificado emitido por uma unidade de saúde pública ou por um médico afiliado ao Serviço Nacional de Saúde;
  + menores desacompanhados confiados nos termos do art. 184, e posteriores alterações, ou protegidas, para as quais o acordo seja substituído pela concretização do projecto de integração social e civil a que se refere o artigo 32.º, n.º 1-bis, da Lei Consolidada de Imigração;
  + vítimas de tráfico de pessoas, violência ou exploração grave, cujo acordo é substituído pela concretização do programa de assistência social e integração a que se refere o artigo 18.º da Lei Consolidada da Imigração;
  + detentores de proteção internacional.

## Onde o acordo é assinado?

No Balcão de Migração da Prefeitura, nos casos em que o estrangeiro entre por motivos de trabalho ou para reagrupamento familiar, ou no Escritório, nos casos de entrada por outros motivos.

O acordo é assinado ao mesmo tempo que o pedido de autorização de residência com duração não inferior a um ano. No momento da assinatura, o contrato é lavrado em duas vias, sendo uma delas entregue ao estrangeiro na língua por ele indicada. Para o Estado, o acordo é assinado pelo Prefeito ou seu delegado.

## Quantos créditos iniciais são atribuídos ao estrangeiro?

Com a assinatura do convênio, são concedidos 16 créditos iniciais. A confirmação desses 16 créditos ocorre após a participação em um treinamento cívico gratuito e sessão de informação sobre a vida na Itália, realizada no Balcão de Imigração das Prefeituras. Nesta ocasião, serão também recebidas informações sobre as “iniciativas de apoio ao processo de integração” (como os cursos gratuitos de italiano) que atuam na província. A não participação na formação resultará na perda de 15 dos 16 créditos atribuídos. .

## Quantos créditos devem ser obtidos e em quanto tempo?

O acordo prevê que em dois anos o estrangeiro atinja a cota de 30 créditos. A[créditos](http://www.libertaciviliimmigrazione.dlci.interno.gov.it/sites/default/files/allegati/crediti_riconosciuti.pdf) pode ser alcançado através da aquisição de certos conhecimentos (língua italiana, cultura cívica e vida civil na Itália) e o desempenho de certas atividades, tais como:

* + Cursos de italiano;
  + treinamento profissional;
  + qualificações;
  + cursos de formação também no país de origem;
  + inscrição no Serviço Nacional de Saúde e escolha de clínico geral;
  + estipulação de contrato de arrendamento ou certificação de hipoteca para aquisição de imóvel para uso residencial;
  + realização de atividades econômico-empresariais, etc.

Para mais informações, você pode consultar o portal do [Ministro do interior](https://www.interno.gov.it/it/temi/immigrazione-e-asilo/modalita-dingresso/accordo-integrazione-straniero-richiede-permesso-soggiorno)

## Os créditos obtidos podem ser perdidos?

Sim, nos seguintes casos:

* + condenações criminais;
  + mesmo aplicação não definitiva de medidas de segurança pessoal;
  + aplicação definitiva de sanções pecuniárias não inferiores a 10 mil euros, relativamente a contra-ordenações e contra-ordenações fiscais.

No site do Ministério do Interior é possível consultar o [Mesa](http://www.libertaciviliimmigrazione.dlci.interno.gov.it/sites/default/files/allegati/crediti_decultabili.pdf) para saber a lista completa de casos que podem levar à perda de créditos.

## Quando o acordo é verificado?

Um mês antes do término do Convênio, o "Sportello Unico" inicia o procedimento de verificação e notifica o estrangeiro. No prazo de 15 dias a partir da comunicação, caso ainda não tenha sido feita, deverá ser apresentada a documentação necessária para obter o reconhecimento dos créditos, incluindo a certificação relativa ao cumprimento da obrigação educacional dos filhos menores e a relativa ao conhecimento da língua italiana pelo menos no nível A2 de[Pintura](http://archivio.pubblica.istruzione.it/argomenti/portfolio/allegati/griglia_pel.pdf) Referência europeia comum para o conhecimento de línguas aprovada pelo Conselho da Europa. Na falta da documentação necessária, o cidadão estrangeiro pode fazer uma prova gratuita de seus conhecimentos da língua italiana, da cultura cívica e da vida civil na Itália. O teste é organizado pelo "Sportello Unico".

## O que significa conhecimento da língua italiana no nível A2? Como a certificação pode ser obtida?

**É um nível elementar de conhecimento linguístico que permite que você** comunicar-se em atividades que requeiram uma simples troca de informações sobre temas familiares e comuns e descrever em termos simples aspectos da vida e do ambiente circundante.

O conhecimento da língua italiana no nível A2 pode ser demonstrado de várias maneiras:

* + com uma certificação de nível A2 de conhecimento italiano emitida por um dos quatro Organismos de Certificação reconhecidos pelo Ministério das Relações Exteriores e pelo Ministério da Educação, Universidade e Pesquisa (Universidade para Estrangeiros de Perugia, Universidade para Estrangeiros de Siena, Universidade de Roma Tre , Sociedade Dante Alighieri);
  + com a posse de um título obtido na Itália (licença do ensino médio, diploma do ensino médio, diploma universitário);
  + comprovar que está cursando em universidade estatal ou não legalmente reconhecida, um doutorado ou um mestrado universitário;
  + por frequentar ou comprovar que frequentou um curso de italiano num centro territorial permanente (CTP), ao final do qual é emitida uma qualificação que atesta conhecimentos da língua italiana a um nível não inferior a A2 do QECR

Na ausência de certificação de conhecimento da língua italiana, será necessário realizar um **[co-teste](http://www.interno.gov.it/mininterno/export/sites/default/it/temi/immigrazione/sottotema001.html) [conhecimento da língua em um CTP](http://www.interno.gov.it/mininterno/export/sites/default/it/temi/immigrazione/sottotema001.html)**[.](http://www.interno.gov.it/mininterno/export/sites/default/it/temi/immigrazione/sottotema001.html)

## O que são CTPs?

Os Centros Territoriais Permanentes de Educação e Formação na Idade Adulta - CTP - são instituições públicas, nas quais os professores das escolas públicas trabalham flanqueados, conforme necessário, por figuras de especialistas e colaborações externas, para oferecer atividades culturais, de educação e formação para adultos.

**Os cursos organizados pelos CTPs são gratuitos.** Para mais informações contacte os serviços locais do Município onde reside ou em [associações que oferecem assistência a estrangeiros.](https://integrazionemigranti.gov.it/it-it/Servizi-per-lintegrazione)

## Como o acordo de integração é verificado?

A verificação termina com a atribuição dos créditos finais e com uma das seguintes decisões:

* + **créditos acima de 30** e obtenção do nível A2 de conhecimento da língua italiana falada e conhecimento da cultura cívica e da vida civil na Itália: rescisão do contrato por cumprimento. Se os créditos forem iguais ou superiores a quarenta, os prêmios são reconhecidos para atividades culturais e educacionais específicas.
  + **créditos** finais acima de zero, mas abaixo de 30 (ou seja, os níveis de conhecimento da língua italiana falada, cultura cívica e vida civil na Itália não foram alcançados), a prorrogação do acordo por um ano é declarada nas mesmas condições. A verificação será realizada um mês antes do término do ano de extensão. Porém, se o acordo não for cumprido, o Prefeito decreta o descumprimento parcial, que a autoridade competente leva em consideração para a adoção de medidas discricionárias sobre imigração.
  + **créditos finais iguais ou menores que zero**, é decretada a rescisão do contrato por incumprimento, com a revogação da autorização de residência ou a recusa da sua renovação e a expulsão do estrangeiro do território nacional. Se o estrangeiro não puder ser expulso, o descumprimento é levado em consideração para a adoção de medidas discricionárias de imigração.

Caso o Sportello Único apure a não participação na sessão de formação e informação cívica, procede à redução de quinze créditos. O não cumprimento da obrigação educativa dos filhos menores acarreta a perda total dos créditos atribuídos no momento da assinatura e dos posteriormente obtidos e a rescisão do contrato por incumprimento.

## Quais estrangeiros estão excluídos da verificação do acordo?

Cidadãos estrangeiros que assinaram o acordo de integração, mas que no momento da verificação são titulares de um dos seguintes tipos de autorização de residência: autorização de residência para asilo, para pedido de asilo, para proteção subsidiária, para proteção especial, por razões familiares, residência na UE autorização de residência de longa duração, cartão de residência de estrangeiro familiar de cidadão da União Europeia, bem como estrangeiro titular de outra autorização de residência que tenha exercido o direito ao reagrupamento familiar.

Em qualquer caso, a eficácia do contrato pode ser suspensa ou prorrogada, a pedido do estrangeiro, na presença de graves motivos de saúde, familiares, laborais, frequência de cursos ou estágios de formação, atualização ou orientação profissional, razões para estudar no exterior.

## Autorização de residência na UE para residentes de longa duração

1. **O que é a autorização de residência de longa duração da UE?**

É uma autorização de residência que autoriza a permanência indefinida na Itália. A autorização de residência da UE para residentes de longa duração[também constitui um documento de identificação](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Apresidente.repubblica%3Adecreto%3A1999-08-31%3B394!vig=%20!) [por no máximo 5 anos a partir da data de emissão ou renovação](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Apresidente.repubblica%3Adecreto%3A1999-08-31%3B394!vig=%20!). A renovação é realizada a

solicitado pelo interessado e acompanhado de fotografias atualizadas.

## Que requisitos são necessários para obter uma autorização de residência de longa duração da UE?

A autorização de residência na UE para residentes de longa duração pode ser emitida para estrangeiros que possuam uma autorização de residência válida por pelo menos 5 anos, desde que demonstre a disponibilidade de um rendimento mínimo não inferior ao subsídio social anual. Língua italiana (ver faq [58](#_bookmark17)) Os titulares de proteção internacional estão dispensados ​​de demonstrar conhecimento da língua italiana e aqueles que são considerados vulneráveis ​​entre eles podem contribuir para sua renda, por um máximo de 15%, com a disponibilidade de hospedagem gratuita. Por uma entidade pública ou privada reconhecida organização. Para mais informações, você pode consultar a análise aprofundada no site[Integração de Migrantes.](https://integrazionemigranti.gov.it/it-it/Altre-info/e/4/o/5/id/2/Il-permesso-di-soggiorno-UE-per-lungo-soggiornanti)

**Atenção:** Os períodos de residência passados ​​pelo requerente com o estatuto legal de um diploma ou equivalente ou com uma autorização de residência de curta duração não precisam de ser contados para efeitos do cálculo da posse, durante pelo menos 5 anos, de uma autorização de residência válida . As ausências do estrangeiro do território nacional não interrompem a duração de 5 anos da posse, por parte deste, de autorização de residência e estão incluídas no cálculo da mesma, desde que inferiores a 6 meses consecutivos e não excedam um total de 10 meses em um período de cinco anos, a menos que essa interrupção dependa da necessidade de cumprimento de obrigações militares, por motivos de saúde graves e documentados ou por outros motivos sérios e comprovados.

## O titular de uma autorização de residência de longa duração da UE pode candidatar-se a uma autorização de residência de longa duração da UE para os seus familiares?

Sim, pode ser solicitado pelo estrangeiro que possua os requisitos acima (ver fa[q 64](#_bookmark20)) mesmo para um membro da família (cônjuge, filho menor dependente, filhos adultos dependentes quando não podem prover permanentemente as suas necessidades de vida indispensáveis, pais dependentes que não têm apoio familiar adequado no seu país). Neste caso é necessário demonstrar, para além de um rendimento suficiente quanto à composição do núcleo familiar, também a disponibilidade de alojamento adequado que se enquadre nos parâmetros mínimos estabelecidos pela legislação regional para habitação pública ou que seja munidos dos requisitos de idoneidade sanitária e higiénica aferidos pela Autoridade Sanitária Local competente para o território. Este último requisito não é exigido para estrangeiros com proteção internacional.

**Atenção**: Para a emissão da autorização de residência na UE para residentes de longa duração para os familiares do requerente, a Sede da Polícia exige que os membros da família também possuam o requisito de uma estadia anterior de cinco anos na Itália, conforme também confirmado pelo

[Circular do Ministério do Interior n. 122106 de 6 de setembro de 2019.](http://www.integrazionemigranti.gov.it/Attualita/Notizie/Documents/el/circolare%20ministero%20interno%206%209%202019%20n122106.pdf)

## Qual é a duração da autorização de residência na UE para residentes de longa duração?

A autorização de residência da UE para residentes de longa duração é por tempo indeterminado.

Essa permissão também é [válido como documento de identificação pessoal](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Apresidente.repubblica%3Adecreto%3A1999-08-31%3B394!vig=%20). No entanto, se for usado como documento de identidade, deve ser renovado a cada 5 anos. A partir de[Janeiro de 2021,](https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2021/01/30/21A00499/sg) no cumprimento do novo modelo de autorização de residência eletrónica, o prazo de validade do documento deixará de representar a duração ilimitada do direito de residência eventualmente adquirido pelo titular, mas sim a validade de dez anos do documento físico.

## Como formalizar o pedido de obtenção da autorização de residência UE para residentes de longa duração?

A candidatura deve ser feita utilizando o formulário próprio disponível nos correios e anexando os documentos específicos solicitados. Para mais informações, é aconselhável entrar em contato com uma agência de correios autorizada, um mecenato ou um município autorizado.

## Que documentos devem ser apresentados para obter a autorização de residência de longa duração da UE para os familiares do requerente?

Além dos documentos relativos ao estado do requerente, é necessária a apresentação para cada membro da família documentação específica que ateste a composição do agregado familiar, rendimentos e que dispõe de alojamento adequado, com exceção dos titulares de proteção internacional (ver[q 63](#_bookmark19))

## Que nível de conhecimento da língua italiana é necessário possuir para ter direito à autorização de residência da UE para residentes de longa duração?

A partir de 9 de dezembro de 2010 para obter o lançamento do **[Autorização de residência na UE para residentes](http://www.integrazionemigranti.gov.it/Documenti/ProcedureItalia/Pagine/PERMESSO-DI-SOGGIORNO-CE-PER-LUNGO-SOGGIORNANTI.aspx) [longo prazo](http://www.integrazionemigranti.gov.it/Documenti/ProcedureItalia/Pagine/PERMESSO-DI-SOGGIORNO-CE-PER-LUNGO-SOGGIORNANTI.aspx)** o estrangeiro deve demonstrar conhecimento da língua italiana correspondente ao nível A2 (ver faq [52](#_bookmark16) e o seguinte). As únicas exceções se aplicam se a licença da UE for solicitada:

* + para crianças menores de 14 anos;
  + por sujeitos com sérias limitações de aprendizagem de línguas, comprovadas por certificação emitida por estabelecimento de saúde;
  + pelos titulares de proteção internacional.

## Quais são os direitos dos titulares de uma autorização de residência de longa duração da UE?

A autorização de residência da UE para residentes de longa duração é por tempo indeterminado. Na qualidade de titular desta autorização, é concedido ao cidadão estrangeiro um estatuto jurídico específico, que lhe confere direitos adicionais aos concedidos a outros cidadãos não comunitários titulares de uma autorização de residência regular, nomeadamente:

* + entrar e sair da Itália sem a necessidade de visto;
  + exercer qualquer tipo de atividade lícita que não seja expressamente proibida a estrangeiros ou reservada a cidadãos italianos. Para o exercício de trabalho subordinado não é exigida a estipulação do contrato de residência;
  + permanecer, também por motivos de estudo e de trabalho, noutro Estado Schengen, ainda que por um período superior a 90 dias, em conformidade com a regulamentação em vigor no outro Estado-Membro. É necessário, portanto, entrar em contato com a representação diplomático-consular do Estado para onde se pretende deslocar para verificar as condições exigidas;
  + participar em concursos públicos, com exceção dos relativos a cargos que envolvam o exercício direto ou indireto de poderes públicos, ou que digam respeito à proteção do interesse nacional (ex. magistrados, militares);
  + ter acesso a ajuda econômica para deficientes;
  + você pode obter auxílio-maternidade e auxílio-maternidade para uma grande unidade familiar;
  + pegue o[mesada social](https://www.inps.it/nuovoportaleinps/default.aspx?itemdir=50184) ou solicite o [Renda básica,](https://www.redditodicittadinanza.gov.it/) na presença de outros

requisitos previstos, se residir legalmente, de forma contínua, há pelo menos dez anos em território nacional;

O cidadão estrangeiro titular desta autorização de residência pode ser expulso:

* + por graves razões de ordem pública ou segurança nacional, bem como no contexto do combate ao terrorismo internacional;
  + no caso de lhe serem aplicadas medidas de prevenção pessoal destinadas a combater a exploração da prostituição, o tráfico de drogas e as associações mafiosas.

**Atenção**: A questão do acesso dos cidadãos estrangeiros às prestações sociais é uma questão que envolve fontes legislativas de diferentes níveis e sobre a qual há anos existe um grande contencioso jurisprudencial a nível nacional e supranacional.

A este respeito, é possível consultar o [Manual operacional sobre benefícios e serviços sociais.](https://www.asgi.it/wp-content/uploads/2021/04/Asgi-PrestazioniSociali_1_2021_Digital-22-aprile-21.pdf)

## A autorização de residência da UE para residentes de longa duração pode ser recusada ou revogada?

A autorização de residência na UE para residentes de longa duração é recusada se o requerente tiver sido condenado por um dos crimes previstos por[artigo 380 cpp](https://www.brocardi.it/codice-di-procedura-penale/libro-quinto/titolo-vi/art380.html?utm_source=internal&utm_medium=link&utm_campaign=articolo&utm_content=nav_art_prec_top) bem como, limitado a crimes não culpáveis, pelo[artigo 381](https://www.brocardi.it/codice-di-procedura-penale/libro-quinto/titolo-vi/art381.html?utm_source=internal&utm_medium=link&utm_campaign=articolo&utm_content=nav_art_succ_top) e se uma sentença foi proferida (mesmo que não definitiva) para a qual a reabilitação não foi solicitada. A autorização de residência na UE para residentes de longa duração também pode ser recusada se o titular tiver deixado a Itália por um período consecutivo de mais de seis meses, ou por um total de 10 meses durante os cinco anos de residência solicitados (a menos que a interrupção declarada dependesse do necessidade de cumprir obrigações militares ou por motivos sérios e comprovados); também pode ser recusado por razões de ordem pública e segurança do Estado.

O Delegado ordena a revogação caso haja sentença proferida, mesmo que não seja definitiva; em caso de reabilitação é possível obter a autorização de residência.

Pode ser revogada se o titular deixar o território da União Europeia por um período superior a 12 meses ou por razões de ordem pública e segurança do Estado.

Na adoção da medida de revogação, a idade do interessado, o tempo de permanência em território nacional, a existência de laços familiares e sociais no território nacional e a inexistência de tais vínculos com o país de origem.

## O que pode ser feito se a autorização de residência de longa duração da UE for recusada ou revogada?

É possível apelar para o TAR (Tribunal Administrativo Regional) competente.

## [O titular de uma autorização de residência de longa duração da UE emitida de outro Estado da UE pode, com esta licença, permanecer na Itália?](http://www.integrazionemigranti.gov.it/Documenti/ProcedureItalia/Pagine/PERMESSO-DI-SOGGIORNO-CE-PER-LUNGO-SOGGIORNANTI.aspx)

Sim, é possível entrar na Itália sem a necessidade de visto e permanecer por um período superior a três meses, a fim de:

* + Exercer actividade por conta própria ou subordinada com observância das demais condições previstas na legislação nacional;
  + frequentar cursos de formação ou formação profissional;
  + permaneçam para outros fins, desde que demonstrem disponibilidade de recursos económicos iguais, pelo menos, ao dobro do valor mínimo previsto na lei para a isenção de participação em despesas de saúde, bem como de seguro de saúde (cerca de € 8.500).

Porém, no prazo de três meses a partir da entrada em território nacional, o estrangeiro deverá solicitar

uma autorização de residência na Itália e, em caso de residência por motivos de trabalho, a autorização de trabalho.

Essas liberações são emitidas mesmo que o cidadão estrangeiro já se encontre na Itália no âmbito de cotas específicas estabelecidas pelos decretos de fluxo emitidos anualmente para o planejamento dos fluxos de entrada por motivos de trabalho.

Para estadias inferiores a três meses, é suficiente que o estrangeiro apresente a declaração de presença ao Questore, à semelhança do estrangeiro titular de outra autorização emitida por outro país da UE.

## O titular de uma autorização de residência de longa duração da UE obtida noutro país da UE pode entrar e residir em Itália juntamente com o seu cônjuge?

Sim, o familiar do titular também pode entrar no território nacional sem necessidade de visto e o mesmo pode obter uma autorização de residência por motivos familiares se residir, como tal, no primeiro Estado-Membro e desde que cumpridos os requisitos previstos na lei. para o reagrupamento familiar.

# Proteção Internacional

## O que é proteção internacional?

Representa o sistema de regras destinadas a garantir, salvaguardar e tutelar os direitos fundamentais da pessoa forçada a fugir do país de nacionalidade ou de residência habitual por receio fundado de sofrer perseguição ou ofensa grave, que se encontra num dos Estados em que ele está em vigor o [Convenção de Genebra de 1951.](https://www.unhcr.it/wp-content/uploads/2016/01/Convenzione_Ginevra_1951.pdf) Entre esses países está a Itália. A proteção internacional inclui o status de refugiado e o status de proteção subsidiária.

## Qual é o princípio de não repulsão?

É o princípio segundo o qual os países que ratificaram a Convenção de Genebra têm a obrigação de abster-se de expulsar ou repatriar um indivíduo para as fronteiras de territórios ou qualquer lugar onde possa enfrentar perseguição, pena de morte, tortura ou outro tratamento desumano ou degradante ou punição. Inclui também a repulsão indireta, que consiste no repatriamento de uma pessoa para um país terceiro onde existe o risco de repulsão..

## Um cidadão estrangeiro que entrou na Itália sem visto de entrada também pode solicitar proteção internacional?

Sim, a ninguém pode ser negado o acesso ao procedimento de asilo, mesmo que a pessoa não tenha cumprido as condições de entrada. Todos têm o direito de apresentar um pedido de proteção internacional, independentemente de terem entrado ilegalmente no território do Estado, com documentos falsos ou fraudulentos, ou estejam totalmente em situação irregular..

## Como é solicitada a proteção internacional?

É possível requerer proteção internacional no Serviço de Polícia de Fronteiras ao entrar no território nacional ou na Delegacia de Polícia competente do local de residência. Após a fotossinalização, a polícia procede ao registo do pedido em formulários especiais (formulário C3), que são posteriormente enviados à Comissão Territorial competente para o reconhecimento da protecção internacional, que é a única entidade competente para decidir sobre a instância.

A inscrição é individual: cada adulto deve enviar a inscrição pessoalmente. Se o requerente tiver filhos menores em Itália, notifique as autoridades da sua presença: assim, o seu pedido também será válido para eles.

O requerente deve apresentar todos os elementos e documentação em seu poder e necessários para justificar o seu pedido. No entanto, a ausência de documentação relativa à sua identidade, ou de outros elementos significativos relacionados com a sua condição de requerente de asilo, não constitui motivo de inadmissibilidade ou indeferimento do pedido.

## Os menores podem solicitar proteção internacional?

Sim, os menores estrangeiros desacompanhados podem solicitar proteção internacional pessoalmente ou por meio de seu tutor, com base em uma avaliação individual de sua situação pessoal. Devido à sua menor idade, são considerados vulneráveis ​​e os melhores interesses do menor devem estar sempre no centro da avaliação; a sua candidatura será examinada com carácter prioritário. Se os menores estiverem acompanhados por um dos pais, consulte fa[q 78.](#_bookmark23)

## Cidadãos estrangeiros que estão em CPR (Centro de Residência para Retorno) podem solicitar proteção internacional?

Sim, eles podem solicitar proteção internacional e a Comissão Territorial avaliará sua solicitação de acordo com um procedimento acelerado.

1. **Qual autorização de residência é emitida para quem busca proteção internacional?** É emitida uma autorização de residência de 6 meses para pedido de asilo, válida no território do Estado e renovável até à decisão da Comissão Territorial sobre o pedido de reconhecimento de protecção internacional. A autorização de residência para pedido de asilo permite o exercício da actividade laboral, decorridos sessenta dias a partir da apresentação do pedido, se o procedimento de análise do pedido não estiver concluído e o atraso não puder ser imputado ao requerente. A autorização de residência para pedido de asilo não pode ser convertida em autorização de residência por motivos de trabalho.

## O recibo da apresentação do pedido de reconhecimento de proteção internacional é válido como documento?

Sim, constitui uma autorização de residência provisória.

## Qual país irá avaliar o pedido de proteção internacional?

Com base no [Regulamento de Dublin](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/IT/TXT/HTML/?uri=CELEX%3A32013R0604&from=IT), que contém as regras úteis para determinar a jurisdição dos países sobre a decisão de um pedido de proteção internacional, o requerente será dirigido à Comissão Territorial competente. Existem vários parâmetros para estabelecer a competência, mas em geral podemos dizer que o país competente para avaliar o pedido de proteção internacional é o primeiro país europeu em que o requerente se inscreveu. Tal[Regra-](https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/policies/asylum/examination-of-applicants_en) [queixo](https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/policies/asylum/examination-of-applicants_en) está em vigor nos estados membros da UE mais Suíça, Noruega, Islândia e Liechtenstein.

## Enquanto se aguarda a audiência na Comissão Territorial para o reconhecimento da proteção internacional, quais são os direitos e deveres do requerente da proteção internacional?

A partir do momento do pedido de proteção internacional, ele / ela tem o direito de:

* + ser informado, por meio de cartilha na língua inglesa, sobre o procedimento, sobre os seus direitos e deveres, sobre os horários e meios para completar o requerimento com outros elementos úteis;
  + durante o procedimento é garantida, se necessário, a presença de um intérprete;
  + em cada fase do processo, se o requerente for menor, é-lhe garantida a assistência de um dos pais ou, no caso de menor não acompanhado, do tutor prontamente nomeado;
  + permanecer na Itália até a decisão relativa ao pedido ou, em caso de recurso judicial contra a recusa da Comissão Territorial, pelo tempo em que for concluído;
  + que a autorização de residência para pedido de asilo seja renovada até que o procedimento seja definido;
  + Ser acolhido num centro de requerentes de asilo caso não haja alojamento disponível. Na Itália, existem dois níveis de recepção. Nesta fase, pode aceder a primeiros centros de acolhimento com serviços básicos, como os prestados em hotspots ou centros de primeiros socorros e acolhimento ou em centros de acolhimento extraordinários (CAS)
  + de registro de registro. Ele tem o dever:
  + cooperar com as autoridades em todas as fases do procedimento;
  + notificar a Delegacia de Polícia de qualquer mudança de domicílio ou residência;
  + apresentar-se à entrevista na Comissão Territorial competente;
  + permanecer na Itália até a conclusão do procedimento.

## O que é a audiência na Comissão Territorial para o reconhecimento da proteção internacional?

É uma entrevista composta por duas fases. Numa primeira fase, um representante da Comissão coloca ao requerente algumas questões para o conhecer melhor e recolher informações básicas, muito simples, como, por exemplo, a composição da sua família ou se já estudou: estas questões ajudará a Comissão a ter uma ideia do contexto geral em que viveu no seu país. Depois desta parte, a Comissão irá perguntar-lhe porque é que deixou o seu país e porque pensa que não pode regressar a ele. Se o entender, o requerente pode ser assistido durante a audiência por um advogado da sua escolha.

O requerente pode realizar a audição na sua língua materna ou, em qualquer caso, na língua por ele indicada no momento da formalização do pedido de proteção internacional. No dia da audição, você encontrará um intérprete independente que tem a tarefa exclusiva de traduzir literalmente tudo o que é falado e reler a ata da audição ao final da entrevista. É importante que o requerente saiba que tudo o que conta durante a entrevista não pode ser divulgado a terceiros e, sem a sua autorização, permanece em segredo,

## Que decisões pode a Comissão Territorial tomar para o reconhecimento da proteção internacional?

A Comissão Territorial, por meio de dispositivo escrito e motivado, pode reconhecer:

* + o Estatuto de Refugiado. A Convenção de Genebra de 1951 define refugiado como uma pessoa que está "fora do país de que é cidadão, temendo, com razão, ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencer a um determinado grupo social ou político opinião, e não pode ou não vai, por causa desse medo, valer-se da proteção daquele país ”. Por exemplo, são considerados refugiados os pertencentes à etnia Haratin na Mauritânia, perseguidos e escravizados desde o nascimento, por linha matriarcal: a escravatura, embora tenha sido abolida em 1981 e incluída no código penal, é difícil de erradicar.
  + Status de proteção subsidiária. É reconhecido ao "cidadão de um país terceiro ou apátrida que não reúna os requisitos para ser reconhecido como refugiado, mas contra o qual haja razões justificadas para crer que, se ele retornou ao seu país de origem (ou no país domicílio se apátrida), correria o risco real de sofrer danos graves ”. "Dano grave" significa a sentença de morte, execução, tortura ou outra forma de punição ou tratamento desumano ou degradante, a ameaça grave e individual à vida. Por exemplo, aqueles que vêm de certas áreas onde há um conflito se beneficiam dessa proteção.
  + Protecção especial: nestas condições, a Comissão Territorial transmite ao Questor os documentos relativos à emissão desta autorização de residência de dois anos, que lhe permite o exercício da actividade laboral e que, graças às inovações introduzidas pela [DL 130/2020](https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2020/10/21/20G00154/sg), pode ser convertida em uma autorização de residência por motivos de trabalho. Por exemplo, pessoas que não podem ser rejeitadas, mas não estão cobertas por outras formas de proteção, se beneficiam dessa proteção (ver faq[76](#_bookmark22))
  + indeferir o pedido de proteção internacional.

## Quais são os direitos e deveres do titular da condição de refugiado?

Você tem o direito de:

* + pedir ao Immigration Office para emitir uma autorização de residência para asilo, que é válida por cinco anos e é renovável. Esta autorização de residência permite que você trabalhe e estude;
  + pode ser recebido em um segundo centro de acolhimento difundido, como o SAI (Sistema de Acolhimento e Integração), e pode usufruir de medidas ativas de integração e inclusão social no país;
  + podem circular no espaço Schengen, sem visto, por um período máximo de três meses;
  + após 5 anos da formalização do pedido de proteção, ou a partir do momento em que preencheu o formulário C3 na Sede da Polícia, se cumprir determinados requisitos, pode solicitar uma autorização de residência na UE para residentes de longa duração, que é para tempo ilimitado e permite-lhe permanecer, também por motivos de trabalho, noutro país Schengen por um período superior a 90 dias, de acordo com a regulamentação em vigor no outro país Schengen;
  + para solicitar a cidadania italiana com tempos mais curtos (após 5 anos de residência na Itália) e requisitos simplificados em comparação com outros cidadãos estrangeiros;
  + obter documento de viagem, documento equivalente a passaporte que - devido ao seu estatuto - não pode ser solicitado às autoridades do país de origem;
  + tem acesso aos direitos fundamentais de cada indivíduo e é igual aos cidadãos italianos no acesso à moradia, assistência social, educação, trabalho. Pode, por exemplo, inscrever-se nas listas de habitação social, frequentar cursos de formação profissional, subscrever o serviço nacional de saúde, etc…;
  + para obter o [reconhecimento](https://www.esteri.it/mae/it/politica_estera/cultura/universita/riconoscimento_titoli_studio/dichiarazionevalorerifugiati.html) de habilitações académicas, ainda que sem o original ou cópia da habilitação. Para obter a declaração de valor, os beneficiários de proteção internacional podem entrar em contato com o [Ministério das Relações Exteriores,](https://www.esteri.it/mae/en/politica_estera/cultura/universita/riconoscimento_titoli_studio/dichiarazionevalorerifugiati.html) em particular ao Gabinete VII da DGSP;
  + para reunir familiares no exterior sem ter que comprovar requisitos de renda e moradia;
  + obter autorização de residência por motivos familiares para os membros da família que não tenham individualmente direito ao estatuto, aos quais se estendem os mesmos direitos;

Tem o dever de:

* + cumprir as leis e regulamentos do país onde você mora;
  + respeitar as medidas adotadas para a manutenção da ordem pública.

## Quais são os direitos e deveres do titular da proteção subsidiária?

Você tem o direito de:

* + solicitar ao Serviço de Imigração que emita uma autorização de residência para proteção subsidiária, válida por cinco anos e renovável. Esta autorização de residência permite que você trabalhe e estude;
  + pode ser recebido em um segundo centro de acolhimento difundido, como o SAI (Sistema de Acolhimento e Integração), e pode usufruir de medidas ativas de integração e inclusão social no país;
  + podem circular no espaço Schengen, sem visto, por um período máximo de três meses;
  + após 5 anos da formalização do pedido de proteção, ou a partir do momento em que preencheu o formulário C3 na Sede da Polícia, se cumprir determinados requisitos, pode solicitar uma autorização de residência na UE para residentes de longa duração, que é para tempo ilimitado e permite-lhe permanecer, também por motivos de trabalho, noutro país Schengen por um período superior a 90 dias, de acordo com a regulamentação em vigor no outro país Schengen;
  + para solicitar a cidadania italiana após 10 anos de residência na Itália;
  + obter documento de viagem, documento equivalente a passaporte que - devido ao seu estatuto - não pode ser solicitado às autoridades do país de origem;
  + tem acesso aos direitos fundamentais de cada indivíduo e é igual aos cidadãos italianos no acesso à moradia, assistência social, educação, trabalho. Pode, por exemplo, inscrever-se nas listas de habitação social, frequentar cursos de formação profissional, subscrever o serviço nacional de saúde, etc…;
  + para obter o [reconhecimento](https://www.esteri.it/mae/it/politica_estera/cultura/universita/riconoscimento_titoli_studio/dichiarazionevalorerifugiati.html) de habilitações académicas, ainda que sem o original ou cópia da habilitação. Para obter a declaração de valor, os beneficiários de proteção internacional podem entrar em contato com o [Ministério das Relações Exteriores,](https://www.esteri.it/mae/en/politica_estera/cultura/universita/riconoscimento_titoli_studio/dichiarazionevalorerifugiati.html) em particular ao Gabinete VII da DGSP;
  + para reunir familiares no exterior sem ter que comprovar requisitos de renda e moradia;
  + obter autorização de residência por motivos familiares para os membros da família que não tenham individualmente direito ao estatuto, aos quais se estendem os mesmos direitos;

Você tem o dever de:

* + cumprir as leis e regulamentos do país onde você mora;
  + respeitar as medidas adotadas para a manutenção da ordem pública.

## Quais são os direitos e deveres do titular da proteção especial?

Tem o direito:

* + possuir uma autorização de residência de dois anos para protecção especial, renovável pelo Questor após consulta da Comissão Territorial competente. Esta autorização de residência pode ser convertida em autorização de trabalho;
  + requerer documento de viagem, caso não consiga obter passaporte junto às autoridades do país de origem;
  + para o exercício de atividades laborais e para a conversão da autorização de residência em motivos de trabalho, introduzida pela [DL 130/2020](https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2020/10/21/20G00154/sg);
  + pode ser recebido em um segundo centro de acolhimento difundido, como o SAI (Sistema de Acolhimento e Integração), e pode usufruir de medidas ativas de integração e inclusão social no país;
  + pode inscrever-se em cursos de língua italiana, frequentar cursos de formação profissional, inscrever-se no serviço nacional de saúde, aceder ao mercado de trabalho, etc…;

Tem o dever de:

* + cumprir as leis e regulamentos do país onde você mora;
  + respeitar as medidas adotadas para a manutenção da ordem pública.

**Atenção**: A questão do acesso dos cidadãos estrangeiros às prestações sociais é uma questão que envolve fontes legislativas de diferentes níveis e sobre a qual há anos existe um grande contencioso jurisprudencial a nível nacional e supranacional.

A este respeito, é possível consultar o [Manual operacional sobre benefícios e serviços sociais.](https://www.asgi.it/wp-content/uploads/2021/04/Asgi-PrestazioniSociali_1_2021_Digital-22-aprile-21.pdf)

## Quais são os direitos do solicitante que recebeu uma negação de reconhecimento de proteção internacional?

É possível receber o indeferimento do pedido de reconhecimento de proteção internacional, o que, em determinadas situações, pode ser declarado manifestamente improcedente. O último é o caso quando:

* + a Comissão Territorial considera que a entrevista pessoal não revelou qualquer ligação com a necessidade de proteção internacional;
  + se o requerente vier de um país considerado seguro pelas autoridades italianas, e depois de ter tido acesso ao procedimento de asilo, a Comissão considera que, devido à situação pessoal do requerente, não existem razões graves para considerar este país inseguro caso de repatriação;
  + se o requerente entregou documentos falsos e ainda não conseguiu explicar as razões deste comportamento;
  + se você se recusou a registrar suas impressões digitais.

Se o requerente não concordar com a decisão da Comissão Territorial, pode pedir ao juiz que a reaprecie, com a assistência de um advogado de confiança. Para tanto, dispõe de 30 dias, reduzidos para 15 dias se a Comissão, ao indeferir o pedido, indicou que este era uma expressão de "manifesta falta de fundamento".

Se o requerente não tiver possibilidade económica de contactar um advogado, existe a possibilidade de ser assistido gratuitamente. Em geral, o recurso dá o direito de permanecer na Itália até a decisão do Tribunal. Em alguns casos específicos, como no caso em que o pedido é manifestamente infundado ou o requerente se encontra num CPR, o advogado deve apresentar um pedido específico ao juiz para que o requerente permaneça em Itália.

## Como pode o titular de uma forma de proteção internacional que tem de se deslocar para fora do território nacional e que não tem e não pode ter passaporte, pode viajar e atravessar fronteiras?

Para permitir a deslocação para fora do território nacional, o Quartel-General da Polícia competente emite documento de viagem válido por cinco anos e renovável. É equivalente a um passaporte. A emissão do documento de viagem é recusada ou, em caso de emissão, o documento é retirado se houver razões muito graves de segurança nacional e ordem pública que impeçam a sua emissão.

## É possível apresentar um novo pedido de proteção internacional?

Sim, se o candidato se encontrar em uma das seguintes situações:

* + renunciou ao pedido que havia apresentado anteriormente;
  + recebeu uma decisão da Comissão sobre a candidatura submetida anteriormente que se tornou definitiva, ou seja, já não pode ser revista por um juiz.

A nova questão chama-se "reiterada". A Comissão Territorial avalia a recandidatura somente se houver novos elementos a serem considerados ao decidir sobre a necessidade de proteção internacional. Por exemplo, houve mudanças na situação no país de origem ou na vida do solicitante, ou o solicitante tem uma nova documentação para apresentar como suporte à solicitação. Se não houver novos elementos, o pedido não é avaliado e, portanto, é declarado inadmissível. No final da análise do pedido subsequente, a Comissão Territorial pode tomar as mesmas decisões ilustradas no faq[86](#_bookmark25).

# Estudando em Itália

*Na Itália existe um direito e um dever à educação e à formação que começa aos 6 anos. O sistema nacional de educação é representado por escolas públicas e privadas.*

*A escolaridade obrigatória está estruturada em dois ciclos de estudos: o primeiro consiste no ensino primário e no ensino secundário inferior. O segundo ciclo inclui o ensino médio e o sistema de educação e formação profissional. Todos os cursos do segundo ciclo permitem o acesso à Universidade.*

## Que requisitos deve ter um cidadão adulto de um país terceiro que deseja estudar na Itália?

A Lei Consolidada sobre a imigração em relação ao acesso ao ensino superior distingue entre os estudantes estrangeiros que já residem na Itália por outras razões e os estudantes que ainda residem no exterior. Em particular, o acesso ao ensino superior é permitido a estrangeiros que já residam legalmente em condições de igualdade com os estudantes italianos. O estudante estrangeiro que não beneficie de nenhum programa e convênios da União na matéria que entre em território nacional para realizar parte dos seus estudos deve, pelo contrário, requerer uma autorização de residência para estudar. Veja o fa[q 18](#_bookmark3)[19](#_bookmark4) e o seguinte.

## Quais são os requisitos para um cidadão menor de um país terceiro que deseja estudar na Itália?

Em virtude do interesse superior da criança, estudar é seu direito.

# Primeiro ciclo

## Em que consiste o primeiro ciclo de estudos?

Está dividido em:

* + escola primária, obrigatória aos 6 anos e opcional aos 5 anos e meio. Tem duração de 5 anos
  + ensino médio inferior, com duração de 3 anos.

Para mais informações você pode consultar o site da [Ministério da Educação, Universidade](https://www.miur.gov.it/web/guest/scuola-primaria) [e pesquisa.](https://www.miur.gov.it/web/guest/scuola-primaria)

# Segundo ciclo

## Em que consiste o segundo ciclo de estudos?

É possível assistir:

* + Licei, com duração de cinco anos. Eles têm diferentes endereços: artístico (dividido em seis endereços), Clássico, Ciências Humanas e opção econômico-social, Lingüística, Música e dança, opção Ciências científicas e aplicadas.
  + Educação - formação técnica de cinco anos: responde a necessidades específicas da realidade produtiva italiana, em particular nos domínios do comércio, turismo, indústria, transporte, construção, agricultura e atividades sociais (dirigidas às pessoas). Existem muitos endereços e níveis de especialização. os principais são: Contador e especialista comercial; especialista industrial; especialista agrícola; agrimensor; especialista em turismo.
  + Educação - formação profissional, com duração de cinco anos: prevê a possibilidade de obtenção da qualificação profissional após os três primeiros anos.

É possível mudar de endereço no mesmo caminho, por meio das iniciativas educacionais oferecidas pela escola, como[alternância escola-trabalho](http://www.alternanza.miur.gov.it/inizia-subito.html) (veja faq [171](#_bookmark53)), e no final de cada curso é necessário fazer um exame.

Para mais informações, você pode consultar o portal do [Ministério da Educação, Uni-](https://www.miur.gov.it/web/guest/home) [versidade e pesquisa](https://www.miur.gov.it/web/guest/home)

## 3.2.1 Educação e treinamento vocacional (VET)

1. **O que é aquilo?**

São cursos de três e quatro anos que permitem a obtenção de qualificações profissionais reconhecidas a nível nacional e europeu e imediatamente utilizáveis ​​no mundo do trabalho.

## O VET permite o acesso à Universidade?

Sim, se obteve pelo menos uma qualificação de quatro anos e frequentou um quinto ano de preparação para o exame estadual, necessário para a inscrição na Universidade e para a formação artística, musical e de dança avançada.

O diploma de quatro anos obtido no final do curso de ensino e formação profissional confere também o direito de acesso ao ensino técnico superior e à formação (ver parágrafo [Educação e treinamento técnico superior](#_bookmark31))

# Universidade

## Como a Universidade está organizada?

O sistema de[formação universitária](https://www.miur.gov.it/web/guest/universita) é dividido em dois níveis e fornece para cada corpo docente:

* + um primeiro nível de três anos (Graduação);
  + um segundo nível com duração de dois anos (Diploma de Especialização).

## Quais são as habilitações válidas para admissão à Universidade?

Os obtidos após um período escolar de pelo menos 12 anos. Se o período de estudos fora da Itália for de menor duração, para além do diploma do ensino secundário original, é necessário apresentar também um certificado emitido pela Universidade de onde provém o estrangeiro, atestando que todos os exames foram aprovados. previsto:

* + para o primeiro ano de estudos universitários, no caso de um sistema escolar de 11 anos;
  + durante os primeiros 2 anos letivos, no caso de um sistema escolar de 10 anos.

## Onde e quando deve ser apresentada a inscrição para a universidade?

A ficha de inscrição deverá ser apresentada na secretaria do Aluno com Habilitação de Estrangeiros, nos prazos estabelecidos (julho-setembro). [Desde 2013](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Adecreto.legge%3A2013-12-23%3B145!vig=2017-02-24) as quotas de estudantes estrangeiros em universidades não estão mais previstas, desde que sejam observados os procedimentos de acesso a faculdades em número limitado. Para mais informações, você pode consultar o site[https: //www.universi-](https://www.universitaly.it/) [taly.it/](https://www.universitaly.it/)

## Ser titular de um diploma de língua italiana constitui uma qualificação preferencial para admissão à Universidade?

Sim, a critério das Universidades, o seguinte pode constituir um título preferencial:

* + o diploma de língua e cultura italiana obtido nas Universidades para estrangeiros de

Perugia e Siena;

* + o certificado de habilitação em italiano emitido pela III Universidade de Roma ou pela Universidade para Estrangeiros de Perugia e Siena;
  + os certificados de competência em italiano emitidos no exterior.

**Atenção:** [Desde 2013,](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Alegge%3A2013-11-08%3B128) a duração das autorizações de residência por motivos de estudo não pode ser inferior ao período de frequência do estudo ou curso de formação frequentado, mesmo para um curso plurianual, salvo para prova anual de lucros.

Recorde-se que a autorização de residência para estudo permite a realização de trabalho a tempo parcial, no máximo 20 H semanais, durante 52 semanas, até ao limite máximo de 1.040 horas por ano.

## É possível conseguir bolsa de estudos e outros auxílios financeiros?

Sim, os estudantes estrangeiros podem obter bolsas de estudo, empréstimos de honra e moradia. As Regiões também podem permitir o acesso gratuito à Universidade a estudantes estrangeiros em condições de dificuldades econômicas particulares, se devidamente documentadas. Para mais informações sobre como acessar esses serviços, você pode entrar em contato com a Secretaria de Alunos Estrangeiros da Universidade que você frequenta ou pretende cursar.

# Educação e treinamento técnico superior

## O que é ensino e treinamento técnico superior (IFTS)?

São cursos de alta especialização técnica e profissional, com duração de um a dois anos, incluindo estágios e estágios de longa duração. A[Cursos IFTS](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/orientamento-e-formazione/focus-on/Formazione/Pagine/formazione-tecnica-superiore.aspx) fazem parte da programação da oferta formativa das Regiões, de acordo com um plano trienal, têm uma frequência gratuita e, em alguns casos, é proporcionado o reembolso das despesas horárias.

## Que requisitos devem ser cumpridos para ser admitido a um curso de formação profissional?

Os cursos de jovens e adultos podem ter acesso aos cursos que possuam o diploma do ensino secundário superior ou o diploma de técnico profissional, obtido no final de cursos de formação profissional de quatro anos.

O acesso também é permitido a quem possua acesso ao quinto ano do ensino secundário e a quem não possua o diploma de ensino secundário superior.

# Reconhecimento de qualificações educacionais

## Como é possível inscrever-se em cursos universitários / pós-graduados na Itália?

Para continuar seus estudos na Itália, você deve se inscrever na Universidade ou Instituto Universitário de Educação que deseja frequentar. Estas Universidades / Institutos, no âmbito da sua autonomia e eventuais acordos bilaterais e convenções internacionais sobre a matéria, decidem sobre o reconhecimento de diplomas estrangeiros.

**Atenção:** Para obter a declaração de valor, os beneficiários de proteção internacional podem entrar em contato com o [Ministério das Relações Exteriores](https://www.esteri.it/mae/en/politica_estera/cultura/universita/riconoscimento_titoli_studio/dichiarazionevalorerifugiati.html), em particular para o Gabinete VII da DGSP.

## O que acontece depois de enviar um pedido de reconhecimento de qualificações estrangeiras?

As autoridades acadêmicas avaliarão a qualificação, declarando-a equivalente no todo ou em parte ao grau italiano: no primeiro caso, todos os exames serão reconhecidos; no segundo, apenas alguns deles. A Universidade deve tomar uma decisão no prazo de 90 dias após o envio da inscrição.

# Reconhecimento de alguns títulos profissionais

## Como obter o reconhecimento da qualificação profissional na Itália?

O pedido deve ser apresentado à autoridade competente. Veja o foco em[Portal de Integração](https://integrazionemigranti.gov.it/it-it/Ricerca-norme/Dettaglio-norma/id/15/Il-riconoscimento-dei-titoli-di-studio-e-delle-qualifiche-professionali) [Migrantes.](https://integrazionemigranti.gov.it/it-it/Ricerca-norme/Dettaglio-norma/id/15/Il-riconoscimento-dei-titoli-di-studio-e-delle-qualifiche-professionali)

1. **Quanto tempo leva para obter o reconhecimento de um título profissional?** No prazo de trinta dias após a recepção do pedido, a autoridade competente verificará se a documentação solicitada está completa.

No prazo de quatro meses a contar da apresentação do pedido ou da sua possível integração, a autoridade competente reconhecerá a qualificação mediante a emissão de um decreto.

Para mais informações consulte o portal [www.cimea.it](http://www.cimea.it/), onde é possível obter mais informações sobre a obtenção do reconhecimento de habilitações literárias e profissionais.

Estão disponíveis mais informações, dependendo da qualificação a ser reconhecida, junto da autoridade competente [Ministério da Saúde](http://www.salute.gov.it/ProfessioniSanitariePubblico/), [ministro da Justiça](https://www.giustizia.it/giustizia/it/mg_1_32.page), [Ministério do Desenvolvimento Econômico,](https://www.mise.gov.it/index.php/it/mercato-e-consumatori/titoli-professionali-esteri)

[Ministério da Educação, Universidade e Pesquisa.](https://www.miur.gov.it/riconoscimento-professione-docente#%3A~%3Atext%3DI%20docenti%20che%20abbiano%20conseguito%2Ccon%20il%20decreto%20legislativo%20n)

# Trabalhando em Itália

# Trabalho na italia

*Na Itália, a relação de trabalho pode ser de três tipos:*

* *Trabalho subordinado indefinido, fixo ou sazonal;*
* *Trabalho parasubordinado (por exemplo, contrato de projeto)*
* *Empregado por conta própria.*

*Remuneração é a remuneração a que o trabalhador tem direito pela atividade exercida ao serviço do empregador; deve ser proporcional à quantidade e qualidade do trabalho realizado e, em qualquer caso, suficiente para garantir ao trabalhador e sua família uma existência livre e digna.*

*Os níveis mínimos de remuneração do trabalho subordinado são determinados com base em convenções coletivas de trabalho (a nível nacional, regional, territorial) que devem ser sempre respeitados. Para o efeito, o empregador garante o cumprimento destes níveis ao solicitar os documentos de entrada e residência. A maior parte das proteções no âmbito de uma relação de trabalho são previstas nos acordos coletivos de trabalho aplicáveis ​​ao empregador onde o contrata.*

## Documentos e procedimentos para solicitar um visto de trabalho

1. **Como é possível acessar o mercado de trabalho na Itália?**

De duas maneiras:

* + diretamente na Itália, respeitando os requisitos precisos (vá para faq [121](#_bookmark44));
  + do exterior, por chamada nominativa

### *Para quem vem de fora*

1. **Como você entra na Itália para trabalhar?**

O número de cidadãos estrangeiros a serem admitidos na Itália para trabalho subordinado (incluindo sazonal) ou autônomo é definido no contexto das "cotas de entrada" estabelecidas nos decretos de fluxo, que determinam o número máximo de estrangeiros não pertencentes à UE que podem entrar Itália para o trabalho (subordinado, mesmo sazonal e autônomo). Nos casos previstos em lei, é possível ingressar a trabalho mesmo fora das cotas. Veja a entrada[Entrada e permanência na Itália](#_bookmark0) e em particular o faq [23](#_bookmark6) e a seguir, e o faq [42](#_bookmark13) e o seguinte.

1. **Qual procedimento deve ser seguido para ser contratado por um empregador na Itália?** O encaminhamento por um empregador italiano ou estrangeiro legalmente residente na Itália, do [pedido de autorização](https://nullaostalavoro.dlci.interno.it/Ministero/Index2) para a contratação de um trabalhador não comunitário, representa o momento de início de todo o procedimento.

O pedido de autorização de trabalho só pode ser apresentado após a publicação no Diário Oficial da República Italiana do decreto de planificação anual dos fluxos de acordo com os procedimentos indicados em circulares ministeriais específicas aprovadas com bastante antecedência da data prevista para a apresentação. as próprias perguntas. Veja a entrada[Visto](#_bookmark5) [de trabalho. Documentos e procedimentos para solicitá-lo.](#_bookmark5)

O [Balcão de imigração exclusivo](https://www.interno.gov.it/it/temi/immigrazione-e-asilo/modalita-dingresso/sportello-unico-limmigrazione) (SUI) emite o nulla osta desde que o pedido de emprego feito pelo empregador:

* + enquadra-se no âmbito de cota estabelecida anualmente pelo decreto de fluxos;
  + que nenhum trabalhador italiano, da UE ou de fora da UE inscrito nas listas de empregos ou inscrito como desempregado está disposto a aceitar aquele emprego específico (mesmo em caso de disponibilidade, o empregador tem, no entanto, o direito de confirmar o seu pedido);
  + que não há impedimentos por parte do quartel-general.

Lá [Grama. 99 de 9 de agosto de 2013](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Alegge%3A2013-08-09%3B99), introduziu uma novidade importante no procedimento relativo à verificação nos Centros de Emprego de trabalhadores já residentes em Itália para preenchimento do lugar oferecido. Enquanto o procedimento antigo previa que uma vez que o empregador apresentasse o pedido de autorização de trabalho ao trabalhador a ser contratado, o Serviço Unificado de Imigração deveria comunicar esses pedidos ao Centro de Emprego. Autoridade competente, que no prazo de 20 dias tinha que verificar a possível disponibilidade Para trabalhadores nacionais, comunitários ou estrangeiros já detentores de autorização de residência para ocupar o lugar oferecido ao trabalhador estrangeiro, o novo procedimento antecipou o momento desta verificação nos Centros de Emprego.

## O que acontece depois que o aplicativo é enviado? Quanto tempo você tem que esperar?

O Quartel da Polícia verifica a existência, perante o trabalhador estrangeiro ou o empregador, de motivos que impedem a emissão do alvará. O Sportello Único, tendo obtido da Inspecção Territorial do Trabalho parecer sobre as condições contratuais aplicáveis ​​e sobre a capacidade económica da empresa, bem como sobre a existência de quotas, ouvido o parecer do Quartel-General da Polícia - convoca o empregador a apresentar os documentos indicados no pedido, a emissão da autorização e a assinatura do contrato de residência. A autorização será válida por um período não superior a 6 meses a partir da data de emissão. Nesse momento, o trabalhador estrangeiro deve solicitar o visto nas repartições consulares de seu país de origem. O Consulado comunica ao estrangeiro a proposta de contrato de residência para trabalho e emite, no prazo de 30 dias após o pedido, o visto de entrada e a indicação do código tributário. Uma vez obtido o visto, o trabalhador pode entrar na Itália.

No prazo de 8 dias úteis após a entrada na Itália, o trabalhador estrangeiro dirige-se ao balcão único competente que, verificada a documentação, entrega ao trabalhador o certificado de atribuição do código tributário. O trabalhador estrangeiro assina o contrato de residência para o trabalho, sem aposição de alterações ou condicionantes, o qual é mantido no mesmo Espórtelo. O Sportello Único providencia ainda que o trabalhador estrangeiro assine o formulário de pedido de autorização de residência que é enviado à Delegacia competente através de um kit especial nos correios. Para mais informações, consulte o portal<https://nullaostalavoro.dlci.interno.it/Ministero/Index2>e veja a entrada [La visa](#_bookmark5) [Eu trabalho. Documentos e procedimentos para solicitá-lo.](#_bookmark5)é [Documentos e procedimentos para ficar e trabalhar](#_bookmark12) [raro na italia](#_bookmark12)

## Como você entra na Itália para o trabalho sazonal?

O pedido de emprego pode ser feito por um empregador italiano ou estrangeiro que resida legalmente na Itália, a um trabalhador residente no estrangeiro pertencente a uma das nacionalidades indicadas no decreto de fluxos conforme consta do faq. [25](#_bookmark8) .

Os pedidos de emprego podem ser apresentados eletronicamente pelo empregador ou por associações comerciais em nome de seus membros.

As inscrições devem ser enviadas para o balcão único para imigração exclusivamente com

métodos telemáticos, através do site [https://nullaostalavoro.dlci.interno.it/Ministero/Index2,](https://nullaostalavoro.dlci.interno.it/Ministero/Index2) preenchendo o formulário de candidatura relevante.

## Em quanto tempo a autorização é emitida?

A autorização de entrada deve ser emitida pelo Immigration Desk no prazo de 20 dias após a apresentação do pedido. Um silêncio facilitado - procedimento de consentimento está em vigor desde 2012, segundo o qual quando o Sportello Único, após vinte dias, não notifica o empregador da sua negativa do pedido, este é considerado aceito se as seguintes condições forem satisfeitas:

* + o pedido diz respeito a estrangeiro já autorizado no ano anterior a realizar trabalho sazonal com o mesmo empregador requerente;
  + o trabalhador sazonal do ano anterior foi regularmente contratado pelo empregador e voltou para casa quando a licença expirou. Para fazer uso desta simplificação, no entanto, é necessário que o empregador especifique, em campo próprio inserido no modelo C-stag, os dados, relativos ao ano anterior, da comunicação obrigatória referente à contratação de o trabalhador e os que têm o título de residência ou o segurado por este detido.

A autorização para trabalho sazonal é válida por um período mínimo de 20 dias e máximo de 9 meses a partir da data de assinatura do contrato de residência. Durante este período é possível mudar de empregador, desde que permaneça sempre no contexto do trabalho sazonal.

## Qual é a autorização plurianual para trabalho sazonal?

É emitido para aqueles que atendem aos requisitos vistos nas perguntas frequentes [26](#_bookmark9)e contém a indicação de validade de cada anuidade. A duração de cada ano é igual à do último dos dois anos anteriores.

O empregador deve dirigir-se ao Balcão Único de Imigração para emitir a autorização de trabalho a longo prazo, utilizando o formulário especificamente elaborado. O pedido também pode ser apresentado por um empregador diferente do das duas anuidades anteriores. Uma vez verificados os requisitos, o balcão único emite a autorização de três anos, indicando o prazo de validade anual. Uma das principais vantagens da autorização plurianual é permitir ao trabalhador sazonal entrar na Itália no ano seguinte, independentemente da publicação do decreto de fluxos para o trabalho sazonal.

O pedido de emprego no caso de autorização sazonal plurianual para os anos seguintes ao primeiro, também pode ser apresentado por outro empregador que não o empregador que obteve a autorização sazonal de três anos.

Para mais informações, você pode consultar o portal [https: //nullaostalavoro.dlci.in-](https://nullaostalavoro.dlci.interno.it/Ministero/Index2) [terno.it/Ministero/Index2](https://nullaostalavoro.dlci.interno.it/Ministero/Index2)

## É possível converter uma autorização de residência emitida por motivos de trabalho sazonal em autorização de trabalho subordinado?

Sim, é possível converter a autorização de residência para trabalho sazonal em para trabalho subordinado - a prazo certo ou a prazo indeterminado, dentro das quotas disponíveis.

A autorização de residência para trabalho sazonal deve ser válida no momento da apresentação do pedido. O trabalhador estrangeiro deve encaminhar o pedido de conversão ao Spor- telo Único para imigração exclusivamente por meio eletrônico - conectando-se ao site[https://nullaostalavoro.dlci.interno.it/Ministero/Index2.](https://nullaostalavoro.dlci.interno.it/Ministero/Index2)

Havendo cotas, o estrangeiro é convocado ao balcão único para a assinatura do contrato de residência e do formulário de pedido de autorização de residência para trabalho subordinado.

**Atenção:** Enquanto no passado, para converter sua licença sazonal em uma licença para trabalho subordinado não sazonal, o trabalhador tinha que retornar ao seu país de origem após sua primeira entrada para trabalho sazonal na Itália e entrar novamente para trabalhar. ano seguinte, o [Circular Conjunta do Ministério](http://www.integrazionemigranti.gov.it/Attualita/Notizie/Documents/conversione%20del%20permesso%20di%20soggiorno%20stagionale%20per%20lavoro%20subordinato.pdf)

[do Interior e do Trabalho de 5 de novembro de 2013](http://www.integrazionemigranti.gov.it/Attualita/Notizie/Documents/conversione%20del%20permesso%20di%20soggiorno%20stagionale%20per%20lavoro%20subordinato.pdf) esclareceu que o parágrafo 4º do artigo 24º do Decreto Legislativo nº 286/98 deve ser interpretado no sentido de que os trabalhadores sazonais estrangeiros devem reingressar no país de origem apenas para efeito de emissão de nova autorização de residência para trabalho sazonal, ano; enquanto para a conversão em uma autorização de residência para trabalho subordinado não sazonal, especificamente prevista na segunda frase do parágrafo 4, do artigo 24, apenas as condições para a emissão de tal autorização, ou seja, a existência de um emprego a termo ou permanente relação e a falta de impedimentos.

Em última análise, a circular de 5 de novembro esclareceu que, no caso de um pedido de conversão da autorização de residência do trabalho sazonal em trabalho subordinado, não se deve averiguar o regresso do trabalhador sazonal ao país de origem e a obtenção do segundo visto. De entrada em Itália para trabalho sazonal, desde que, no entanto, a presença dos requisitos de recrutamento dentro das quotas específicas de entrada para tais conversões seja verificada pelas Inspecções Territoriais do Trabalho e pelo One-Stop porque a contratação efectiva por ocasião da primeira entrada para trabalhos sazonais (através da confirmação da existência de comunicação obrigatória adequada).

## É possível trazer do estrangeiro um trabalhador sazonal com contrato a tempo parcial?

Sim, é possível desde que a carga horária média semanal não seja inferior a 20 horas.

## O trabalhador sazonal pode retornar à Itália no ano seguinte?

Sim, como trabalhador sazonal estrangeiro, você tem o direito de prioridade de retorno à Itália no ano seguinte sobre os estrangeiros que nunca entraram na Itália por motivos de trabalho. Veja o faq[115.](#_bookmark40)

## É possível exercer qualquer tipo de trabalho independente com autorização de residência?

Sim, qualquer atividade de trabalho autônomo não ocasional é permitida, desde que o exercício de tais atividades não seja reservado por lei aos cidadãos italianos ou à União Europeia. Em qualquer caso, o estrangeiro deve demonstrar que dispõe de recursos adequados para o exercício que deve realizar na Itália. Com a autorização de residência para actividade independente, o trabalhador pode também exercer uma actividade laboral subordinada e, portanto, pode ser regularmente contratado por um empregador, sem ter de recorrer às quotas de entrada disponíveis. Veja o fa[q 27](#_bookmark10) e o seguinte

### *Para quem já está na Itália*

1. **Eu preciso de uma autorização de residência para trabalhar na Itália?**

Sim, para poder trabalhar na Itália você precisa de uma autorização de residência que lhe permite trabalhar**,** ou que apresente a menção "autorização de trabalho única" emitida por um dos seguintes motivos: autorização de residência para familiar de cidadão da União, cartão de residência permanente para familiares de cidadãos europeus, motivos familiares, família menor, integração menor, trabalho sazonal , trabalho artístico, trabalho autônomo, trabalho subordinado, espera por emprego, trabalho sazonal, incluindo trabalho plurianual, trabalho em casos particulares, autorização de residência na UE para residentes de longa duração, pedido de asilo, refugiado, proteção subsidiária, casos especiais, calamidades ,

tratamento médico, atos de particular valor civil, proteção temporária, pesquisa científica, estudo; razões humanitárias e férias de trabalho.

Para mais informações veja o item [Entrada e permanência na Itália](#_bookmark0) e o faq [81](#_bookmark24)

**Atenção**: Embora permitam, em qualquer caso, o exercício de actividades laborais, a expressão "autorização de trabalho único" não está incluída nas autorizações de residência da UE para estadias de longa duração, nas autorizações emitidas para casos especiais, para pedido de protecção internacional, para refugiado Estatuto e protecção subsidiária, para estudo, para trabalho sazonal, para trabalho independente e para certas categorias particulares para as quais está prevista a entrada fora do mecanismo de fluxos programados.

## O que fazer para contratar um trabalhador estrangeiro que já resida legalmente na Itália?

Os empregadores que pretendam contratar trabalhadores estrangeiros com residência legal na Itália e portadores de autorização de residência que os habilite a trabalhar devem encaminhar ao Centro de Emprego do local de trabalho, no prazo de 24 horas do dia anterior. No ato da contratação, o modelo "**[UNILAV](https://www.inps.it/nuovoportaleinps/default.aspx?itemdir=53874)"** notificação obrigatória de emprego.

Com o envio deste formulário, a ser realizado exclusivamente por via eletrónica, todas as obrigações de comunicação são cumpridas ao mesmo tempo: ao Instituto Nacional de Segurança Social (INPS), ao Instituto Nacional de Seguros e Acidentes de Trabalho (INAIL), e outros formas alternativas ou exclusivas de previdência social, bem como à Prefeitura.

Na verdade, o modelo também contém os compromissos (anteriormente previstos no "Modelo Q"), que o empregador é obrigado ao abrigo da Lei Consolidada de Imigração, ou a pagar as despesas de eventual retorno do estrangeiro para o caso de uma repatriação forçada e uma indicação da acomodação do estrangeiro.

Mesmo no caso de relação de trabalho doméstico, a comunicação feita ao INPS passou a ser válida para efeito de cumprimento da obrigação de apresentação do antigo formulário Q.

Para a emissão / renovação da autorização de residência para trabalho, o estrangeiro deverá apresentar cópia do UNILAV juntamente com o pedido. Durante esta fase, o estrangeiro, de posse do recibo que atesta o pedido de renovação, pode continuar a trabalhar.

Para mais informações e para os formulários consulte o serviço de Comunicações Obrigatórias no site C**[trabalho lic](http://www.cliclavoro.gov.it/Aziende/Adempimenti/Pagine/Comunicazioni-Obbligatorie.aspx)**[.](http://www.cliclavoro.gov.it/Aziende/Adempimenti/Pagine/Comunicazioni-Obbligatorie.aspx)

## Busca e contratação de empregos

1. **O que são os Centros de Emprego e para que servem?**

Os Centros de Emprego são estruturas para facilitar a correspondência entre a oferta e a procura de trabalho, prevenir o desemprego e facilitar a entrada no mundo do trabalho para as pessoas em risco de desemprego. Entre outros, oferecem atendimento personalizado na procura de emprego, auxiliam na construção do currículo, procuram estágio e acompanham na criação de um negócio. Também aconselham as empresas e são responsáveis ​​pelo Pacto de Serviços, que é o pacto assinado entre o Centro de Emprego e os desempregados como medida política ativa.

Para mais informações, você pode entrar em contato com o Centro de Emprego de competência com relação à residência.

## Como posso acessar esses serviços?

É necessário se inscrever na chamada "lista de registro", onde os dados do candidato serão coletados em:

* + uma ficha de dados pessoais, contendo os dados pessoais completos e os da sua família, a qualificação educacional e a situação laboral;
  + uma carteira profissional (a antiga “carteira de trabalho”), com informações sobre a formação e as experiências profissionais, sobre a disponibilidade e certificação de competências profissionais.

## Qual é o "estado de desemprego"?

É a condição do desempregado que se encontra imediatamente disponível para o exercício e / ou procura de emprego.

## Como é possível obter o status de desemprego?

É necessário dirigir-se ao Centro de Emprego competente e emitir uma declaração (autocertificação) atestando:

* + quaisquer atividades de trabalho realizadas no passado;
  + a disponibilidade imediata para o desempenho das atividades laborais.

## Em caso de perda do emprego ou demissão, o registro no cadastro também é perdido?

Se tiver autorização de residência para trabalho subordinado e perder o emprego, mesmo por demissão, o registo no registo é mantido pelo mesmo período da autorização de residência. Com efeito, de acordo com a Lei Consolidada de Imigração, tem-se o direito de procurar emprego, como desempregado, por um período não inferior a 12 anos ou por um período ainda mais longo, portanto, mesmo após o termo da autorização de residência). Nesse caso, você receberá uma autorização de residência para aguardar emprego. Para mais informações, você pode consultar o[Portal de integração de migrantes](https://integrazionemigranti.gov.it/it-it/Altre-info/e/4/o/5/id/5/Il-permesso-di-soggiorno-per-attesa-occupazione)

## Quem pode o titular de autorização de residência à procura de trabalho contactar para contactar empresas que pretendam contratar pessoal?

A lei garante aos trabalhadores estrangeiros que residem legalmente na Itália e suas famílias o mesmo tratamento e direitos que os trabalhadores italianos. Assim como eles, portanto, você pode entrar em contato com:

* + aos serviços públicos de emprego (Centros de Emprego, Municípios, Universidades, Câmaras de Comércio);
  + ou a serviços privados de emprego (Agências de Emprego e outros operadores).

## O que são agências de emprego?

As agências de emprego são estruturas privadas autorizadas, que tratam da procura e seleção de pessoal, da intermediação entre a oferta e a procura de empregos, o fornecimento de mão-de-obra a empresas, etc.

## Tipos de emprego

*Para uma visão completa, veja o foco do [Ministério do Trabalho e Políticas Sociais](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/rapporti-di-lavoro-e-relazioni-industriali/focus-on/Disciplina-rapporto-lavoro/Pagine/contratto-a-tempo-determinato.aspx#%3A~%3Atext%3DNelle%20ipotesi%20di%20rinnovo%2C%20%C3%A8%2C%C3%A8%20superiore%20ai%206%20mesi).*

### *Emprego subordinado*

1. **O que é trabalho subordinado?**

É uma relação de trabalho, regida por um contrato, pelo qual o trabalhador se obriga a

colocar o seu trabalho à disposição do empregador e este compromete-se a pagar-lhe um salário.

## Qual é o contrato de residência?

É o contrato entre o empregador e o trabalhador estrangeiro que contém a garantia do empregador da disponibilidade de alojamento para o trabalhador e o compromisso de pagar as despesas de deslocação em caso de expulsão do trabalhador do território nacional. O contrato de residência não substitui o contrato de trabalho, mas deve ser estipulado para obter a emissão ou renovação da autorização de residência para trabalho subordinado.

Para o estabelecimento de uma nova relação de trabalho, deve ser celebrado um novo contrato de residência para o trabalho, através do qual as despesas de alojamento e eventual repatriamento são transferidas para o novo empregador.

Em caso de primeira entrada na Itália para trabalho subordinado, o contrato de residência deve necessariamente ser celebrado pelas partes no Balcão Único para imigração no prazo de 8 dias a partir da entrada do trabalhador no território do Estado. Veja o faq [9](#_bookmark7) e o seguinte.

**Atenção**: o modelo de contrato de residência deixou de ser utilizado, tendo sido absorvido pelo modelo UNILAV ou, para as trabalhadoras domésticas, pela comunicação ao INPS.

1. **Além do trabalho, o que mais se exige do trabalhador subordinado?** O trabalhador subordinado deve ser diligente, observar as disposições de execução e disciplina do trabalho dadas pelo empregador e seus colaboradores e deve comportar-se com lealdade para com o empregador, não divulgar informações confidenciais e abster-se de competir com ele.

## Quais são os principais direitos de propriedade de que goza o trabalhador subordinado?

* + Direito à remuneração, que pode ser por tempo (com base na jornada de trabalho), por peça (com base no retorno proporcionado pelo trabalhador) ou por comissão, participação nos lucros e capital, etc .;
  + direito à verba rescisória (TFR), que é o benefício econômico que o trabalhador recebe na rescisão do vínculo empregatício, por qualquer motivo (demissão, demissão ou idade de aposentadoria). Ou seja, durante os anos em que está empregado, o trabalhador acumula e reserva mensalmente uma parte do salário que lhe é pago no final da relação de trabalho;
  + As indenizações são adicionais ao salário normal e variam de acordo com o Acordo Coletivo pertinente ou o cargo e função específica do trabalhador. Entre estes, por exemplo, encontram-se subsídios em dinheiro ou subsídios para deslocamento, viagens e disponibilidade;
  + redes de segurança social, ou um sistema de apoio ao rendimento dos empregados de empresas em crise e de trabalhadores involuntariamente desempregados. Isso inclui, por exemplo, Naspi e o Fundo de Redundância. Para mais informações veja o foco de [Ministério do Trabalho e Políticas Sociais.](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/ammortizzatori-sociali/focus-on/Pagine/default.aspx)

## Quais são os principais direitos pessoais de que goza o trabalhador?

* + Direito à integridade física e à saúde (descanso semanal, descanso diário, férias, proteção à maternidade, etc.);
  + liberdade de opinião e proteção da privacidade e dignidade do trabalhador;
  + direito à educação para trabalhadores estudantes;
  + proteção das atividades culturais, recreativas e de bem-estar.

## Quais são os principais direitos sindicais de que goza o trabalhador?

* + Liberdade de organização e atividade sindical;
  + direito de greve;
  + outros direitos sindicais (direito de afixá-lo, de usar as instalações da empresa para realizar atividades sindicais, etc.).

## O que é emprego permanente?

É uma relação de trabalho subordinada, regida por contrato, que não prevê prazo final. A relação cessa, portanto, em caso de morte do trabalhador, por consentimento de ambas as partes, em razão de demissão do trabalhador ou demissão por justa causa ou motivo justificado pelo empregador.

## O que é trabalho a termo (ou temporário)?

É uma relação de trabalho subordinada, regida por contrato, que tem prazo determinado de duração final. Também pode enquadrar-se nesta categoria a relação de trabalho para uma determinada obra ou atividade, bem definida no seu conteúdo, que tem a sua duração natural no momento da realização da própria atividade. Para mais informações, consulte o site da[Ministério](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/rapporti-di-lavoro-e-relazioni-industriali/focus-on/Disciplina-rapporto-lavoro/Pagine/contratto-a-tempo-determinato.aspx#%3A~%3Atext%3DNelle%20ipotesi%20di%20rinnovo%2C%20%C3%A8%2C%C3%A8%20superiore%20ai%206%20mesi) [de Trabalho e Políticas Sociais](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/rapporti-di-lavoro-e-relazioni-industriali/focus-on/Disciplina-rapporto-lavoro/Pagine/contratto-a-tempo-determinato.aspx#%3A~%3Atext%3DNelle%20ipotesi%20di%20rinnovo%2C%20%C3%A8%2C%C3%A8%20superiore%20ai%206%20mesi).

## O que é trabalho sazonal?

É um trabalho subordinado com prazo determinado que só pode ser exercido em determinadas épocas do ano (por exemplo, trabalho no sector agrícola ou no sector hoteleiro-turístico).

1. **O contrato de trabalho a termo tem de ser escrito?** Sim, a aposição do termo só tem efeito se resultar, direta ou indiretamente, de documento escrito. Uma cópia do contrato deve ser entregue ao trabalhador no prazo de 5 dias a partir do início da execução do trabalho. O documento também deve indicar os motivos pelos quais o empregador utiliza trabalho a termo certo. Normalmente, de fato, a definição do prazo de rescisão do contrato de trabalho é permitida apenas por motivos (causais) de natureza técnica, produtiva, organizacional ou substitutiva.

A duração total máxima de uso de passes de contratos futuros, com [Decreto de Dignidade](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Alegge%3A2018%3B96), 36 a 24 meses. Em particular, o primeiro contrato pode ser sem motivo, mas deve ter um prazo máximo de 12 meses. As únicas possibilidades de renovação ou prorrogação do contrato podem ser tidas apenas na presença de pelo menos uma das seguintes condições:

* + necessidades temporárias e objetivas, não relacionadas às atividades ordinárias;
  + necessidades de reposição de outros trabalhadores;
  + necessidades relacionadas com aumentos temporários, significativos e não programáveis ​​nos negócios normais.

**Atenção:** No entanto, a forma escrita não é necessária se a duração da relação laboral, puramente ocasional, não ultrapassar 12 dias.

## Como é formalizado o contrato de trabalho?

No ato da contratação, o empregador deve entregar ao trabalhador uma declaração assinada com os dados da inscrição efetuada no cadastro do trabalhador, contendo as seguintes informações:

* + os dados pessoais do empregador e do trabalhador;
  + o local de trabalho;
  + a data de início da relação de trabalho;
  + a duração da relação de trabalho;
  + a duração do período experimental, se houver;
  + a classificação, nível e qualificação do trabalhador;
  + salário;
  + a duração da licença remunerada;
  + jornada de trabalho;
  + os termos do aviso em caso de retirada.

## O titular de um contrato a termo certo está em desvantagem em relação aos trabalhadores permanentes?

Pelo princípio da não discriminação, os trabalhadores contratados por contrato a termo não devem ser tratados de forma menos favorável do que os trabalhadores com contrato a termo ao mesmo nível.

## É legal continuar a trabalhar para o mesmo empregador se o contrato de trabalho a termo certo tiver terminado?

Não, pode acontecer que, mesmo depois de expirado o prazo, o trabalhador continue a exercer a sua atividade. Nesse caso, é devido um aumento salarial igual a:

* + 20% para cada dia de continuação até o dia 10;
  + 40% para cada dia adicional.
  + A prorrogação pode ser de 20 a 30 dias para os contratos com duração inferior a 6 meses e de 30 a 50 dias para os de maior duração.

Além desses limites, a relação de emprego torna-se indefinida.

## O contrato de trabalho a termo certo pode ser renovado no termo?

Sim, o trabalhador pode ser contratado com contrato a termo, mas sob as seguintes condições:

* + decorridos, pelo menos, 60 dias após a expiração, se o 1.º contrato tiver uma duração até 6 meses;
  + após pelo menos 90 dias a contar da data de expiração, se o 1.º contrato tiver uma duração superior a 6 meses.

## Qual é a diferença entre extensão e renovação?

Na prorrogação, o "antigo" contrato de trabalho é estendido além do prazo inicialmente estabelecido; na renovação, o empregador recontrata o mesmo trabalhador com um novo contrato.

## Se o empregador renovar o contrato de trabalho a termo sem respeitar o prazo, o novo contrato é válido?

Sim, mas caso o empregador não tenha respeitado os prazos acima indicados, a relação de trabalho existente é considerada um contrato de trabalho a prazo.

**O recurso extrajudicial** com o qual pretende fazer valer a nulidade do prazo deve ser apresentado no prazo de 120 dias a partir da rescisão do contrato, enquanto o recurso para a Justiça do Trabalho deve ser apresentado nos 180 dias seguintes.

Em caso de ilegalidade do contrato a termo certo, a compensação e a conversão da relação de trabalho em uma por tempo indeterminado, consideram-se abrangentes de todos os danos e salários e contribuições sofridos pelo trabalhador. O abono é igual a um valor que varia de 2,5 a 12 meses.

Para mais informações sobre o contrato de trabalho, pode contactar o Centro de Emprego, um mecenato ou um sindicato.

## O empregador pode rescindir precocemente a relação de trabalho sem justa causa?

Não, a rescisão antecipada da relação de trabalho só pode ocorrer por justa causa.

## Caso o trabalhador seja despedido sem justa causa, o que pode fazer?

Pode requerer indemnização por danos, por um valor máximo entre 12 meses e 24 meses, sem regra geral o direito de reintegração no local de trabalho.

## É possível rescindir o contrato antecipadamente?

Sim, mas deve-se ter o cuidado de respeitar os dias de aviso previstos no contrato. Caso contrário, a indenização por falta de notificação deve ser descontada do vencimento.

## Em caso de violação grave por parte do empregador (justa causa), o trabalhador continua obrigado a respeitar o pedido de demissão?

Caso o empregador seja culpado de falta grave, pode deixar de trabalhar imediatamente, sem respeitar qualquer aviso, pois há justa causa.

## Como está estruturado o sistema de segurança social na Itália?

As prestações da segurança social, ou pensões, são determinadas com base em relações de seguro e são financiadas por contribuições: cada trabalhador, quer trabalhador quer por conta própria, público ou privado, deve estar obrigatoriamente inscrito na respectiva instituição de segurança social a que se encontra pago periodicamente contribuições para a segurança social. As contribuições pagas durante a vida ativa determinam, no final desta, uma pensão mensal, cujo montante depende do número e do montante das contribuições. Em geral, você pode acessar:

* + à pensão de velhice com 67 anos e pelo menos 20 anos de contribuições pagas, reduzida para 66 anos e 7 meses para quem exercer atividades onerosas;
  + aposentadoria antecipada se você tiver todos os requisitos de contribuição exigidos, mesmo se não tiver 67 anos;
  + à pensão de contribuição antecipada se você tiver 64 anos de idade e 20 de contribuições, desde que tenha acumulado um subsídio de segurança social igual ou superior a 2,8 vezes o subsídio social.

Existem outras formas de acessar o sistema previdenciário, como[Opção](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/previdenza/focus-on/Previdenza-obbligatoria/Pagine/Opzione-donna.aspx) [Mulher](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/previdenza/focus-on/Previdenza-obbligatoria/Pagine/Opzione-donna.aspx) é [Quota 100.](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/previdenza/focus-on/Previdenza-obbligatoria/Pagine/Quota-100.aspx) Para mais informações você pode consultar o site da [Ministério da](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/previdenza/Pagine/orientamento.aspx) [Políticas Trabalhistas e Sociais](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/previdenza/Pagine/orientamento.aspx) e o portal de[INPS](https://www.inps.it/nuovoportaleinps/default.aspx?itemdir=53596).

### *Trabalho parasubordinado*

1. **O que é trabalho para-subordinado?**

É uma relação de trabalho para a qual um colaborador cede a sua actividade a favor de um cliente (que a coordena), de forma autónoma e sem constrangimentos de subordinação. As condições de trabalho e remuneração são estabelecidas em contrato específico.

Eles são um exemplo de trabalho parassubordinado [colaborações coordenadas e contínuas](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/rapporti-di-lavoro-e-relazioni-industriali/focus-on/Disciplina-rapporto-lavoro/Pagine/default.aspx) e contratos de projeto.

O contrato de projeto deve ter uma duração fixa e deve conter uma descrição detalhada do projeto que o colaborador se compromete a realizar. O projeto deve estar funcionalmente ligado à obtenção de um resultado final e não pode consistir numa mera reproposta do objeto social da empresa cliente, nem em tarefas meramente repetitivas; não prevê um calendário rígido ou um número de horas pré-determinado, mas sim a conclusão do projecto nos tempos e métodos indicados no momento da assinatura do contrato.

Se a atividade do colaborador do projeto for semelhante à realizada pelos trabalhadores subordinados, exceto

prova em contrário pelo cliente, a colaboração é considerada desde o início uma relação de trabalho subordinada.

## Que tipo de autorização de residência é concedida ao trabalhador parassubordinado?

Uma autorização de residência para trabalho autônomo.

**Atenção**. Trabalhadores estrangeiros que ainda residem no exterior não podem entrar na Itália para trabalhar com base em um contrato de projeto

### *Empregado por conta própria*

1. **O que é trabalho autônomo?**

É uma relação de trabalho pela qual uma pessoa se compromete a realizar, a título oneroso, uma obra ou serviço, com trabalho próprio e sem subordinação a cliente. O trabalho autônomo pode ser exercido com ou sem número de contribuinte.

## Que limites encontra o trabalhador autônomo?

O trabalhador independente gere a sua própria empresa de forma autónoma, gozando de total discrição quanto à utilização do tempo, lugar e forma de a organizar (obviamente dentro dos limites impostos pelo contrato ou pela natureza do trabalho).

1. **Quais são as formalidades exigidas por lei para abrir uma empresa independente?** Para iniciar um negócio autônomo de qualquer tipo e depois trabalhar por conta própria, você precisa saber que há uma série de obrigações por lei. Abaixo está o detalhe:
   * escolha o Código de Atividade: dependendo do tipo de atividade que pretende exercer, deve escolher entre os códigos de atividade previstos na legislação em vigor. Caso a atividade não esteja descrita em nenhum código, será necessário utilizar um código genérico que mais se aproxime do tipo de atividade. A escolha do código terá repercussões na gestão tributária e previdenciária;
   * escolha o Regime Tributário: de acordo com o faturamento anual previsto, será possível escolher regimes tributários específicos, dos quais poderão surgir diferentes formas de contabilização. Entre estes regimes encontra-se o Regime Tributário do Contribuinte Mínimo que simplifica drasticamente a gestão da contabilidade para quem factura menos de 30 mil euros por ano. Para mais informações consulte o site da[Agência de Receitas](http://www.agenziaentrate.gov.it./);
   * preencher a Declaração de Início de Atividade: para preenchê-la, pode-se entrar em contato com os funcionários da Receita (Obra Autônoma) ou do [Sala de comércio](http://www.camcom.gov.it/) (Atividade comercial). Se também necessitar de aconselhamento, deverá contactar um dos Centros de Assistência Fiscal especializados ou um contabilista qualificado. A escolha depende sobretudo do orçamento disponível;
   * Número de IVA aberto: se o código de atividade escolhido se enquadrar nas Atividades Comerciais, é necessário entrar em contato com a Câmara de Comércio. Por outro lado, se se tratar de trabalho autônomo, é necessário entrar em contato com a Receita. A abertura e o fechamento do IVA Party são gratuitos;
   * inscrição no INPS ou outro Fundo de Previdência Social: dependendo da atividade desenvolvida, será necessário se inscrever em formulário específico de previdência administrado pelo INPS ou por outras instituições setoriais de previdência social;
   * inscrição no INAIL: inscrição no seguro obrigatório de acidentes de trabalho e doenças profissionais no escritório do INAIL responsável pela área;
   * Relatório certificado de início de atividade (SCIA): a ser realizado no Município (SUAP - Balcão Único de Atividades Produtivas) que verificará o cumprimento das normas de planejamento urbano, edificado, ambiental, segurança pública, prevenção de incêndios, saneamento e segurança no local de trabalho, as regras relativas à eficiência energética e as disposições contidas no código do patrimônio cultural e paisagístico

A partir de 1 de abril de 2010, as empresas, incluindo as particulares, têm a obrigação de cumprir todos os requisitos administrativos relativos aos procedimentos de início, modificação e cessação de atividades, através de um **[Comunicação Única](http://www.registroimprese.it/dama/comc/comc/IT/cu/)** [(ComUnica),](http://www.registroimprese.it/dama/comc/comc/IT/cu/) eletronicamente ou com suporte de TI. Desta forma, um único destinatário é responsável pela transmissão das informações de cada um aos diversos órgãos envolvidos. Os serviços de informação e consultoria para o arranque de uma empresa independente estão disponíveis nos Centros de Emprego.

Para mais informações pode contactar os Centros de Emprego, que dispõem de serviços de apoio específicos para a empresa, ou [UnionCamere.](https://www.unioncamere.gov.it/)

## Existem oportunidades de financiamento previstas por lei para iniciar um negócio autônomo?

Existem oportunidades que nem todos estão cientes. Você pode entrar em contato**[Invitalia](https://www.invitalia.it/)** que é a Agência Nacional de Atração de Investimentos e Desenvolvimento Empresarial, que atua por mandato do Governo para aumentar a competitividade do sistema produtivo. A lei que facilita o trabalho autônomo ([Decreto Legislativo 185/2000 - Título II](https://www.cliclavoro.gov.it/Normative/Decreto_Legislativo_21_aprile_2000_n.185.pdf)) é a principal ferramenta de apoio à criação e arranque de pequenas empresas por parte de desempregados ou pessoas à procura do primeiro emprego.

### *O estágio*

1. **O que é um estágio (ou estágio) e para que serve?**

O estágio é uma medida política ativa que consiste num período de orientação e formação que visa incentivar a entrada dos jovens no mundo do trabalho. Os estágios são divididos em “curriculares”, aqueles incluídos em um processo de aprendizagem formal realizado nos currículos de universidades e escolas, e “extracurriculares”. Não se estabeleceram como vínculo empregatício. Para mais informações, você pode consultar o focus disponível em[https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/oriento-e-for-](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/orientamento-e-formazione/focus-on/Tirocinio/Pagine/default.aspx) [mation / focus-on / Internship / Pages / default.aspx.](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/orientamento-e-formazione/focus-on/Tirocinio/Pagine/default.aspx)

## Que legislação se aplica aos estágios de treinamento e orientação?

Como o assunto é da competência das Regiões, as disciplinas regionais são aplicadas aos estágios de formação e orientação, quando existentes. Na ausência de disposições específicas sobre o assunto, aplicam-se as legislações nacionais e as Conferências Estaduais-Regiões que indicam as diretrizes.

## O que se entende por estágios de colocação / reintegração?

Os estágios de inserção / reintegração no trabalho visam a realização de percursos de inserção / reintegração no mundo do trabalho e destinam-se essencialmente a desempregados (também em movimento) e desempregados. Este tipo de estágio também pode ser acionado a favor dos trabalhadores suspensos da caixa de despedimento, com base em acordos específicos que implementem políticas laborais ativas de disponibilização de redes de segurança social.

Os estágios de inserção / reintegração no trabalho também podem ser acionados a favor das pessoas com deficiência, desfavorecidas, nos termos do [L. 381/91](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Alegge%3A1991-11-08%3B381!vig) bem como requerentes de asilo e titulares de proteção internacional. Eles fazem parte dos estágios extracurriculares

## O que se entende por estágios curriculares?

Com a expressão “estágios curriculares” entendemos os estágios que dão direito a créditos educativos e incluídos nos planos de estudos das Universidades, escolas com base em normas regulamentares.

O objetivo é aumentar o processo de aprendizagem por meio da alternância entre escola e trabalho. Para mais informações, você pode consultar o site[https://www.ificazione.it/alternanza/](https://www.istruzione.it/alternanza/)

## É possível ativar estágios a favor de cidadãos estrangeiros?

A este respeito, uma distinção deve ser feita entre:

* + os estrangeiros que já se encontram na Itália com uma autorização de residência regular que possibilite o trabalho, podem realizar estágios de formação nas mesmas condições que os italianos;
  + estrangeiros que ainda residem no exterior e que desejam entrar na Itália para realizar um estágio. Para entrar na Itália por este motivo, não é necessário ter uma autorização de trabalho, mas um visto de entrada deve ser obtido por motivos de estudo ou treinamento. Para mais informações veja o item[Estudando na italia](#_bookmark26) e o faq [19](#_bookmark4)

## Os estagiários têm direito a um salário?

O acordo celebrado em 24 de janeiro de 2013 pelo qual foram adotadas as diretrizes de estágios, prevê o pagamento de um subsídio adequado não inferior a € 300,00 brutos mensais a pagar aos estagiários em relação a estágios extracurriculares. um montante superior estabelecido pelas diversas legislações regionais sobre a matéria. O subsídio é pago integralmente contra uma participação mínima em estágios de 70% em uma base mensal.

### *Requisitos para admissão ao trabalho de menores*

1. **Qual é a idade mínima para trabalhar na Itália?**

A idade mínima de admissão ao trabalho é fixada no momento em que o menor completa o período de escolaridade obrigatória e em qualquer caso não pode ser inferior a 16 anos ([Lei 296/2006,](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Alegge%3A2006-12-27%3B296!vig) [arte. 1, parágrafo 622](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Alegge%3A2006-12-27%3B296!vig)), ou para 15 no contexto de[alternância escola-trabalho.](https://www.miur.gov.it/alternanza-scuola-lavoro)

Esta regra se aplica a todos os tipos de relações de trabalho que podem ser estabelecidas com menores.

As únicas exceções permitidas ao limite mínimo de idade dizem respeito à realização de trabalhos culturais, artísticos ou publicitários ou, em qualquer caso, no setor do entretenimento. Nesses casos, é necessária a autorização prévia da Direção Territorial do Trabalho competente (ou seja, do local onde o trabalho será realizado), que é concedida desde que haja o consentimento prévio por escrito dos titulares da autoridade parental e que são atividades que não colocam em risco a segurança, integridade e desenvolvimento psicofísico da criança, frequência escolar ou participação em programas de orientação ou treinamento vocacional ([L. 977/67, art. 4](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Alegge%3A1967-10-17%3B977))

## O menor com 16 anos pode assinar o contrato de trabalho?

Sim, o menor / adolescente que completar 16 anos pode assinar o contrato de trabalho por conta própria, sem a necessidade de auxílio de quem exerce o poder paternal.

## A relação de trabalho é estabelecida com um menor sujeito a uma disciplina específica?

O menor que trabalha tem direito a férias anuais remuneradas e, pelo mesmo trabalho, ao mesmo vencimento que o trabalhador adulto, bem como às proteções particulares previstas na lei. Lá[grama. 977/1967](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Alegge%3A1967-10-17%3B977) estabelece que o empregador tem uma obrigação antes de contratar o menor

realizar avaliação de risco, também específica quanto à idade, e submeter à autoridade sanitária local exames médicos preventivos e periódicos para avaliação da aptidão para o trabalho. A jornada de trabalho de menores não pode ultrapassar 8 horas por dia e 40 horas por semana. Os menores não podem, portanto, fazer horas extras. O horário de trabalho não pode durar mais de 4 horas e meia ininterruptas, após o que tem direito a um descanso de pelo menos 1 hora (as convenções coletivas podem reduzir a duração do descanso intermédio para meia hora).

Os menores têm direito a um período de descanso semanal de pelo menos dois dias, se possível consecutivos, e inclusive aos domingos; este período pode ser reduzido, por comprovados motivos técnicos e organizacionais, mas não pode ser inferior a 36 horas consecutivas, salvo no caso de atividades caracterizadas por períodos de trabalho fracionados ou de curta duração no dia. Para algumas atividades, o descanso semanal pode ser concedido em dia diferente do domingo: são atividades culturais, artísticas, esportivas, publicitárias e de entretenimento, ou realizadas nos setores de turismo, hotelaria e restauração - incluindo bares, sorveterias, confeitaria lojas, etc. - atividades para as quais a maior carga de trabalho costuma se concentrar aos domingos.

## Menores podem ser usados ​​para trabalho noturno?

É proibido o uso de menores para o trabalho noturno (das 22h às 6h ou das 23h às 7h). Esta proibição está sujeita a exceções se por força maior puder prejudicar o funcionamento da empresa, desde que o empregador informe imediatamente a Inspetoria do Trabalho, indicando a causa considerada de força maior, os nomes dos menores empregados e o horário de atendimento. Gasto em. A derrogação é permitida apenas "excepcionalmente e pelo tempo estritamente necessário", "desde que tal trabalho seja temporário e não preveja atrasos" e "nenhum trabalhador adulto está disponível": uma vez que o caso de força maior tenha sido contido ou a possibilidade de organização de equipes de adultos, a proibição é restaurada automaticamente.

## Existem trabalhos proibidos para menores?

A arte. 6 da lei n. 977/67 estabelece a proibição de destinar menores a empregos potencialmente prejudiciais ao seu pleno desenvolvimento psicofísico; atividades proibidas são especificadas no Anexo I da lei (este Anexo I foi introduzido com o[Decreto Legislativo n. 345/99](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Adecreto.legislativo%3A1999-08-04%3B345!vig) e posteriormente modificado com [Decreto Legislativo n. 262/2000](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Adecreto.legislativo%3A2000-08-18%3B262!vig)) Sem prejuízo destas proibições, a realização das actividades indicadas no Anexo I é permitida aos adolescentes por motivos essenciais de formação educacional ou profissional e apenas pelo tempo estritamente necessário à formação realizada.

Além disso, menores não podem ser usados ​​para carregar pesos por mais de 4 horas durante o dia, incluindo retornos vazios.

## Com que tipos de contratos os menores podem ser empregados?

O [Decreto Legislativo no.77 / 2005](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Adecreto.legislativo%3A2005-04-15%3B77!vig) regulamentou o[alternância escola-trabalho](https://www.istruzione.it/alternanza/) afetando jovens que atingiram a idade de 15 anos que podem:

* + realizar toda a formação, até aos 18 anos, através da alternância de escola e trabalho sob a responsabilidade da instituição de ensino ou formação
  + Estabelecer um contrato de aprendizagem com vista à obtenção de uma qualificação profissional ou diploma.

A partir de 25 de abril de 2012, o novo regulamento sobre os contratos para [aprendizagem.](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/rapporti-di-lavoro-e-relazioni-industriali/focus-on/Disciplina-rapporto-lavoro/Pagine/Apprendistato.aspx) Os jovens entre os 15 e os 25 anos podem assinar um contrato de aprendizagem para a qualificação e diploma profissional com a duração de três ou quatro anos. A contratação de menores aprendizes através destes contratos de aprendizagem só é, no entanto, possível nas Regiões que adoptaram, após consulta dos parceiros sociais, regulamentos específicos sobre os perfis de formação de aprendizagem.

Os contratos de aprendizagem profissional ou profissional (visando a obtenção de uma qualificação profissional para efeitos contratuais) e de formação avançada e de aprendizagem de investigação (visando a obtenção de um diploma do ensino secundário ou de um ensino superior universitário ou universitário), só podem ser estipulados por adultos ou por aqueles que têm 17 anos e já possuem qualificação profissional.

Os menores de 16 anos também podem estipular contratos de trabalho distintos da aprendizagem, tanto a prazo certo como a termo.

Somente jovens que tenham completado 18 anos podem ser contratados com um contrato de colocação ([Decreto Legislativo 276/2003, art. 54](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Adecreto.legislativo%3A2003-09-10%3B276))

## Proteção dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras

1. **Quais são os direitos do trabalhador?**

O trabalhador é equiparado aos cidadãos italianos no gozo de direitos específicos relacionados ao trabalho e, portanto: saúde e segurança no trabalho; igualdade de oportunidades entre homens e mulheres; proteção contra todas as formas de discriminação; direito a remuneração justa e proporcional; o direito de conciliar trabalho e vida familiar; direito de descansar e filiar-se (e não a) sindicato. Também estão previstos todos os direitos expressamente previstos no seu contrato de trabalho ou no acordo coletivo nacional ou territorial de referência para o seu setor de trabalho..

**Atenção.** Durante a fase de seleção, o empregador não pode fazer perguntas sobre opiniões políticas e religiosas, gravidez ou estado de HIV, estado civil ou estado familiar (princípio da não discriminação).

## Quanto tempo dura a atividade do trabalhador?

O horário normal de trabalho é fixado em 40 horas semanais, mas é feita referência aos contratos coletivos de trabalho, a nível nacional ou setorial; o recurso a horas extras é possível, mas deve ser limitado.

O trabalhador tem direito a 11 horas consecutivas de descanso a cada 24 horas e a um período de descanso de pelo menos 24 horas consecutivas, geralmente coincidindo com o domingo, a cada sete dias.

As férias anuais remuneradas devem durar pelo menos quatro semanas e são indispensáveis.

## O que é exploração do trabalho?

De acordo com a legislação italiana possui algumas características, tais como:

* + o pagamento de salários abaixo dos padrões nacionais e desproporcional às horas trabalhadas;
  + jornada de trabalho prolongada repetida ou recusa de descanso semanal, férias anuais remuneradas e / ou licença por doença remunerada;
  + a violação sistemática da segurança e saúde no trabalho;
  + o uso de métodos degradantes de vigilância do trabalhador.

## Com quem o trabalhador pode entrar em contato para saber se está em situação de exploração laboral?

Existe uma densa rede de apoio, informação e orientação em todo o território nacional: é possível contactar os sindicatos, associações comerciais, serviços locais do Município de residência, para além de [associações](http://www.integrazionemigranti.gov.it/Registro-Associazioni-Enti/Pagine/Registro.aspx) que oferecem assistência e atividades em favor de cidadãos estrangeiros.

## 176. Com quem o trabalhador pode entrar em contato em caso de urgência? Ou para obter informações?

Você pode ligar para o número gratuito anti-tráfico nacional 800.290 290. O número é gratuito e ativo 24 horas por dia, todos os dias do ano. Os entrevistados são mediadores linguístico-culturais que falam inglês, espanhol, albanês, romeno, russo, moldavo, ucraniano, nigeriano, chinês, polonês, português e árabe. Eles fornecerão as informações de que você precisa e podem orientá-lo sobre os serviços locais ou, em caso de emergência, ajudá-lo em suas necessidades específicas.

No âmbito das intervenções de sensibilização implementadas pelo Departamento para a Igualdade de Oportunidades, existe também um site editado pela[Observatório de trata de intervenções](https://www.osservatoriointerventitratta.it/) que tem uma seção especial dedicada à exploração do trabalho.

## O que pode fazer um trabalhador vítima de discriminação e que tem medo de denunciar o seu estado?

As associações inscritas num registo especial no Departamento para a Igualdade de Oportunidades da Presidência do Conselho de Ministros têm o direito de intentar ações judiciais em nome, em nome ou em apoio do sujeito passivo por discriminação com base em razões raciais ou étnicas.

## Como o trabalhador pode pedir demissão do trabalho?

Sempre respeitando o prazo de notificação, deverá apresentar sua renúncia por escrito, por meio de carta em 2 vias contendo, em geral:

* + dados sobre a empresa para a qual a carta é dirigida;
  + o local e a data;
  + sua assinatura;
  + a assinatura do seu interlocutor.

Alternativamente, você pode enviar uma carta registrada com aviso de recebimento com os mesmos dados.

## O trabalhador que deseja se demitir tem que cumprir o aviso?

Caso não cumpra, terá de pagar uma indemnização correspondente ao valor da remuneração do período de aviso prévio.

## O empregador pode recusar o aviso?

Sim, neste caso o trabalhador pode aceitar a rescisão imediata, com direito a subsídio de reposição.

## Em que casos é possível despedir o trabalhador?

**Os requisitos** Aspectos substanciais do despedimento individual, também após a Reforma do Mercado de Trabalho, permanecem inalterados. A regra geral que estabelece os limites ao direito de rescisão do empregador está contida em [lei 604/1966,](https://www.cliclavoro.gov.it/Normative/Legge_15_luglio_1966_n.604.pdf) que na arte. 1º que afirma que “na relação de trabalho por tempo indeterminado, o despedimento do trabalhador só pode ocorrer por justa causa nos termos do art. 2119 do Código Civil ou por motivo justificado ".

Lá [Lei 92/2012](https://www.cliclavoro.gov.it/normative/legge_28_giugno_2012_n.92.pdf) introduziu novos recursos que afetam todos os empregadores, independentemente do tamanho da empresa:

* é geralmente estabelecido que a comunicação ao trabalhador de qualquer forma de despedimento deve conter os motivos que determinaram a vontade de desistência desde o início;
* a demissão deve ser impugnada por ato escrito, ainda que extrajudicial, idôneo para dar a conhecer a vontade do trabalhador, também por intervenção da organização sindical, no prazo de 60 dias contados do recebimento da comunicação, sob pena de caducidade.

O empregador tem o direito de revogar a demissão no prazo de 15 dias a partir da sua notificação. Neste caso, a relação de trabalho continua como se nada tivesse acontecido e

o trabalhador deve retomar imediatamente o serviço.

## O que significa demissão disciplinar?

O despedimento é disciplinar em todos os casos em que o incumprimento e / ou transgressão do trabalhador lhe seja sancionado e implica, por isso, o prévio cumprimento das garantias processuais de aplicação estabelecidas no Estatuto do Trabalhador ([L. 300/1970,](https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/1970/05/27/070U0300/sg) [arte. 7](https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/1970/05/27/070U0300/sg))

Em particular, o despedimento disciplinar pode ser ordenado na presença de justa causa ([arte. 2119 cc](https://www.brocardi.it/codice-civile/libro-quinto/titolo-ii/capo-i/sezione-iii/art2119.html).), ou seja, conduta do trabalhador de tal gravidade que não permite a continuação, mesmo temporária, da relação de trabalho, ou de razão subjetiva justificada ([EU.](https://www.cliclavoro.gov.it/Normative/Legge_15_luglio_1966_n.604.pdf) [604/1966, art. 3](https://www.cliclavoro.gov.it/Normative/Legge_15_luglio_1966_n.604.pdf)), ou seja, uma violação significativa das obrigações contratuais do trabalhador. O ónus da prova da existência real do facto controvertido (com base no despedimento disciplinar) recai sobre o empregador.

## O trabalhador que trabalha em uma pequena empresa e foi demitido sem justa causa tem direito a uma indenização?

Sim, nas pequenas empresas se o despedimento for declarado ilegítimo, o empregador pode escolher entre a reintegração do trabalhador despedido ilegitimamente, no prazo de 3 dias, ou o pagamento de uma indemnização de no mínimo 2,5 e no máximo 6 meses.

1. **Quem posso contatar se o trabalhador não receber o salário?** O direito a pagar é um direito fundamental do trabalhador. No caso de salários não pagos, portanto, o trabalhador pode solicitar o pagamento nos prazos individuais, também com o apoio de advogado de confiança ou sindicato.

## O que são e quais são as redes de segurança social?

As redes de segurança social são instrumentos de apoio ao rendimento dos trabalhadores e trabalhadoras que perderam o emprego ou se encontram em situação de suspensão ou redução do rendimento laboral. Estão divididos em amortecedores em regime de vínculo laboral constante, incluindo as várias formas de fundo de redundância e fundos de solidariedade, e amortecedores resultantes da perda do trabalho, nomeadamente Naspi, Dis-Coll e Asdi. Para mais informações, consulte o site da[Ministério do Trabalho e Políticas](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/ammortizzatori-sociali/Pagine/orientamento.aspx) [Social](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/ammortizzatori-sociali/Pagine/orientamento.aspx) e o parente [foco](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/ammortizzatori-sociali/focus-on/Pagine/default.aspx).

**Atenção**: durante a emergência epidemiológica da Covid -19, várias medidas foram introduzidas para apoiar os trabalhadores e as empresas durante a suspensão total ou redução parcial de muitas atividades. Entre estes, o decreto "[Care Itália](https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2020/04/29/20G00045/sg)", Introduziu um período de outorga de integração salarial por meio das dispensas ordinárias (Cigo) e do cheque ordinário, desembolsado por fundos bilaterais ou pelo fundo 'residual' vinculado ao INPS para cobrir os setores descobertos pelas dispensas e pelos fundos do subfundo (denominado Fundo de Integração Salarial ou FIS). Além disso, o decreto reintroduziu o fundo complementar em derrogação (Cigd) justamente para dar resposta a todas as empresas, mesmo microempresas com até 5 empregados que, de outra forma, teriam ficado sem cobertura do fundo complementar, em qualquer das formas acima citadas , incluindo o chamado FIS, que foi visto como uma rede de segurança social residual pela "reforma Fornero" e pela Lei do Emprego.[euegge das Demonstrações Financeiras de 2021](https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2020/12/30/20G00202/sg), nos parágrafos entre 299 e 314 do art. 1, interveio, entre outras coisas, nas redes de segurança social associadas à crise pandémica a favor dos trabalhadores contratados após 25 de março de 2020 e com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2021.

Para uma análise aprofundada das medidas tomadas para enfrentar e combater a emergência

determinado pela pandemia, você pode visitar o site da [Ministério do Trabalho e Políticas](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/Covid-19/Pagine/Misure.aspx) [Social](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/Covid-19/Pagine/Misure.aspx).

## Qual é o benefício de doença e acidente?

É o instrumento que intervém nos períodos de doença do trabalhador em substituição do salário e é reconhecido e pago pelo[INPS](https://www.inps.it/NuovoportaleINPS/default.aspx?itemdir=50682&lang=IT) e, se o acordo coletivo o previr, é integrado pelo empregador. É reconhecido quando ocorre um evento mórbido que determina a incapacidade temporária para o trabalho, entendida como uma tarefa específica. Já o INAIL protege os trabalhadores que sofrem acidente de trabalho ou contraem doença profissional (ver faq[188](#_bookmark55))

## Com quem posso entrar em contato se o trabalhador tiver sofrido um acidente durante a viagem ou o retorno do trabalho?

O acidente em trânsito consiste nisso[A lesão](https://www.wikilabour.it/infortunio.ashx) do trabalhador durante a viagem normal de e para o local de residência ao local de trabalho, ou durante a viagem normal que liga dois locais de trabalho, se o trabalhador tiver várias relações de trabalho.

EU'[INAIL](https://www.inail.it/cs/internet/docs/alg-infortunio-itinere_6443099708038.pdf) protege o trabalhador caso se encontre nesta situação e, se cumpridos os requisitos, à sua indemnização. Com base na gravidade do acidente, o trabalhador pode:

* + contactar o médico da empresa, se presente no local de trabalho;
  + ir ou ser acompanhado ao pronto-socorro do hospital mais próximo;
  + contacte o seu médico.

Em qualquer caso, é necessário explicar ao médico como e onde ocorreu a lesão.

## Quem posso contactar se o trabalhador contrair doenças profissionais ou acidentes de trabalho?

Esses eventos ocorrem durante e durante o trabalho e podem levar à invalidez permanente e temporária ou à morte nos casos mais graves. Seguro social, administrado por[INAIL,](https://www.inail.it/cs/internet/attivita/assicurazione.html) tem a função de garantir aos trabalhadores, caso se encontrem neste estado, os serviços de saúde relativos aos primeiros cuidados, os serviços económicos e os fornecimentos de próteses.

Para mais informações, você pode consultar o foco do [Ministério do Trabalho e Po-](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/previdenza/focus-on/Assicurazione-contro-infortuni-sul-lavoro-e-malattie-professionali/Pagine/default.aspx) [Lítica social.](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/previdenza/focus-on/Assicurazione-contro-infortuni-sul-lavoro-e-malattie-professionali/Pagine/default.aspx)

## Quais são as obrigações do empregador para salvaguardar a segurança do trabalhador no trabalho?

Obrigações obrigatórias ([Decreto Legislativo 81/2008](https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2008/04/30/008G0104/sg)) atribuídos ao empregador são muitos, incluindo:

* + a avaliação de todos os riscos presentes no ambiente de trabalho a que os trabalhadores possam estar expostos com a consequente elaboração do Documento de Avaliação de Risco (DVR);
  + trazendo instalações, plantas, máquinas e equipamentos até o padrão;
  + a organização do serviço de prevenção e proteção;
  + a indicação dos números indispensáveis ​​para a segurança no trabalho;
  + informação, educação e treinamento de trabalhadores;

Essas atividades não devem, em caso algum, envolver custos financeiros para os trabalhadores. A supervisão dessas atividades é de responsabilidade do[INAIL,](https://www.inail.it/cs/internet/attivita/prevenzione-e-sicurezza.html) que você pode entrar em contato para obter mais informações.

## Qual é o subsídio de invalidez normal para pessoas com capacidade de trabalho reduzida?

É um serviço económico, pago à vista, a favor de quem tem capacidade de trabalho

é reduzido a menos de um terço devido a enfermidades físicas ou mentais. Para mais informações, visite o portal do[INPS.](https://www.inps.it/nuovoportaleinps/default.aspx?itemdir=50294)

## O que é invalidez civil?

É reconhecida por quem não tem condições de trabalhar e não tem os meios necessários para viver. Em particular, consiste em proteções econômicas (pensões, cheques e abatimentos) e não econômicas (benefícios fiscais, cuidados de saúde, licenças ex[L. 104/1992](https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/1992/02/17/092G0108/sg) ou colocação obrigatória de emprego). Para mais informações, visite o portal do[INPS.](https://www.inps.it/nuovoportaleinps/default.aspx?itemdir=49987)

## Qual é o sindicato?

É uma associação de trabalhadores para a defesa dos direitos e interesses de quem trabalha, no local de trabalho e na sociedade. Os sindicatos podem representar os seus associados e estipular contratos coletivos de trabalho com efeito obrigatório para todos os associados das categorias a que o contrato se refere. Para mais informações, você pode consultar o foco do[Ministério da](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/rapporti-di-lavoro-e-relazioni-industriali/focus-on/Tutela-diritti-sindacali/Pagine/default.aspx) [Políticas Trabalhistas e Sociais](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/rapporti-di-lavoro-e-relazioni-industriali/focus-on/Tutela-diritti-sindacali/Pagine/default.aspx).

## Que serviços oferecem os sindicatos?

O sindicato oferece a seus associados assessoria e consultoria em matéria tributária, previdenciária e administrativa. O benefício mais significativo é, sem dúvida, a possibilidade de ser atendido em casos de litígio com o empregador. Por exemplo, eles podem verificar o cheque de pagamento do funcionário e ver se o funcionário está recebendo todos os benefícios certos.

## Quais são os sindicatos mais representativos pelos direitos dos trabalhadores de origem estrangeira na Itália?

Sindicatos confederais ([CGIL,](http://www.cgil.it/sedi/) [CISL,](https://www.cisl.it/la-cisl/strutture-sul-territorio.html) [UIL](https://www.uil.it/DoveSiamo.asp)) são as principais organizações presentes na Itália. Nos últimos anos, até mesmo os sindicatos de base (incluindo, [USB](https://www.usb.it/dove-siamo.html)) destacaram-se pela representação em alguns setores específicos dos trabalhadores de origem estrangeira. Existem também sindicatos autônomos e outros sindicatos que são particularmente ativos em alguns territórios, embora não tenham uma estrutura organizacional nacional. Nos portais sindicais você pode encontrar o escritório mais próximo com o qual você pode entrar em contato.

# Em formação em geral

## Acomodação, residência e domicílio

*O direito à moradia foi sancionado pela primeira vez na Declaração Universal dos Direitos Humanos, promovida pelas Nações Unidas e assinada em 1948, onde no art. 25 se insere no direito mais amplo a um nível de vida adequado: "toda pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para garantir sua saúde e bem-estar, com particular atenção à alimentação, vestuário, moradia, assistência médica e sim à serviços sociais necessários (..) ". O estrangeiro para ficar na Itália exige a garantia de acomodação. A acomodação pode ser obtida hospedando alguém ou alugando ou comprando uma casa. Em caso de dificuldade, você pode aproveitar a hospedagem em um Centro de Recepção.*

## Quais são as obrigações da família / amigos de acolhimento do cidadão estrangeiro?

Quem, por qualquer motivo, aloja ou acolhe estrangeiros na sua casa, tem a obrigação de o comunicar às autoridades de segurança pública com uma declaração de hospitalidade.

## Como a comunicação deve ser feita?

A comunicação deverá ser feita por escrito no prazo de 48 horas, também por carta registada com aviso de recepção às autoridades competentes de Segurança Pública. Estão previstas sanções pelo incumprimento das obrigações de comunicação do anfitrião (pagamento de multa de € 160 a € 1.100, art. 7º do Decreto Legislativo 286/98).

**Atenção**: O [L. 99/2013](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Alegge%3A2013-08-09%3B99) dispõe que deve ser efectuada a comunicação a que são exigidos os cedentes de alojamento ou hóspedes estrangeiros, no caso de o estrangeiro ser trabalhador contratado por quem dispõe do alojamento, mediante comunicação obrigatória de emprego.

## Para quem deve ser enviado?

* + No Quartel-General da Polícia nos municípios das capitais provinciais;
  + à Delegacia de Polícia ou ao Município, nos municípios que não são titulares do local;
  + ao Centro de Emprego responsável pela área, ao mesmo tempo que envia a comunicação obrigatória, caso o alojamento seja cedido pelo empregador.

## O que se entende por "pedido de inscrição no cartório" para estrangeiros?

Esta é a pergunta com que um cidadão estrangeiro pede para ser inscrito no cartório. Se este pedido for aceito, o cidadão obtém residência na cidade escolhida e pode solicitar certificados úteis para a permanência na Itália, bem como para ter acesso aos serviços locais.

## Os requerentes de asilo têm direito a inscrição no registo?

Sim, os requerentes de asilo têm direito a inscrever-se no registo tanto nas formas ordinárias como nas listas de coabitação, no caso de requerentes alojados nos centros de acolhimento.

## O que se entende por mudança de residência ou domicílio?

Uma mudança de residência significa uma transferência permanente da casa de alguém

principal de um município para outro.

Por mudança de domicílio entende-se a transferência de uma casa para outra, sempre dentro do mesmo município.

### *Alugar uma casa*

1. **Como posso alugar uma casa?**

É necessário estipular um contrato de arrendamento habitacional. O aluguel é pago pelo locatário ao locador, geralmente em uma base mensal. O aluguel é atualizado anualmente com base no índice ISTAT e sofre um aumento correspondente a 75% desse índice.

## Qual deve ser a forma do arrendamento?

A lei exige que os contratos de arrendamento habitacional sejam estipulados por escrito e correspondam a tipos muito específicos.

Lá [L. 431/98](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Alegge%3A1998-12-09%3B431) estabelece que os dois principais tipos de contrato são:

* + O contrato grátis. Tem a duração de 4 anos, sendo tacitamente renovável nas mesmas condições por mais 4, na falta de rescisão 6 meses antes da data de caducidade do contrato.
  + O contrato celebrado é definido por acordo entre as organizações sindicais dos proprietários e inquilinos com a participação dos municípios. A duração é de mais 3 anos

2. Com esta modalidade de contrato, tanto o senhorio como o inquilino podem beneficiar de deduções na declaração de rendimentos, redução de 30% do imposto de registo e, a título de incentivo do Município, redução ou zeragem do imposto. posto municipal (IMU).

## O registro do contrato é obrigatório?

Sim, de acordo com a lei, o proprietário é obrigado a registrar o contrato na Agência Tributária em até 30 dias após a assinatura ou assinatura do contrato. Caso o proprietário se recuse, o inquilino pode fazer valer o seu direito dirigindo-se à Receita Federal e solicitando a regularização.

**Atenção:** Se o contrato não for registado, não é válido provar que dispõe de alojamento adequado para efeitos de renovação da autorização de residência.

### *Comprando uma casa*

1. **O estrangeiro pode comprar casa?**

Os estrangeiros com uma autorização de residência regular por motivos de trabalho ou familiares, ou com uma autorização de residência da UE para residentes de longa duração, podem adquirir uma casa nas mesmas condições que os cidadãos italianos. Outros, por outro lado, só podem comprar uma casa se houver um acordo específico entre o seu país de origem e a Itália.

## Quais documentos devem ser assinados para comprar uma casa?

* + A proposta de compra, com a qual o preço acordado é bloqueado, mediante o pagamento de um depósito;
  + a promessa de venda ou compromisso, um contrato preliminar que vincula as partes à assinatura da escritura (o contrato de venda);
  + a escritura pública de venda, o contrato de venda, que tem por objeto o

transferência de propriedade, é estipulada em cartório e lavrada em formulário público.

## Qual é a hipoteca?

Se o futuro proprietário não tiver o valor total disponível para a compra, ele pode solicitar um empréstimo em um banco, fazendo um empréstimo hipotecário. Para obter mais informações, entre em contato com seu banco de confiança.

### *Habitação pública e cooperativas habitacionais*

1. **O que é construção residencial pública?**

Tratam-se de moradias construídas com financiamento público e, portanto, pertencentes a entidades públicas, destinadas à habitação.

## Quem pode acessar a habitação pública?

Os estrangeiros titulares de autorizações de residência de longa duração na UE e os estrangeiros legalmente residentes na posse de uma autorização de residência de pelo menos dois anos e que exercem atividades laborais regulares ou autônomas têm o direito de acesso, em igualdade de condições com os cidadãos italianos, a habitação pública e aos serviços de intermediação de agências sociais eventualmente preparados por cada Região ou por Autoridades Locais para facilitar o acesso a arrendamentos habitacionais e crédito subsidiado na área de construção, recuperação, compra e arrendamento da primeira casa residencial ([Decreto Legislativo 286/98, art. 40](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Adecreto.legislativo%3A1998-07-25%3B286))

## Como você acessa a habitação residencial?

É necessária a apresentação do requerimento ao Município de residência em formulário próprio disponível no Município, através de carta registada com aviso de recepção. Os alojamentos são atribuídos com base numa classificação pública, elaborada em função da situação económica, familiar e habitacional das pessoas / famílias que apresentaram o pedido. Para mais informações, é aconselhável entrar em contato com a Assessoria de Relações Públicas do Município de residência.

## O que é cooperativa habitacional?

É uma entidade que tem por objetivo a construção ou compra de moradias destinadas aos associados que dela fazem parte. Os membros devem atender a certos requisitos (residência no município, baixa renda, não posse de outras propriedades, etc.). Comprar uma casa em uma cooperativa geralmente apresenta condições vantajosas porque as cooperativas se beneficiam de benefícios fiscais e de crédito.

## Assistência médica

*O Serviço Nacional de Saúde é o conjunto de estruturas e serviços que garantem a protecção da saúde e dos cuidados de saúde a todos os cidadãos italianos e estrangeiros, em aplicação do art. 32 da Constituição italiana.*

*Os cidadãos estrangeiros residentes na Itália com autorização de residência regular têm direito aos cuidados de saúde assegurados pelo Serviço Nacional de Saúde, em igualdade de tratamento com os cidadãos italianos. Os cuidados de saúde não abrangem apenas os membros, mas também os familiares dependentes que residem legalmente.*

## Onde é feito o registro?

O registo é feito na Autoridade Local de Saúde (ASL) do território onde é possível consultar o site do Ministério da Saúde, onde também é possível encontrar o[Lista](http://www.salute.gov.it/portale/documentazione/p6_2_8_1_1.jsp?id=13)

[das ASLs e instalações de hospitalização na Itália](http://www.salute.gov.it/portale/documentazione/p6_2_8_1_1.jsp?id=13)

**Atenção:** Os estrangeiros que entram na Itália por motivos de tratamento não podem se inscrever no SSN e devem pagar as taxas relativas aos tratamentos realizados.

Refugiados e apátridas e seus cônjuges são considerados cidadãos italianos se tiverem proteção internacional válida.

Aos filhos menores de estrangeiros inscritos no SSN é assegurado, desde o momento do nascimento, o mesmo tratamento que os menores inscritos.

Os menores estrangeiros desacompanhados (UASC) têm o direito de se inscrever em igualdade de condições com os cidadãos italianos, antes mesmo de obter a autorização de residência: para mais informações, é possível consultar o [Portal de integração de migrantes.](https://integrazionemigranti.gov.it/it-it/Altre-info/e/4/o/8/id/11/Il-diritto-alla-salute-dei-minori-stranieri)

Cidadãos estrangeiros que possuam autorização por motivos de estudo, religião e au pair podem se cadastrar voluntariamente no SSN para si e seus familiares, ou podem fazer seguro contra risco de doença, acidente e maternidade (a apólice de seguro deve ser válido em toda a Itália, mesmo para familiares dependentes).

## Quando você não pode se registrar no Serviço Nacional de Saúde?

Não podem inscrever-se os estrangeiros que residam legalmente em território nacional por períodos inferiores a três meses (vistos de turismo, visitas, negócios, etc.) e os estrangeiros em situação irregular, com exceção de menores.

## Quanto tempo vale o registro no Serviço Nacional de Saúde?

O registro no SSN tem a mesma duração da autorização de residência. Para mais informações, é possível contactar o ASL de residência, onde também é possível saber quais os documentos que devem ser apresentados para registo no Serviço Nacional de Saúde.

## Quais são os documentos e serviços sociais e de saúde de que beneficiam os membros do Serviço Nacional de Saúde?

* + Cartão do plano de saúde;
  + escolha de médico de família e pediatra para crianças;
  + consultas médicas gerais na clínica e exames médicos especializados;
  + visitas médicas domiciliares;
  + hospitalização;
  + vacinações;
  + exames de sangue, raios-x, exames de ultrassom, etc.;
  + medicamentos prescritos;
  + certificação e serviços médico-jurídicos;
  + assistência para reabilitação, próteses, etc.

**Atenção**: Existem serviços que são garantidos mesmo se você não estiver registrado no SSN. São segurados: atendimento ambulatorial e hospitalar de urgência ou em qualquer caso imprescindível, ainda que continuado, para extensão dos programas de doença e acidente e de medicina preventiva de salvaguarda da saúde individual e coletiva.

Em particular, o seguinte é garantido:

* gravidez e maternidade;
* cuidado de menores;
* vacinas;
* intervenções de profilaxia internacional;
* a profilaxia, diagnóstico e tratamento de doenças infecciosas;
* tratamento, prevenção e reabilitação da toxicodependência.

### *Serviços do Serviço Nacional de Saúde*

1. **Quem é o clínico geral (ou médico de família)?**

É o profissional que garante o tratamento da clínica geral:

* + visita o paciente em seu próprio consultório ou na casa do paciente quando as condições de saúde do paciente não permitem que ele vá ao médico;
  + prescreve medicamentos, análises e visitas a especialistas;
  + propõe internação se necessário;
  + emite certificados.

## Quem é o pediatra básico?

É o médico que acompanha as crianças, visita-as periodicamente, verifica o seu crescimento, prescreve medicamentos, analisa e visita especialista, propõe internamento se necessário e entrega atestados. Até menores indocumentados têm direito a isso.

## Como você escolhe seu médico de família e seu pediatra?

O integrante do SSN pode escolher o médico de família e o pediatra para crianças de 0 a 14 anos que têm direito a ter médico pediatra especializado gratuitamente.

A lista de médicos disponíveis pode ser consultada na ASL de residência. O nome do médico de família é mostrado no seu livro de saúde.

## Os certificados emitidos pelo médico de família e pelo pediatra são gratuitos?

É gratuito em:

* + certificado de licença dos pais do trabalho em caso de doença do filho;
  + atestado de doença e acidente ou outro motivo de incapacidade temporária para o trabalho. O:
  + certificado para a realização de atividades desportivas não competitivas em escolas;
  + certificado de esportes competitivos;
  + certificado para uso em seguros;
  + certificado de pedido de deficiência.

## É possível retirar ou substituir o médico de família a qualquer momento?

Sim, preenchendo formulário específico; ao mesmo tempo, deve ser indicada a escolha de um novo médico.

## Como são realizadas as visitas de especialistas?

Para fazer a visita do especialista, é necessária a solicitação do médico de família. Com o pedido do médico e o cartão de saúde, deve dirigir-se à central de atendimento da ASL para agendar o serviço de saúde. Alguns ASLs têm um sistema telefônico para reserva de serviços de saúde. Os serviços também podem ser realizados em clínicas e laboratórios privados conveniados.

## As visitas de especialistas são gratuitas?

Para visitas especializadas, exames laboratoriais e compra de medicamentos, é obrigatório o pagamento de uma taxa fixada pelo Poder Público, na passagem. Em casos particulares, como, por exemplo, o estado de

desempregado ou tendo uma patologia certificada por médico especialista, você tem o direito de não pagar a passagem, solicitando a isenção adequada no escritório competente da ASL local. Para obter mais informações, é aconselhável entrar em contato com seu médico de clínica geral ou com o ASL local.

## Quais são os serviços de emergência?

Em casos de urgência grave (acidentes, lesões e em qualquer situação de perigo de vida) é possível dirigir-se ao pronto-socorro do hospital ou solicitar assistência médica ligando para o número gratuito 118 que funciona 24 horas por dia.

## Os cuidados hospitalares são gratuitos?

Os serviços hospitalares são gratuitos para todos os membros do Serviço Nacional de Saúde.

A lei das finanças de 2006 previa um bilhete para as intervenções de primeiros socorros não classificadas como urgentes (“código branco”) a partir de 1 de Janeiro de 2007.

## Qual é o guarda médico?

É um serviço de atendimento médico domiciliar imediato, totalmente gratuito para moradores da região, que pode ser acionado a qualquer momento em casos de necessidade grave.

Os cidadãos residentes em outras regiões, por outro lado, devem pagar a taxa de visitas pontuais.

## Os exames e tratamentos médicos podem ser impostos?

Não, exceto nos casos previstos em lei (Tratamentos de Saúde Obrigatórios) sempre respeitando a dignidade da pessoa e os direitos civis. Estas intervenções são acertadas mediante disposição do autarca, sob proposta de médico, validada por médico do serviço de saúde competente. 48 horas após a admissão, a iniciativa deve ser comunicada ao juiz tutelar competente.

## É possível se opor ao tratamento de saúde obrigatório?

Quem lhe está sujeito, ou quem nele tem interesse, pode interpor recurso para o Tribunal contra a provisão de internamento validada pelo Juiz Tutelar.

## O que acontece se o cidadão sujeito ao tratamento obrigatório de saúde for estrangeiro ou apátrida?

A medida de internamento deve ser comunicada ao Ministério do Interior e ao consulado do país de origem do paciente. A comunicação é feita através do Prefeito.

## O que são centros de aconselhamento familiar?

São serviços territoriais sociais e de saúde, públicos ou privados, que protegem a saúde física e mental de mulheres, crianças, adolescentes, casais e famílias. Todos os serviços do diretório são gratuitos e podem ser acessados ​​com hora marcada. O serviço está aberto a todos e a todos.

Figuras profissionais com habilidades psicológicas e sociais operam na clínica da família

* psicólogos, assistentes sociais, sociólogos, mediadores culturais - ambos com competências em saúde - pediatras, ginecologistas, parteiras, enfermeiras, assistentes de saúde.

Você pode entrar em contato com a clínica da família para os seguintes serviços:

* + consultas e visitas sobre contracepção;
  + ser acompanhada durante a gravidez;
  + cursos de preparação para o parto;
  + consultas, visitas e certificados de interrupção voluntária da gravidez;
  + verificações ginecológicas periódicas;
  + prevenção de cânceres femininos;
  + aconselhamento e assistência durante a menopausa;
  + atendimento pediátrico;
  + vacinações obrigatórias (e recomendadas);
  + aconselhamento sobre problemas sociais e psicológicos.

## Onde fica o endereço dos Consultores da Família?

Você pode solicitá-lo ao seu clínico geral, ao ASL ou encontrar na internet onde está localizada a clínica domiciliar.

## Existem outros serviços territoriais sociais e de saúde?

Sim, entre eles lembramos as Unidades Territoriais de Reabilitação (UTR), os Centros de Saúde Mental (CIM), os Serviços de Dependência (Ser.D.), de substância e não. Para mais informações, é aconselhável entrar em contato com seu GP, o ASL ou o Consultorio.

## Quando e quais vacinas são obrigatórias?

As vacinações obrigatórias variam de região para região. Em geral, as vacinas contra o tétano, difteria, poliomielite e hepatite B são obrigatórias para crianças na Itália. Por outro lado, as vacinas contra sarampo, coqueluche e, apenas para meninas, são recomendadas, mas não obrigatórias, contra rubéola. A vacinação contra o tétano e hepatite viral tipo B é recomendada para adultos.

## As vacinações obrigatórias são gratuitas?

sim.

## Onde posso ser solicitado o certificado de vacinação?

* + No momento da inscrição na escola primária;
  + Após a inscrição no jardim de infância,
  + Ao se inscrever no berçário,
  + Após a inscrição em estadias de verão, para a realização de atividades esportivas competitivas, etc.

### *Estrangeiro temporariamente presente (STP)*

*Aos cidadãos estrangeiros em situação irregular em território italiano é atribuído um código de identificação, denominado STP (Estrangeiro Temporariamente Presente), válido por 6 meses e renovável.*

*O acesso aos serviços de saúde por cidadãos estrangeiros ilegalmente presentes na Itália não envolve a notificação às autoridades policiais, exceto nos casos em que a notificação é obrigatória por lei.*

1. **É possível ter acesso aos serviços de saúde se não tiver dinheiro para pagar a passagem?** Se o estrangeiro não tiver dinheiro suficiente, pagará apenas parte da passagem (taxa de participação). O estrangeiro totalmente desprovido de dinheiro (situação de indigência) pode ser dispensado do pagamento da taxa de participação no bilhete, mediante assinatura da “declaração de indigência”, com validade de 6 meses.

## A que benefícios você tem direito, mesmo que o estrangeiro não tenha dinheiro para pagar a passagem?

Conforme previsto para os cidadãos italianos, mesmo o estrangeiro presente ilegalmente em condição de indigência fica dispensado do pagamento da passagem nos seguintes casos:

* + serviços de saúde de primeiro nível;
  + emergências;
  + estado de gravidez;
  + patologias isentas;
  + devido à idade ou condições incapacitantes graves.

Para obter mais informações, você pode entrar em contato com um escritório STP na ASL ou um hospital onde estiver.

## Serviços bancários

1. **De quais serviços bancários o cidadão estrangeiro pode precisar?**

Geralmente os mais solicitados são a conta à ordem (necessário ter talão de cheques, cartão multibanco, cartão de crédito), transferência bancária, empréstimos e hipoteca.

## O que é uma conta corrente?

É uma conta na qual é possível depositar dinheiro, o que dá os juros acordados com o banco. Para sacar dinheiro da conta, você precisa preencher um formulário no balcão do banco, fazer um cheque para "Eu" ou usar um caixa eletrônico.

Os cheques próprios e recebidos podem ser descontados no banco. Alguns bancos cobram talões de cheques e / ou cheques emitidos.

Recorde-se que a legislação prevê a “conta-corrente de base”, o que representa um direito fundamental, uma vez que, sem ela, não é possível ser regularmente contratado e remunerado por um empregador. O empregador que paga aos trabalhadores o salário em dinheiro é, de fato,[punível](http://www.bollettinoadapt.it/wp-content/uploads/2019/06/Nota-INL-5-giugno-2019-n.-5293.pdf) com sanção administrativa de 1.000 a 5.000 euros.

## O que você faz para abrir uma conta corrente?

Você entra em contato com as agências bancárias onde deseja abrir a conta, trazendo com você:

* + o código tributário;
  + a autorização de residência;

Alguns bancos podem exigir documentos adicionais, portanto, é melhor entrar em contato com o banco onde deseja abrir a conta e solicitar as informações apropriadas.

No entanto, deve-se lembrar que os requerentes de asilo também têm o direito de abrir uma conta à ordem de base, conforme também especificado pelo [Circular ABI de 19 de abril de 2019.](https://www.asgi.it/wp-content/uploads/2020/03/circolare-ABI.pdf)

## O que é transferência bancária?

É um sistema de transferência de dinheiro de sua conta bancária para outra conta bancária que pode ser usada para fazer pagamentos. Os custos de transação variam de banco para banco.

## É possível enviar dinheiro para o país de origem dos cidadãos estrangeiros?

Sim, este é um dos serviços que pode solicitar ao seu banco. O custo desse tipo de serviço varia de banco para banco e inclui uma taxa fixa e, para alguns bancos, uma taxa igual a uma porcentagem do dinheiro que você envia.

## Associações e registro de associações de migrantes

*A liberdade de associação é protegida pela lei italiana. É possível fundar uma associação para fins não proibidos por lei; especificamente você pode:*

* + - * *estabelecer uma associação;*
      * *aderir a uma associação;*
      * *deixar de fazer parte de uma associação ou não fazer parte dela.*

### *Estabeleça uma associação*

1. **Que atividades uma associação pode realizar?**

Qualquer tipo de atividade não contrária ao direito penal.

## Existem incentivos para associações?

O associacionismo é estimulado quando favorece a integração do cidadão estrangeiro na comunidade local: por este motivo, foi criado o Ministério do Trabalho, Saúde e Políticas Sociais - Direcção-Geral da Imigração. [Registro de Associações e](https://integrazionemigranti.gov.it/it-it/Registro-associazioni) [Entidades que desenvolvem atividades a favor dos imigrantes.](https://integrazionemigranti.gov.it/it-it/Registro-associazioni)

## Quais são os elementos necessários para construir uma associação?

Cada grupo tende a dar a si mesmo regras que governam sua atividade.

A constituição de uma associação pode realizar-se por escrito ou sob a forma de acordo oral. Somente associações constituídas por escrito poderão realizar atividades remuneradas, acessar subsídios e / ou contribuições públicas, inscrever-se em cadastros de Organizações Voluntárias, etc. Além disso, se a constituição da associação for lavrada na forma de escritura pública e / ou contrato privado autenticado e / ou registado, podem ser obtidas inúmeras vantagens fiscais.

## Como uma associação é formada por escrito?

Um Acordo de Associação deve ser escrito.

O Acordo de Associação é composto por 2 documentos que, no entanto, constituem um ato unitário e são:

* + o Estatuto;
  + o contrato social.

Para obter mais informações, consulte o [Código do Terceiro Setor,](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/Terzo-settore-e-responsabilita-sociale-imprese/focus-on/Riforma-terzo-settore/Pagine/Codice-del-Terzo-Settore.aspx) que reorganiza, harmoniza e regula as normas que regulam o setor e que rege as diversas formas de associação.

## Qual é o estatuto?

É o documento que regula a vida associativa, especificando a finalidade social, as regras para a constituição dos órgãos colegiais, para a eleição do presidente, para a regularidade das assembleias gerais, para a preparação do orçamento.

## Qual é a escritura de incorporação?

É o documento que certifica o nascimento de uma associação e define os seus “dados pessoais”, indicando: a sede, os membros fundadores, a data de nascimento da associação.

Deve ser assinado pelos sócios fundadores, que declaram que se associam com finalidade jurídica.

## A associação pode ter um código de imposto?

Sim, é necessário comunicar à Delegacia da Receita Federal, competente para o território,

o "nascimento" deste novo assunto tto. O Escritório emitirá um Código Tributário.

## Para que serve o Código Tributário?

O Código Tributário é essencial para:

* + comprar mercadorias com nota fiscal;
  + em nome da associação imobiliária (por meio de seu representante legal);
  + estipular contratos de aluguel;
  + solicitar contribuições e / ou reembolso de despesas às instituições;
  + dar uma compensação, etc.
  + receba 5 por mil

### *Cadastro de Associações e Organismos que atuam a favor dos imigrantes.*

1. **O que é o cadastro das associações e entidades que atuam a favor dos imigrantes?** O [Cadastro de associações e entidades que atuam a favor dos imigrantes](https://integrazionemigranti.gov.it/it-it/Registro-associazioni) é dividido em duas seções. As entidades e associações que desenvolvem atividades em prol da integração social de estrangeiros podem inscrever-se na primeira secção, conforme previsto[da arte. 42 do Decreto Legislativo 286/98](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Adecreto.legislativo%3A1998-07-25%3B286). Na segunda secção, os órgãos e associações que executam programas de assistência e protecção social regidos pelo[art. 18 do Decreto Legislativo 286/98](https://www.normattiva.it/uri-res/N2Ls?urn%3Anir%3Astato%3Adecreto.legislativo%3A1998-07-25%3B286). O registo destina-se a organizações privadas, associações e entidades com os requisitos estabelecidos pelo[Artigo 53 do DPR31 de agosto de 1999, n. 394,](https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/1999/11/03/099G0265/sg) conforme alterado por[Decreto presidencial 18 de outubro de 2004, n. 334](https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/2005/02/10/004G0300/sg).

O registro permite o acesso a financiamento público, quando exigido como requisito necessário.

1. **Quais são os requisitos para se inscrever em uma ou ambas as seções do registro**? Baseado em[arte. 53 do Decreto Presidencial 394/99,](https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/1999/11/03/099G0265/sg) deve ter:
   * fins sociais e solidários
   * ausência de lucro
   * sede na Itália
   * a natureza democrática do sistema doméstico
   * cobranças associativas de eletividade
   * critérios definidos para a admissão de membros
   * preparação do balanço ou relatório anual e definição dos procedimentos de aprovação
   * pelo menos dois anos de experiência na área de integração social de estrangeiros
   * ausência de condições desqualificantes para o representante legal e para todos os membros dos órgãos de administração e controle.

## Existe um prazo anual para o envio do pedido de registro?

Não há prazo. A inscrição pode ser enviada em qualquer época do ano.

## Como o aplicativo deve ser redigido?

Seguindo as informações e formulários disponíveis no site do Ministério do Trabalho e Políticas Sociais na página [https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/immigrazione/focus-](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/immigrazione/focus-on/registro-associazioni-ed-enti/Pagine/Attivita-e-servizi.aspx) [em / register-association-and-organization / Pages / Activities-and-services.aspx](https://www.lavoro.gov.it/temi-e-priorita/immigrazione/focus-on/registro-associazioni-ed-enti/Pagine/Attivita-e-servizi.aspx)

Para obter mais informações, você pode escrever um e-mail para [registerassocissioni@lavoro.gov.it](mailto:registroassociazioni@lavoro.gov.it)

## Quais são as atribuições das associações e entidades inscritas no Cadastro?

Devem elaborar, até 30 de janeiro de cada ano, relatório sobre as atividades realizadas no ano anterior ([DPR 394/99, art. 54, parágrafo 3](https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/1999/11/03/099G0265/sg)) O relatório é enviado via

a compilação de um questionário disponível online, para ambas as seções, no endereço [https://servizi.lavoro.gov.it](https://servizi.lavoro.gov.it/) .

## Onde é possível encontrar a atualização do Cadastro de entidades e associações que atuam a favor dos imigrantes?

É atualizado anualmente e está disponível, para cada seção, no seguinte endereço: . https: // integrazionemigranti.gov.it/it-it/Registro-associssioni

# Princípios fundamentais e direitos

# A Constituição da República Italiana

A Constituição da República Italiana, promulgada em 22 de dezembro de 1947 e entrou em vigor em 1 de janeiro de 1948, é a lei fundamental do sistema jurídico italiano: todos os outros atos, públicos e privados, estão subordinados a ela. Na verdade, se imaginarmos colocar as leis da ordenação em uma pirâmide hipotética, a Constituição estaria posicionada no topo e todas as outras leis dependeriam dela. É composto por 139 artigos e XVIII disposições transitórias e finais e é o resultado do trabalho dos 552 membros da Assembleia Constituinte encarregados de redigir a Constituição da República Italiana e eleitos por sufrágio universal na sequência do referendo de 2 de junho de 1946, que decidiu por maioria, a abolição da monarquia e o nascimento da República Italiana.

Lá [Constituição](http://www.governo.it/it/costituzione-italiana/2836) tem a seguinte estrutura:

* + 1. **Princípios fundamentais da Constituição, do artigo 1 ao artigo 12**: estes são os princípios básicos não apenas da carta constitucional, mas de todo o sistema jurídico. A Assembleia Constituinte, ao redigir a Constituição, considerou que esses princípios eram tão importantes que não podem ser alterados, nem mesmo por meio de uma lei de revisão constitucional, o que pode ser feito - e tem sido feito ao longo dos anos - pelo resto do Constituição. Entre eles encontramos o direito ao trabalho, visto também como o alicerce da República que torna o homem e a mulher plenamente cidadãos e cidadãos, o direito ao culto, ou a professar ou não uma religião, o direito ao asilo; reconhecem - e não concedem, na medida em que existam independentemente do Estado e perante ele - os direitos invioláveis ​​do homem, afirmando a igualdade formal e substancial de todo ser humano.
    2. **Parte I. Direitos e deveres do cidadão, do artigo 13 ao artigo 54**. A primeira parte da Constituição estabelece, como se pode verificar pelo próprio título, os direitos e deveres de todo cidadão e de todo cidadão: são de natureza civil, social, econômica e política. Entre estes, encontramos as liberdades individuais e coletivas garantidas por certos princípios, por exemplo, o domicílio inviolável, a correspondência livre e secreta, a liberdade de movimento, de reunião e associação, de registro sindical e outras liberdades que correspondem aos direitos invioláveis ​​de todas as pessoas ser, como o direito à saúde e o direito à educação.
    3. **Parte II. Organização da República, dos artigos 55 ao artigo 139**. A segunda parte explica o funcionamento da República. A título de exemplo, esta parte ilustra a eleição do Presidente da República, das duas Câmaras, a forma como as leis são promulgadas e assim sucessivamente.
    4. Por fim, existem as XVIII “Disposições Transitórias e Finais”, a fim de garantir uma passagem harmoniosa da Monarquia à República.

# Os princípios fundamentais derivados do direito internacional e da Constituição

Como visto, art. 2 da Constituição italiana representa o reconhecimento solene dos direitos invioláveis ​​do homem para com o Estado italiano. Reconhecer os direitos fundamentais significa aceitar algo que já existe, direitos que não são criados pelo Estado, mas que existem independentemente dele e antes dele. Ao mesmo tempo, a inviolabilidade da lei não significa que o Estado não possa, em alguns casos, limitar esses direitos (na verdade a Constituição estabelece limites na regulamentação das diversas liberdades), mas que tais limitações devem ser feitas com atos com força de lei.

Em geral, a legislação italiana sobre o estatuto jurídico dos estrangeiros inspira-se na reafirmação dos direitos fundamentais da pessoa humana consagrados no artigo 2.º da Constituição. Esses direitos incluem os direitos civis, familiares e sociais e algumas formas de participação política de caráter consultivo de estrangeiros que residam legalmente na Itália. A legislação surge assim estruturada de forma a poder ser considerada um instrumento essencial para a promoção da integração dos estrangeiros, com vista a alargar a eficácia do princípio da igualdade consagrado no artigo 3.º da Constituição. O princípio da igualdade implica, portanto, não só obrigações para os estrangeiros legalmente residentes, mas também direitos sob condição de igualdade com os cidadãos italianos.

O artigo 10 (2) da Constituição contém uma reserva legal que se refere às obrigações definidas por muitas normas internacionais para a proteção dos direitos humanos inerentes à dignidade da pessoa. Dentre essas normas, de suma importância é a[Convenção européia](https://www.echr.coe.int/documents/convention_ita.pdf)

[para a proteção dos direitos humanos e das liberdades fundamentais](https://www.echr.coe.int/documents/convention_ita.pdf) (da qual a Itália é parte (ratificada e aplicada pela lei nº 848 de 4 de agosto de 1955). O artigo 14 estabelece que o gozo dos direitos e liberdades reconhecidos pela Convenção deve ser garantido, sem distinção. com base no sexo, na raça , cor, língua, religião, opiniões políticas ou outras, origem nacional ou social, pertencentes a uma minoria nacional, fortuna, nascimento ou qualquer outra condição: todos são iguais perante a lei e têm direito, sem discriminação, a igual proteção da lei.

# Os princípios fundamentais de trabalho decorrentes do direito internacional 1

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), fundada em 1919, é a agência especializada das Nações Unidas em questões trabalhistas e de política social desde 1946. 187 estados fazem parte dela, incluindo a Itália que é um dos países fundadores. Promove os princípios e direitos fundamentais no trabalho, oportunidades de trabalho decente, o fortalecimento da proteção social e o diálogo social sobre questões relacionadas com o trabalho. Entre as atividades que realiza, destaca-se a contribuição para o lançamento de um sistema de normas internacionais contendo princípios fundamentais e direitos trabalhistas adotados por diversos países, organizações de empregadores e sindicatos. Nesse contexto, não devem ser negligenciadas as Convenções, que uma vez ratificadas pelos Estados são adotadas

1 O parágrafo é baseado nas informações contidas no portal oficial da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na publicação “As regras do jogo. Uma introdução à ação normativa da Organização Internacional do Trabalho ”, ISBN: 978-92-2-032182-9 (web pdf), 2020; brochura informativa "Migrações e trabalho digno",

15 de novembro de 2018, disponível no link [https://www.ilo.org/Roma / publicações / WCMS\_764434 / lang - it / index.htm](https://www.ilo.org/rome/pubblicazioni/WCMS_764434/lang--it/index.htm)

pela legislação nacional e as Recomendações, que são diretrizes para melhorar a legislação e as políticas.

A OIT identificou oito convenções "fundamentais" que tratam de questões consideradas princípios e direitos fundamentais no trabalho:

* A Convenção sobre a Liberdade Sindical e a Proteção do Direito de Organização No. 87 de 1948 e a Convenção sobre o direito de organização e negociação coletiva no. 98 de 1949 protege o direito dos trabalhadores e empregadores de formar sindicatos ou de associar-se a eles, sem autorização prévia e sem qualquer coerção. Graças a essas convenções, o trabalhador é, portanto, livre para entrar em contato com o sindicato de confiança ou não.
* A Convenção sobre Trabalho Forçado nº 29 de 1930, incluindo o Protocolo de 2014 relacionado e a Convenção sobre a Abolição do Trabalho Forçado No. 105, de 1957, definem e proíbem o trabalho forçado, que deve ser punido criminalmente. Essas Convenções reafirmam a importância das atividades de fiscalização das autoridades competentes, com particular referência a alguns setores ocupacionais e a certas categorias consideradas vulneráveis, como base para o combate ao trabalho forçado. Por exemplo, as atividades de inspeção no setor agrícola enquadram-se neste quadro.
* A Convenção sobre a Idade Mínima para Acesso ao Emprego (Convenção nº 138 de 1973) e a Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil nº 182 de 1999 enfatizam a importância de salvaguardar os melhores interesses dos menores, definidos como crianças até a idade de 18 anos, e sua proteção. Na verdade, o trabalho infantil tem se mostrado uma violação dos direitos humanos básicos e que impede o desenvolvimento das crianças, causando potenciais danos físicos ou psicológicos permanentes.
* Convenção sobre Igualdade de Salários nº 100, de 1951, para assegurar a aplicação do princípio de igualdade de remuneração entre homens e mulheres por trabalho de igual valor.
* Convenção sobre Discriminação (Emprego e Profissão) No. 111 de 1958, segundo o qual é proibido discriminar com base em “raça, cor, sexo, religião, opinião política, origem social ou ascendência nacional”. Também graças a esta Convenção, não é possível fazer perguntas discriminatórias durante a fase de seleção para acesso a um emprego, por exemplo.

A Itália, por meio de seus representantes na OIT, participou da definição dessas normas internacionais do trabalho e, ao mesmo tempo, utilizou as normas destinadas a melhorar a legislação trabalhista e social nacional. No final de 2019, a Itália era o terceiro país em número de ratificações das Convenções da OIT (113 de 190). Em termos concretos, os princípios fundamentais decorrentes do direito internacional e adotados pela Itália, que muitas vezes também se encontram na Constituição da República Italiana, têm como objetivo a promoção de oportunidades para homens e mulheres obterem um trabalho digno e produtivo em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. Por exemplo, eles incluem fornecer proteção às mulheres trabalhadoras durante a maternidade, o garantir condições de trabalho seguras para trabalhadores agrícolas e trabalhadores agrícolas. Ou, ainda, as regras sobre a liberdade sindical, o salário mínimo e o horário de trabalho, bem como as sobre o respeito pela igualdade, a segurança no emprego e a proteção social que garantem os regimes de desemprego e as políticas ativas de emprego.

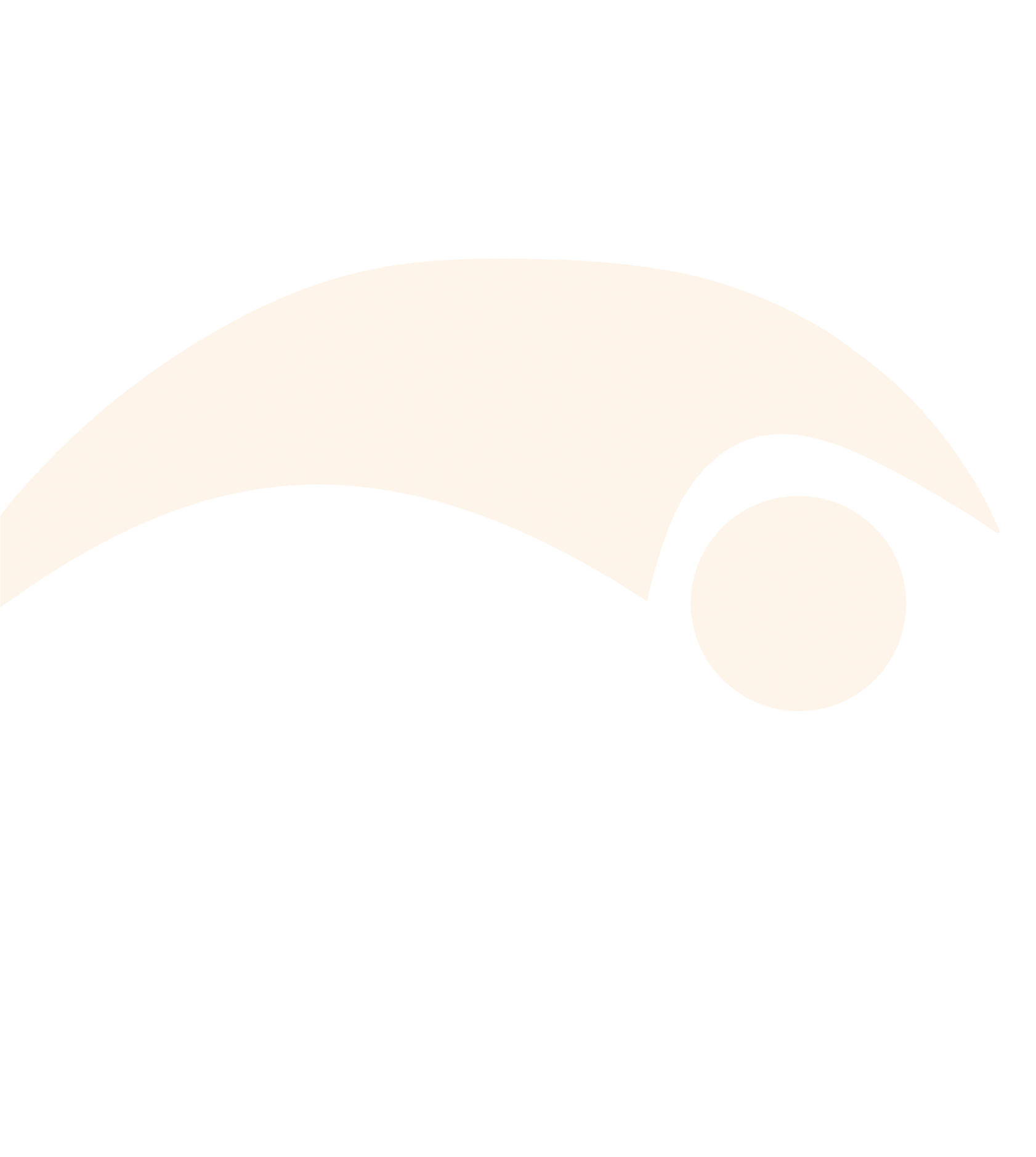
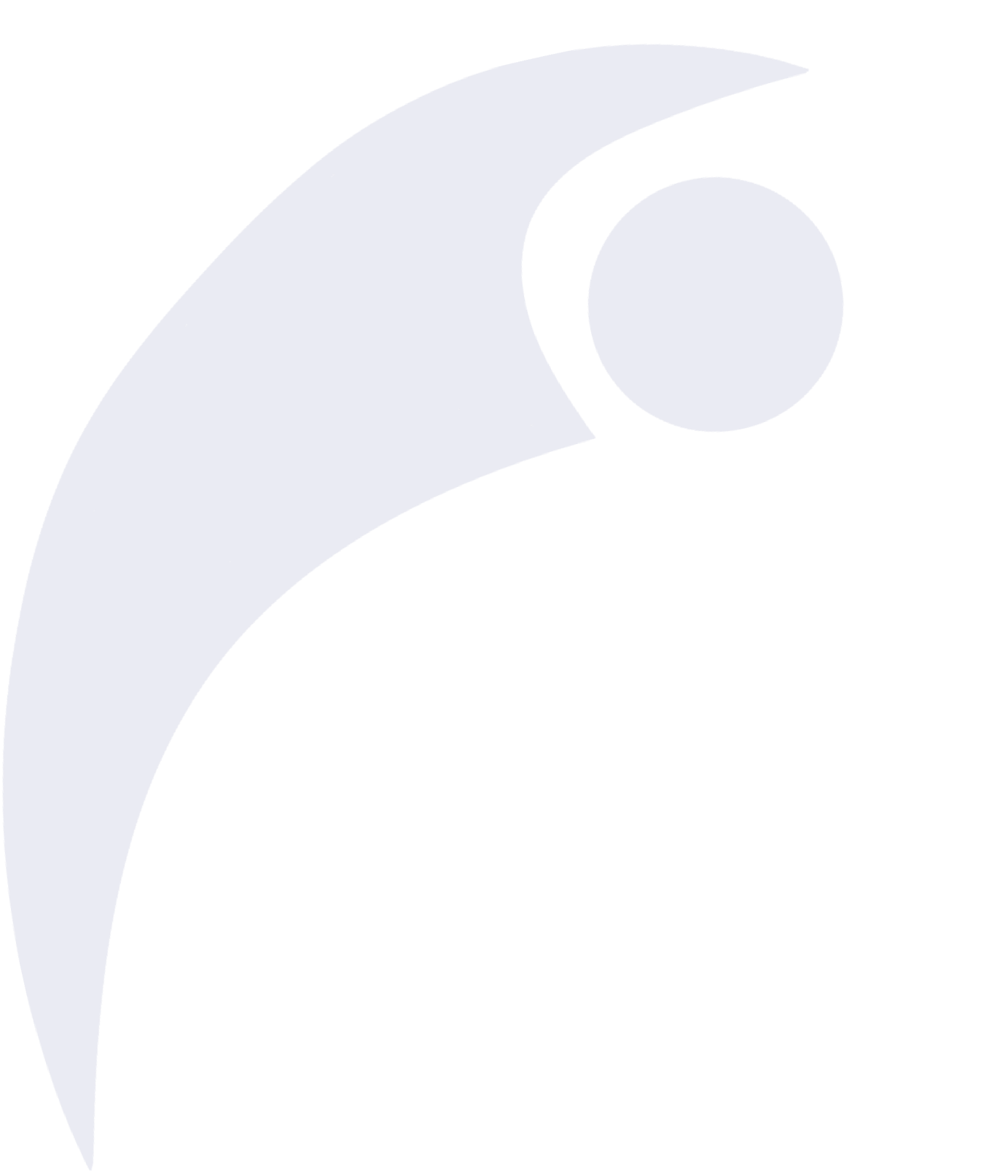
Dentro dessas regras e princípios fundamentais, bem como na Constituição italiana, é dada especial importância à questão dos trabalhadores migrantes: de fato, muitas pessoas optam por emigrar para melhorar suas condições de vida e encontrar um

trabalhos decente. Trabalhadores migrantes comhomenageia o crescimento econômico e o desenvolvimento,

gerando benefícios significativos tanto para os países de destino como para os países de origem e isso não só graças às remessas, mas também pelas competências adquiridas durante a experiência migratória. O princípio da igualdade entre os trabalhadores é a pedra angular do sistema de normas internacionais do trabalho da OIT. De acordo com este princípio, migrantes e mulheres migrantes são trabalhadores homens e mulheres como qualquer outra pessoa e todas as outras e todas as normas internacionais de trabalho se aplicam aos trabalhadores migrantes.

As condições de vulnerabilidade a que os trabalhadores migrantes estão freqüentemente expostos motivaram o desenvolvimento de normas internacionais de trabalho específicas, como a Convenção no. 97 de 1949 sobre o recrutamento, colocação e condições de trabalho de migrantes; Convenção n. 143 de 1975 sobre a promoção da igualdade de oportunidades e tratamento dos trabalhadores migrantes, e a Convenção no. 181 de 1997, relativo a agências de emprego privadas que contém referências específicas ao recrutamento de trabalhadores migrantes.

Essas normas comprometem os Estados que as ratificam a respeitar os princípios e direitos fundamentais sobre o trabalho dos migrantes e a adotar ferramentas e medidas para prevenir e combater a discriminação, a exploração do trabalho, o recrutamento abusivo e o trabalho forçado de migrantes.



DIREÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO E POLÍTICAS DE INTEGRAÇÃO

[www.lavoro.gov.it](http://www.lavoro.gov.it/) - [www.integrationmigranti.gov.it](http://www.integrazionemigranti.gov.it/) [www.ilo.org](http://www.ilo.org/)